



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTACATARINA- UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

**O NOVO ENSINO MÉDIO CATARINENSE SEGUNDO A FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC)**

BRUNO CÉSAR DE FREITAS FERREIRA

Florianópolis, 2020

BRUNO CÉSAR DE FREITAS FERREIRA

**O NOVO ENSINO MÉDIO CATARINENSE SEGUNDO A FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Mariléia Maria da Silva

Florianópolis, 2020

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Ferreira, Bruno Cesár de Freitas
O novo ensino médio Catarinense segundo a Federação das
Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) / Bruno Cesár de
Freitas Ferreira. -- 2020.
121 p.

Orientadora: Mariléia Maria da Silva
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

1. Educação . 2. Política educacional. 3. FIESC. 4. SED. 5.
Ensino Médio. I. Silva, Mariléia Maria da . II. Universidade do
Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

BRUNO CÉSAR DE FREITAS FERREIRA

**O NOVO ENSINO MÉDIO CATARINENSE SEGUNDO A FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente:

Prof.^a Dr^a Dalva Maria Alves Godoy.
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Membro:

Prof.^a Dr^a. Adriana D'Agostini
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Membro:

Prof.^a Dr^a. Alba Regina Battisti de Souza
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Suplente:

Prof.^a Dr^a. Ana Paula Nunes Chaves
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Florianópolis, 24 de agosto de 2020

AGRADECIMENTOS

É com imenso prazer que expresso meus agradecimentos àquelas pessoas que contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui e concluir mais um desafio e sonho.

Aos meus pais Pedro e Nilce e juntamente com eles, ao Pai Maior, que me apresentou com duas referências basilares, que primaram por me mostrar a infinita riqueza da coragem, da responsabilidade, do conhecimento e da solidariedade, na grande aventura da vida, a partir do qual me constitui como ser humano. De modo carinhoso e especial meu pai Pedro que tantas vezes me bateu dores de saudades, quando meus pensamentos se voltavam ao seu triste e sofrido problema de saúde, sentindo as vezes vontade de sair correndo e deixar tudo para ficar ao seu lado. Confesso que não foi fácil chegar até este momento, foram dias e noites de trabalhos nada fáceis; preparar aulas, lecionar para 400 alunos, corrigir e elaborar provas, reuniões pedagógicas e paralelo a tudo isso, tinha que atender as demandas desta pesquisa e do Programa de Pós-Graduação em Educação desta instituição que tanto me acolheu.

Agradeço de modo carinhoso e especial minha namorada e futura noiva Loredana Piazza Almeida pela companhia e parceria em tantos momentos nada fáceis que presenciou durante minha caminhada. Obrigado por sempre me apoiar, segurar os problemas por quais passamos, por me ajudar e estender a sua mão, me incentivando a continuar nesta caminhada.

Todo começo, além de difícil, também pode parecer um tanto assustador – e quase sempre ele é. “*Quase*”: a tendência é a de que ele não pareça tão assustador assim quando se tem com quem contar e dividir a jornada. Por isso, agradeço à minha orientadora, Mariléia Maria da Silva, por todo conhecimento compartilhado nestes dois anos, principalmente, pela orientação sempre sincera, ética, honesta e gentil e também por ter me dado a oportunidade de cursar o mestrado.

Aos grandes companheiros e pesquisadores do grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (Lute) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) que muito contribuíram por meio de encontros para estudos realizados ao longo desses últimos dois anos. Meus agradecimentos vão de modo especial à Márcia, Amanda, Alessandra, Mariano, Rodrigo, Juliana e Milene. À Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação,

representada pela Professora Dalva Maria Alves Godoy que agradeço de modo particular por aceitar a presidir esta banca, devido a licença Pós-Doutorado de minha orientadora.

À equipe da secretaria da Pós-Graduação, que tantas vezes me auxiliou, orientou e resolveu tantas questões burocráticas, com competência e dedicação, Scharlene e Cristhian.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UDESC, que desvelaram um universo de conhecimentos em cada aula ministrada, mas de maneira especial as professoras Alba Regina Battisti de Souza, Julice Dias e Ana Paula Nunes Chaves, por compartilharem seus conhecimentos nas disciplinas ofertadas pelo programa, pelos momentos de desabafos os quais sempre tiravam alguns minutinhos de suas tarefas e me aconselhavam, tantos outros momentos os quais demonstraram que ser professor é ser passivo, humano e sábio; momentos estes que certamente contribuíram para a minha formação.

Do mesmo modo, gostaria de agradecer as Professoras Adriana D'Agostini, Luciana Pedrosa Marcassa, Patrícia Laura Torriglia por ter me aceitado em suas disciplinas no PPGE da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).As professoras da banca, Alba e Adriana pelas contribuições que realizaram durante o desenvolvimento da dissertação. Aos colegas do mestrado e doutorado da turma 2018, que me proporcionaram momentos de aprendizado a partir das discussões realizadas nas disciplinas do PPGE/UDESC.

Também agradeço os laços de amizade que foram se construindo durante esse tempo. Ao Educandário Imaculada Conceição, o qual destaco duas pessoas queridas Wandilma Rodrigues e Carine Morossino pelo apoio e compreensão em diversos momentos que necessitei para dedicar-me a esta pesquisa.

Ao Colégio Visão, na pessoa Franciany Cabral que sempre me incentivou nesta pesquisa, proporcionando momentos importantes e necessários para minha formação e dedicação. E por fim, gostaria de agradecer ao grande professor e amigo Marival Coan, o qual tive a honra e oportunidade de ser orientado quando cursei a especialização em Educação Profissional e Tecnológica, no Instituto Federal de Santa Catarina. Foi o professor Marival que me incentivou a participar do processo seletivo deste respeitável Programa de Pós-Graduação em Educação, dando continuidade ao tema que iniciamos no IFSC.

“O ideal da educação não é aprender ao máximo, maximizar os resultados, mas é antes de tudo aprender a aprender, é aprender a se desenvolver e aprender a continuar a se desenvolver depois da escola”

(Jean Piaget)

RESUMO

Estudo que tem como objeto investigar as articulações para a implementação do Novo Ensino Médio catarinense, aprovado pela Lei Federal n. 13.415/17. A investigação foi realizada por meio da análise de documentos impressos e on-line divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), além de documentos publicitados pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED), acerca de ações e projetos desenvolvidos por ambas instituições relativos ao processo de implementação do Novo Ensino Médio na rede estadual catarinense. O estudo parte da compreensão de que as transformações do capitalismo na atualidade acarretaram mudanças na formação do trabalhador, exigindo dele um novo perfil. O método empregado para compreender o Novo Ensino Médio catarinense tem como aporte o materialismo histórico dialético. A pesquisa é do tipo documental, fazendo parte do escopo de análise publicações, portarias e boletins informativos divulgados pela FIESC e pela SED no período de 2012 a 2019. Outro procedimento metodológico adotado foi a realização de um balanço da produção acadêmica (periódicos), na área da educação, sobre a reforma do Ensino Médio. Com base na análise desenvolvida, foi possível perceber que a maioria dos autores que estudaram a educação defendida pelos empresários industriais identificou a teoria do capital humano e a pedagogia das competências como fundamentos da concepção de educação do empresariado. Foi identificado também que a FIESC foi criada para atender os anseios do empresariado industrial de possuir uma representação no estado catarinense, sendo que tais anseios não se restringiam à esfera educação, porém, a pauta da educação já estava presente na origem da FIESC, tanto que logo nos seus primeiros anos foram criados os departamentos regionalizados do SESI e do SENAI, bem como do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC). Na pesquisa destaca-se também outra iniciativa da FIESC: a criação do então “Movimento A Indústria pela Educação”, em 2012, que ganhou novos contornos a partir da adesão das federações empresariais do comércio, agricultura e transportes, alterando sua nomenclatura para “Movimento Santa Catarina pela Educação”. Diante disso, foi elaborada toda uma análise, por meio da qual foi possível apontar as principais ações desempenhadas pelo “Movimento Santa Catarina pela Educação” em parceria com a SED, bem como, toda a articulação em torno do tema “educação” em todo o estado de Santa Catarina. Também foi possível entender que o empresariado nacional, em particular o de Santa Catarina, de diversas formas buscou demonstrar ao governo e à sociedade como um todo que havia a necessidade de o sistema educacional sofrer alterações de forma, a fim de tornar-se coetâneo e articulado aos interesses industriais. Por outro lado, também houve de sua parte o interesse em ter maior controle sobre as ações e o desempenho das instituições escolares. O estudo conclui que o “Movimento Santa Catarina pela Educação” é uma réplica, em Santa Catarina, do “Movimento Todos pela Educação”. Nesse sentido, a pesquisa aponta a necessidade de interpretar e conhecer esse grupo, bem como suas atividades e ações entrelaçadas com a SED dentro do território catarinense.

Palavras-chave: Educação. Política Educacional. FIESC. SED. Ensino Médio.

ABSTRACT

The present study has as its object of investigation the articulations for the implementation of the new high school in Santa Catarina approved through Federal Law No. 13,415 / 17. Our goal is to analyze the printed and online documents released by FIESC and documents published by the Santa Catarina State Education Secretariat (Sed) in FIESC's actions and projects with the State Education Secretariat regarding the process of implementing the new high school (Federal Law 13.415 / 17) in the Santa Catarina state network. We start from the understanding that the transformations of capitalism today have led to changes in the training of workers, requiring a new profile from them. The method we use to understand the new high school in Santa Catarina is based on dialectical historical materialism. The research is of the documentary type and is part of our scope publications, ordinances and newsletters published by the Federation of Industries of the State of Santa Catarina - FIESC and the Secretary of State for Education - SED, in the period from 2012 to 2019. Another methodological procedure we adopted was to carry out an assessment of academic production (journals), in the area of education, on the reform of high school. We note that the majority of authors who studied the education defended by industrial entrepreneurs identified the theory of human capital and the pedagogy of competences as the foundations of the concept of education of this fraction of class. We identified that FIESC was created to meet the wishes of the industrial entrepreneurs to have a representation in the state of Santa Catarina. Such desires were not restricted to the education sphere, however, the agenda of education was already present at the origin of FIESC, so much so that in its early years they created the regionalized departments of SESI and SENAI, as well as IEL. We also highlight another FIESC initiative: the creation of the then "Movimento A Indústria pela Educação", in 2012, which gained new contours after the adhesion of the business federations of commerce, agriculture and transport, changing its nomenclature to "Movimento Santa Catarina for Education". Therefore, we prepared a whole analysis where it was possible to point out the main actions performed by the Movement Santa Catarina for Education in partnership with the State Department of Education, as well as, the entire articulation around the theme of education throughout the State. In this way, it was possible to understand that the national business community, and in particular that of Santa Catarina, in various ways, sought to demonstrate to the government and to society as a whole, that there was a need for the educational system to undergo changes in order to become contemporary and articulated to industrial interests. On the other hand, there was also an interest in him to have greater control over the actions and performance of school institutions, so we came to the conclusion that the Santa Catarina Movement for Education is a statewide replica of the Everyone for Education movement. In this sense, we point out the need to interpret and get to know this group as well as its activities and actions intertwined with the State Department of Education within the territory of Santa Catarina.

Keywords: Education. Educational Politics. FIESC. SED. High school.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos selecionados nas bases SciELO e CAPES.....	36
Quadro 2 - Processo histórico da Reforma do Ensino Médio no Brasil.....	46
Quadro 3 - Processo histórico da Reforma do Ensino Médio no Brasil e em Santa Catarina.....	46
Quadro 4 - Eixos estruturantes do “Movimento A Indústria pela Educação”	82
Quadro 5 - Bandeiras prioritárias voltadas à Educação, segundo a FIESC	82
Quadro 6 - Panorama geral das ações da FIESC na educação catarinense	89
Quadro 7 - Eixos estruturantes do “Movimento Santa Catarina pela Educação”	94
Quadro 8 - Oito bandeiras prioritárias pelo “Movimento Santa Catarina pela Educação”	95
Quadro 9 - Documentos e ações da FIESC junto ao Ensino Médio catarinense	96
Quadro 10 – Documentos e ações da SED sobre o Ensino Médio catarinense.....	97
Quadro 11 – Exemplos de ações de algumas Câmaras Regionais da FIESC em torno do Ensino Médio catarinense em parceria com a SED e suas coordenadorias Regionais.	101
Quadro 12 – Organização regional administrativa da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.....	104

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Razões de investimentos na Educação I	83
Figura 2 - Razões de investimentos na Educação II	83
Figura 3 - Organização das ações do grupo empresarial FIESC	97
Figura 4 – Plano de atividades desenvolvido pela Câmara Regional.....	98
Figura 5 – Câmaras Regionais de Educação da FIESC e seus representantes	108
Figura 6 – Presidente da Câmara Regional do Centro-Oeste catarinense.....	110
Figura 7 – Presidente da Câmara Regional do Centro-Oeste catarinense.....	111
Figura 8 - Reunião da SED com representantes da FIESC e do CEE	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ideb do Ensino Médio da rede estadual	51
Tabela 2 – Ideb do Ensino Médio da rede privada	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
BDTD	Base Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CEDUP	Centro de Educação Profissional
CIESC	Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários da Educação
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
DCNEPT	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnico em Nível Médio
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMTI	Ensino Médio de Tempo Integral
FAESC	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
GT	Grupo de Trabalho
IAS	Instituto Ayrton Senna
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional
LUTE	Grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação
MEC	Ministério da Educação
MIE	Movimento Indústria pela Educação
MSCE	Movimento Santa Catarina pela Educação
MP	Medida Provisória
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG	Organização Não Governamental
PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
REM	Reforma do Ensino Médio
SC	Santa Catarina
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SED	Secretaria de Estado da Educação
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional
SESI	Serviço Social da Indústria
TPE	Todos Pela Educação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 JUSTIFICATIVA	20
1.2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
1.3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	31
1.3.1 Escolha e coleta das fontes	35
1.4 ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO	38
2 AS PRINCIPAIS DISCUSSÕES EM TORNO DA REFORMA	39
2.1.1 Análise da produção acadêmica	43
3 A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA (FIESC) COMO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA	70
4 O ENTRELAÇAMENTO DA FIESC COM A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	122

1 INTRODUÇÃO

Os anos finais da década de 1990 e os anos iniciais do século XXI reservaram ao Ensino Médio uma grande turbulência estrutural e conceitual, sem que, no entanto, fossem delineadas perspectivas concretas de melhoria da qualidade. Tal momento de turbulência começa a ficar ainda mais tenso a partir do momento em que é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) que, segundo Silva e Scheibe (2017, p. 21), “em menos de 15 anos, sofre grandes alterações com as duas novas diretrizes curriculares: a Resolução CNE/CEB 03/1998 e a Resolução CNE/CEB 02/2012, elaboradas e publicadas pelo Conselho Nacional de Educação”. Após 2012, o cenário da reforma do Ensino Médio foi marcado pela criação da Comissão Especial na Câmara dos Deputados, da qual resultou o Projeto de Lei n. 6.840/2013¹, retomada em 2016 pelo governo de Michel Temer (2017), por meio da medida provisória n. 746, aprovada em 2017 pelo Congresso Nacional e homologada, automaticamente, pela Presidência da República, tornando-se a Lei Federal n. 13.415/17.

Estamos diante de um tema polêmico no campo da Educação, “a reforma do Ensino Médio”, que, segundo estudiosos, surgiu com a intenção de solucionar os problemas enfrentados pelo Ensino Médio e seus baixos índices nas diversas avaliações². No entanto, pesquisadores do campo da Educação, como Frigotto (2017) e Silva e Bernadim (2014), entre outros, têm proferido críticas a esta reforma em diferentes níveis e sob variados aspectos, dentre os quais podemos citar: a organização do currículo; a não obrigatoriedade de licenciados para ministrarem aulas (nos referimos aos profissionais que a Legislação do Ensino Médio denomina aqueles de notório saber); a formação de professores conforme determina a nova LDB, publicada em 2018; e o Ensino Médio Integral; dentre

¹ Projeto de Lei que altera a Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no Ensino Médio, dispor sobre a organização dos currículos do Ensino Médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. (BRASIL, 2013). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602570>. Acesso em: 25 out. 2019.

² Como por exemplo o Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica: conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da Educação Básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais (BRASIL, 2019).

outros aspectos. Paralelamente a estas críticas, encontramos pesquisadores e especialistas sobre Política, Trabalho e Educação, como Ferreti e Silva (2017), Silva (2018), Frigotto (2016), Arelalo (2017), Evangelista e Leher (2012), Junior e D'Agostini (2017), Cunha (2017), Silva (2017), Leher *et al.* (2017), Neves e Piccinini (2018), entre outros, que reforçam as críticas relacionadas a essa reforma, pois eles acreditam que essas mudanças provocarão mais desigualdades dentro do sistema de ensino brasileiro³.

Diante disso, constitui-se como objeto deste estudo o Novo Ensino Médio catarinense, sancionado pela Lei Federal n. 13.415/2017. Com a participação no grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (Lute), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a decisão sobre o objeto aqui apresentado foi redirecionada para a temática aqui estabelecida, na medida em que uma investigação sobre o envolvimento da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) com a educação pública catarinense vem sendo desenvolvida nesse grupo. Nesse sentido, o estudo integra um recorte da pesquisa *A indústria pela educação: um estudo das políticas da Federação das indústrias de Santa Catarina (FIESC) para a educação pública no alvorecer do século XXI*⁴.

Em tal contexto, esta pesquisa procura evidenciar que há uma linha de argumentação, incorporada pela reforma atual, que vem disputando o sentido do Ensino Médio, desde a LDB de 1996. Essa argumentação, recorrente e que adquire hegemonia ao ser incorporada na LDB, está sustentada na defesa da necessidade de adequação do Ensino Médio aos requisitos postos pelo mercado de trabalho e/ou por necessidades definidas pelo setor empresarial. Assim sendo, chamamos a atenção acerca da atuação da Federação das Indústrias de Santa Catarina no estado e o seu envolvimento na conformação de um projeto pedagógico para a formação da classe trabalhadora. No entanto, a atuação

³ Para uma análise crítica da reforma, Cf. ARELARO, Lisete Regina Gomes. Reforma do Ensino Médio: o que querem os golpistas. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 11-17, 2017.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma do ensino médio do (des)governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **movimento-revista de educação**, n. 5, 2016.

⁴ Pesquisa em desenvolvimento junto ao grupo de estudo: Lutas Sociais, Trabalho e Educação (LUTE) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob coordenação e orientação da Profa. Dra. Mariléia Maria da Silva.

ganha configurações diferenciadas em decorrência dos interesses do setor produtivo em cada momento histórico.

Fundada em 1950⁵, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), mantida e administrada pelo setor industrial, e as entidades que a compõem, tornaram-se um dos alicerces da dita competitividade industrial catarinense, o que, segundo o site da instituição⁶, tem como foco de atuação “a criação de um ambiente favorável aos negócios, ao desenvolvimento humano e tecnológico, promovendo assim, a competitividade da indústria catarinense de forma sustentável e inovadora”. É importante ressaltar que a FIESC é integrada também pelo Serviço Social da Indústria (SESI), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC) e pelo Centro das Indústrias (CIESC), entidades estas que se encontram presentes na formulação de políticas públicas voltadas à educação em Santa Catarina.

Nosso empenho neste estudo está em investigar os interesses da FIESC sobre o Novo Ensino Médio catarinense, levando em consideração o fato de que suas formulações têm como propósito repercutir na formação humana da classe trabalhadora, principalmente por meio da criação do “Movimento A Indústria pela Educação”, que passou por uma alteração de nomenclatura em 2016, denominando-se atualmente “Movimento Santa Catarina pela Educação” (FIESC, 2019).

A respeito do “Movimento A Indústria pela Educação”, criado em 2012 pela FIESC, destacamos que ele tinha como propósito mobilizar as indústrias para a causa da Educação, chegando a 2.212 signatários em três anos de existência⁷. Diante da resposta positiva, na avaliação de seus propositores, tanto aqueles da indústria quanto de outros atores envolvidos, direta ou indiretamente com a Educação, esse movimento passou a ser denominado, a partir de março de 2016, “Movimento Santa Catarina pela Educação”.

O “Movimento Santa Catarina pela Educação”, que reúne representantes dos setores econômicos, dos sindicatos patronais e laborais, dos setores

⁵ FIESC. Disponível em: <http://FIESC.com.br/sobre-FIESC>. Acesso em: 20 out. 2019.

⁶ FIESC. Disponível em: <http://FIESC.com.br/sobre-FIESC>. Acesso em: 25 out. 2019.

⁷ Segundo o site do “Movimento Santa Catarina pela Educação”. Disponível em: <http://aindustriapelaeducacao.FIESC.com.br/movimento/index.html>. Acesso em: 25 out. 2019.

educacionais, da sociedade civil e do poder público, que segundo o “Movimento Santa Catarina pela Educação” (2018, p. 12) “estão comprometidos com a causa de contribuir para Santa Catarina se manter na rota da inovação e do desenvolvimento social e econômico por meio da Educação”. Não há dúvidas de que este Movimento está cada vez mais presente na formação de políticas educacionais e ações pedagógicas junto à Secretaria de Estado da Educação (SED), como por exemplo, no caso da criação, por meio da Lei Estadual n. 16.877/2016, do “dia da Família na escola” na rede pública estadual de ensino de Santa Catarina, um evento semelhante⁸ ao que ocorre no sistema de ensino “S” (SENAI – SENAC – SESI), conforme afirma a FIESC (2016).

A Lei que instituiu o Dia Estadual da Família na Escola em Santa Catarina tem como objetivo estimular a visita das famílias à escola para realizar atividades de interação (SANTA CATARINA, 2019). Esta iniciativa surgiu dentro do então “Movimento A Indústria pela Educação”, mais especificamente numa das reuniões do Conselho de Governança⁹, que ocorreu para aprovar o planejamento do ano, acompanhar as ações e avaliar o ano anterior, e foi apresentada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) pelo então Deputado Estadual Antônio Aguiar – do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – antigo PMDB (FIESC, 2016).

Diante do exposto, procuramos elaborar nossa problemática de pesquisa tendo como norte o seguinte questionamento: quais as implicações e decorrências das parcerias, ações e projetos que foram e estão sendo desenvolvidas entre a FIESC e a SED no processo de construção e implementação do Novo Ensino Médio catarinense (Lei Federal n. 13.415/17), principalmente no tocante ao itinerário formativo profissionalizante a partir do ano

⁸ Lançado em 2014, com a denominação “Campanha Pais pela Educação”, atualizada em 2018 para “Campanha Família pela Educação”, que tem o objetivo de estimular a participação da família na vida escolar dos filhos, pois os alunos que recebem apoio dos pais na vida escolar têm maior aprendizado. (MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO, 2019). Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/iniciativas/pais-pela-educacao.html>. Acesso em: 12 out. 2019.

⁹ Possui como responsabilidades: articulação política e relações institucionais; análise e aprovação do planejamento anual e relatório de atividades do ano anterior; promoção e cobrança da execução das ações planejadas; acompanhamento do cumprimento de diretrizes, objetivos e metas estabelecidas. Fonte: site do “Movimento Santa Catarina pela Educação”. Disponível em: <http://aindustriapelaeducacao.FIESC.com.br/movimento/estrutura-organizacional.html>. Acesso em: 26 out. 2019.

2012 – início da gestão do ex-secretário de Estado da Educação Eduardo Deschamps (2012 - 2018)

Em vista das diversas responsabilidades e competências determinadas pela Lei Federal n. 13.415/17 aos entes federativos sobre o Ensino Médio público, procuramos entender outros pontos que possam auxiliar na problemática desta pesquisa, como por exemplo: que tipo de parceria está sendo desenvolvida entre a FIESC e a SED na implementação do Novo Ensino Médio? Este questionamento faz-se importante, em nosso entendimento, pois favorece traçar um perfil dos projetos que a FIESC, por meio da SED, possui para o Ensino Médio catarinense e, em decorrência disso, para a formação do jovem trabalhador.

Também indagamos quem seriam as instituições e os envolvidos neste momento de implementação do Novo Ensino Médio no Estado de Santa Catarina? Que tipo e perfil de educação pública o Estado de Santa Catarina adotará? Estes questionamentos permitem identificar e traçar o Novo Ensino Médio catarinense que está em discussão na rede estadual de ensino, e evidenciar a FIESC como uma das principais protagonistas disso.

Com base nessas questões, definimos como objetivo geral: analisar os documentos impressos e on-line divulgados pela FIESC e os documentos publicitados pela SED, no que se refere às ações e projetos da FIESC com a SED no processo de formulação e implementação do Novo Ensino Médio (Lei Federal n. 13.415/17) na rede estadual catarinense. E como objetivos específicos, estabelecemos os seguintes: identificar as ações e os envolvidos na parceria entre FIESC e SED; analisar a concepção do Novo Ensino Médio catarinense, segundo a FIESC; e explicar como se encontram as fases de construção e implementação do Novo Ensino Médio em Santa Catarina.

Nossa hipótese parte do entendimento de que as transformações do capital na atualidade acarretaram mudanças na formação do trabalhador, exigindo deste um novo perfil. Com esse entendimento sobre formação do trabalhador, a FIESC, por meio do “Movimento Santa Catarina pela Educação”, está pautando ações junto à SED, com intenções voltadas a atender as exigências do mercado de trabalho, mais especificamente visando o aumento da produtividade e da competitividade.

1.1 JUSTIFICATIVA

Considerando a Lei Federal n. 13.415/17, que marcou recentemente a existência de um Novo Ensino Médio, apoiada pelas diversas federações industriais e instituições de nosso país, como por exemplo a FIESC e o Instituto Ayrton Senna¹⁰, entre outras que defendem a reforma como um meio de enfrentar o desafio de preparar jovens para um mercado de trabalho em profunda mutação tecnológica e organizacional, percebemos o quanto esta temática tornou-se presente nos debates e nos bancos de teses e dissertações, pois, conforme disponível nas páginas oficiais dessas instituições citadas, deparamo-nos com uma série de medidas, as quais possuem como pretensão alterar toda a estrutura curricular do Ensino Médio da rede pública de ensino e permitir o financiamento, com recursos públicos, de instituições privadas, a fim de ofertar parte dessa formação. A esse respeito, Piolli (2016, p. 23) afirma:

Os ocupantes do ministério aceleram reformas que estão vinculadas ao projeto educacional dos reformadores empresariais, representados, principalmente, pela organização “Todos pela Educação”. Esses atores, se antes orbitavam o MEC, hoje estão dando as cartas, acelerando reformas indutoras que ampliam as possibilidades de acesso aos fundos públicos pelo setor privado-mercantil, o que está em sintonia com os princípios, historicamente defendidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que compreende a educação como uma mercadoria, um serviço e não um bem público.

É indispensável apontar que as mudanças no quadro político brasileiro, a partir do início dos anos 2000, bem como os debates em torno de um novo Plano Nacional de Educação (PNE)¹¹, trouxeram também um movimento de discussões sobre os sentidos, as finalidades e os formatos que deveriam ter a última etapa da Educação Básica, ou seja, o Ensino Médio.

¹⁰ Em 1994 nasceu o Instituto Ayrton Senna, uma organização sem fins lucrativos que tem o objetivo de dar a crianças e jovens brasileiros oportunidades de desenvolver seus potenciais por meio da educação de qualidade. Desde sua fundação, o Instituto Ayrton Senna vem produzindo conhecimento e experiências educacionais inovadoras, capacitações de educadores e propostas de políticas públicas com foco na educação integral. O Instituto desenvolve soluções educacionais, pesquisas e conhecimentos em pedagogia, gestão educacional, avaliação e articulação para que sejam replicáveis em escala, além de fazer parcerias com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020).

¹¹ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em período determinado. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 out. 2019.

Nos últimos anos, os intelectuais orgânicos¹² assumiram um papel ainda mais decisivo no processo de estabelecimento de bases políticas e sociais para legitimar a configuração mais recente do capitalismo em nosso país. O desafio assumido por esses sujeitos políticos, segundo o site Confederação Nacional da Indústria (2020),¹³ foi de extrema relevância, pois permitiu aos estudantes optarem por diferentes trajetórias de estudo e pelo aprofundamento em áreas específicas, como ocorre na maioria das nações desenvolvidas, acrescentando ainda que o Ensino Médio tem “[...] uma lógica diversificada e flexível pelo entendimento de que essa etapa é de transição, que encaminha uma parte dos jovens para a universidade e outra para o mundo do trabalho.” (CNI, 2020).

A esse respeito, é importante ressaltar a importância de destacarmos que o uso do termo “Reforma” leva a inúmeros questionamentos, principalmente quando nos deparamos com diversas narrativas presentes no campo político, justificando tal atividade. Para Shiorma *et al.* (2005, p. 429),

“[...]a vulgarização do vocabulário da reforma pode ser considerada uma estratégia de legitimação eficaz, na medida em que consegue colonizar o discurso, o pensamento educacional, e se espalhar no cotidiano como demanda imprescindível da modernidade [...]”.

A respeito da reforma do Ensino Médio e suas disputas, Ferreti e Ribeiro da Silva (2017, p. 392) ressaltam:

Passados pouco mais de 20 anos desde que foi sancionada a LDB¹⁴ de 1996 e pouco mais de 4 desde a homologação das atuais DCNEM¹⁵, deparamo-nos com um novo momento de disputas. O período mais recente, representado pelo golpe parlamentar e pelo governo Temer, remete ao neoliberalismo mais regressivo cuja referência principal é a modernização tecnológica, no plano da produção, aliado ao capitalismo financeiro. A preocupação com a coesão social praticamente desapareceu, ainda que alguns programas dos governos anteriores permaneçam, todavia sem a mesma ênfase e até mesmo com restrições.

¹² Os intelectuais orgânicos, além de serem especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam. (SEMERARO, 2006, p. 373 *apud* GRAMSCI, 1975).

¹³ Confederação Nacional da Indústria (CNI). Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-caminho-para-que-jovens-tenham-mais-oportunidades-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 20 abr. 2020.

¹⁴ (BRASIL, 1996) Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 out. 2019.

¹⁵ Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 9 nov. 2019.

Salientamos que as justificativas para as propostas de reforma curricular aglutinam-se em torno de quatro situações, conforme atesta o Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2017¹⁶: o baixo desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); a estrutura curricular com trajetória única para o conjunto de estudantes, cuja carga compreende 13 disciplinas, considerada excessiva e que seria a responsável pelo desinteresse e pelo fraco desempenho; a necessidade de diversificação e flexibilização do currículo, tomando por modelo os países com melhor desempenho no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA); o fato, segundo o Ministério da Educação, de que menos de 17% dos alunos que concluem o Ensino Médio acessam a educação superior; e que cerca de 10% das matrículas estão na educação profissional, como justificativa para a introdução do itinerário “formação técnica e profissional”.

Para Krawczyk e Ferreti (2017), quando se trata de refletir sobre o sistema educacional brasileiro, é consensual a percepção de que o Ensino Médio é o nível de ensino que provoca os debates mais controversos, seja pelos persistentes problemas do acesso e da permanência, seja pela qualidade da educação oferecida, ou ainda pela discussão sobre qual Ensino Médio o Estado está ofertando. No entanto, segundo Bartolozzi Ferreira (2017, p. 296) “o próprio conceito de qualidade precisa ser esclarecido, pois se trata de uma categoria histórica e socialmente construída. Portanto, está relacionada a uma concepção de mundo e de educação”.

A proposta de um Novo Ensino Médio não é algo novo, pois já se arrastava no Congresso Nacional desde 2013 uma proposta de reforma – o Projeto de Lei n. 6.840, que apresentava como objetivo a reformulação desta última etapa da Educação Básica, como nos afirmam Ferreti e Silva (2017, p. 387): “Ao longo de quatro meses a MP esteve no centro do debate e trouxe à tona muitas das controvérsias e disputas que cercam o Ensino Médio brasileiro

¹⁶ Relatório do Ideb 2017 divulgado pelo MEC, que aponta o seguinte: “Após três edições consecutivas sem alteração, o Ideb do Ensino Médio avançou apenas 0,1 ponto em 2017. Apesar do crescimento observado, o País está distante da meta projetada. De 3,7 em 2015, atingiu 3,8 em 2017” (BRASIL, 2017).

na atualidade, mas que resultam de um processo que se arrasta já há algum tempo”.

Nos diversos estados brasileiros, encontramos problemas, considerados pelo Conselho Nacional de Educação, como pontuais e justificáveis para a implantação de um Novo Ensino Médio, como é o caso de Santa Catarina, em que, segundo a SED, desde 2011 os números de matrículas neste segmento da Educação Básica têm sofrido quedas, como nos apresenta Costa (2014, p. 103):

Os números do Ensino Médio catarinense podem impressionar, quando se considera uma matrícula de 250,7 mil em 2011. Entretanto, ao cotejar com os dados de 2005, verifica-se uma queda de 29 mil matrículas. Destaca-se, nos últimos cinco anos, a acomodação da matrícula ao redor dos 250 milhões, número inferior aos 338 mil jovens de 15 a 17 anos, residentes no Estado catarinense em 2012. Esse contexto suscita perguntar: Onde estão os jovens de 15 a 17 anos?

Para compreender o movimento da matrícula no Ensino Médio, é necessário levar em consideração diversos aspectos, como, por exemplo, o turno em que este se realiza. Segundo Costa (2014, p. 105): “O crescimento da matrícula nessa etapa do ensino se caracterizou pela expansão, na década de 1990, de cursos noturnos nas escolas médias estaduais”. Diante desse quadro, é importante entendermos o que levou a FIESC a promover projetos intitulados de políticas públicas voltadas ao sistema público de ensino, junto à SED em Santa Catarina. O empresariado não apenas se apresenta como possível sócio no financiamento da educação pública, mas advoga para si a possibilidade de interferir na direção dada ao seu financiamento e funcionamento.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Quando tratamos de temas relacionados às reformas e políticas públicas, torna-se importante resgatar o conceito de Estado e suas atribuições, bem como suas inúmeras facetas.

O conceito de Estado tornou-se um grande tema na atualidade, devido à sua complexidade, sobre o qual vem se desenvolvendo um amplo leque de estudos teóricos e pesquisas aplicadas, possibilitando um maior entendimento das diversas reformas políticas ocorridas em nosso país, principalmente na educação contemporânea.

Podemos afirmar que Estado não é algo distante dos conflitos entre classes, ou ainda como sendo “refém” dos interesses do capitalismo, muito antes o próprio Estado é resultado de interesses da classe burguesa sobre a classe trabalhadora. Sobre os interesses dessa classe burguesa e sua relação com o estado, Marx e Engels (2010, p. 75) apontam o seguinte: “O Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no interior com exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses”.

Portanto, podemos entender que o Estado nada mais é do que a forma específica de como a burguesia, no capitalismo, organiza a sua dominação, ainda que o exercício da dominação ocorra mediante contradições, o que pressupõe sempre rupturas, que dependem tanto do próprio movimento do capital quanto das ações da classe trabalhadora na luta pela sobrevivência. O que é importante destacar é o fato de que, ao tratarmos do conceito de Estado, não o tomamos como uma entidade neutra, acima dos interesses de classe, ao contrário, o tomamos como um elemento organizador da ordem do capital.

Para Gramsci (2007, p. 75), “Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é Estado”, por isso o autor aponta para uma necessidade de entendermos como funciona a dinâmica e o papel do Estado na sociedade, pois somente assim poderemos entender as diversas políticas públicas e reformas em andamento. Assim sendo, analisando o posicionamento de Gramsci (2007), fica claro a polêmica que envolve a reforma do Ensino Médio e sua instituição por meio de uma medida provisória.

Dantas e Pronko (2018) elaboraram uma reflexão sobre o Estado e o Capital, evidenciando a apropriação da burguesia por meio do Estado, da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores e, ao mesmo tempo, da necessidade de perpetuação desta relação de dominação. Segundo os autores, a emancipação política da classe que vive da venda da sua própria força de trabalho, embora sempre parcial e limitada, não deve e nem pode ser desprezada como parte de uma luta maior. Não podemos esquecer que vivemos em uma sociedade caracterizada pelo modo de produção capitalista, que é marcada pela cisão em duas classes sociais antagônicas entre si, sendo uma

representada pela classe dos trabalhadores e a outra pela classe da burguesia (MARX; ENGELS, 2010).

Vários são os envolvidos com a formulação e lançamento do Novo Ensino Médio (como por exemplo a classe empresarial, representada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as diversas federações da Indústria, Instituições como “Ayrton Senna” e a “escola da Inteligência”¹⁷, entre outros atores), o qual já vem sendo discutido há anos, porém passou a ganhar destaque com a medida provisória editada pelo ex-presidente da república, Michel Temer (2016-2018), em 2016, que, na verdade, resgata ideias e pontos discutidos desde 2013 na Comissão Especial do Congresso Nacional. Porém, fica claro que todos os envolvidos com a reforma são representantes ligados diretamente aos aparelhos privados de hegemonia¹⁸, como, por exemplo, fundações e instituições privadas, que visam gerenciar o sistema público de ensino, utilizando-se do fundo público.

Sobre o gerenciamento de recursos públicos por instituições privadas, aqui mencionado, destacamos diversas ações pautadas nos interesses da classe empresarial, tais como as parcerias público-privado em nosso país, voltadas aos serviços básicos, principalmente no âmbito educacional, a título de exemplo do que ocorre na rede municipal de ensino de Florianópolis, onde as Organizações Sociais desempenham atividades nas unidades escolares¹⁹. A esse respeito, Shiroma *et al.* (2005) debatem as questões relacionadas aos interesses empresariais na educação, quando analisam o provimento privado de serviços públicos sob a forma das parcerias público-privadas construídas pelo governo, a fim de realizar a inspeção e o gerenciamento de escolas e, com isso,

¹⁷ Segundo informações disponíveis na página oficial da Instituição, é um programa educacional que objetiva desenvolver a educação socioemocional no ambiente escolar. Fundamentada na Teoria da Inteligência Multifocal, elaborada pelo Dr. Augusto Cury, a metodologia promove, por meio da educação das emoções e da inteligência, a melhoria dos índices de aprendizagem, a redução da indisciplina, o aprimoramento das relações interpessoais e o aumento da participação da família na formação integral dos alunos. Atualmente, o Programa atende diretamente mais de 200 mil alunos em escolas de todo Brasil (ESCOLA DA INTELIGENCIA, 2019).

¹⁸ Sobre o conceito e principais aspectos dos aparelhos privados de hegemonia, trataremos mais adiante, no Capítulo 3 deste estudo.

¹⁹ FLORIANÓPOLIS. Lei Municipal nº 10.372 de 23 de julho de 2018. Institui o programa creche e saúde já no âmbito do município de Florianópolis e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Florianópolis, SC, 23 jul. 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2018/1038/10372/lei-ordinaria-n-10372-2018-institui-o-programa-creche-e-saude-ja-no-ambito-do-municipio-de-florianopolis-e-da-outras-providencias?q=10.372>. Acesso em: 20 abr. 2020.

utilizarem-se dos recursos advindos do fundo público. Desse modo, os aparelhos privados de hegemonia se organizam de maneira articulada para formular e apresentar, ao governo dos diversos estados da Federação, propostas de intervenções e reformas no sistema educacional público, principalmente relacionadas ao Novo Ensino Médio, utilizando-se de análises de dados quantitativos de produtividade da educação pública brasileira.

A esse respeito, recorreremos a Silva e Santos (2019, p. 119), que nos apontam o seguinte:

[...] as múltiplas alterações na legislação educacional, no decorrer das reformas, corroboraram com a instalação da lógica privatista na educação. Sejam elas operacionalizadas por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, de 20 de novembro de 1996 (BRASIL, 1996), que institucionalizou a gestão por resultados, prevendo avaliação externa; [...] a descentralização financeira, instituída por meio da política de fundos, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF²⁰) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB²¹), que atende toda a Educação Básica, da Creche ao Ensino Médio. Esses fundos contribuíram substancialmente para que os municípios contratassem setores privados para a condução das políticas de gestão, apostilamentos. [..].

Segundo as autoras, esse rearranjo legislativo aqui citado criou a possibilidade ao Estado de conceder espaço ao privado na gestão de políticas sociais, no caso da educação, o que foi acrescido da gestão centrada nos resultados, viabilizada principalmente pelas avaliações em larga escala, apoiada por meio da divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ainda sobre esses aspectos, as autoras afirmam que a “ênfase nos resultados em conjunto impôs novas demandas à Educação Básica, dentre essas, a formação continuada de professores” Silva e Santos (2019, p. 119), a qual passa a ser conduzida ainda mais por entes privados.

²⁰ Em cada estado, os recursos do FUNDEF são distribuídos entre o governo estadual e os governos municipais, de acordo com o número de alunos do Ensino Fundamental público atendidos em cada rede de ensino (estadual ou municipal), conforme os dados constantes do Censo Escolar do ano anterior. Esse censo é realizado a cada ano pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do MEC, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação (BRASIL, 2020).

²¹ Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. (BRASIL, 2020).

Outro exemplo de intervenção e aproximação intensa dos aparelhos privados de hegemonia na educação pública, seria a reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), onde encontramos a presença e orientações relacionadas aos conteúdos de formação do jovem no espaço escolar. Sobre a presença dos aparelhos privados de hegemonia, na construção da BNCC, podemos citar como exemplo o Movimento Pela Base²², que, segundo as autoras Neves e Picinini (2018), é constituído por uma associação de grupos empresariais brasileiros que atuam junto ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação, apresentando supostas soluções ao problema do baixo rendimento escolar nessa fase da Educação Básica.

Neves e Picinini (2018) apresentam como uma das críticas a participação desses tipos de associações na formulação da BNCC e a ausência de consulta popular de especialistas e demais pesquisadores da área educacional, prevalecendo assim os próprios interesses e anseios do setor privado. Esse interesse na elaboração da BNCC também é comentado por Frigotto (2016, p. 15) que afirma que “[...] a BNCC não considera o jovem sujeito histórico, de conhecimento, de direitos, de consciência [...]”.

Portanto, podemos constatar o grande interesse dos grupos empresariais na reformulação do currículo e a melhoria da governança, com foco em resultados por meio da BNCC. A este respeito, o economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, Barros²³ (2016), por meio do site do próprio Instituto, afirmou durante reunião do Conselho Superior Estratégico da FIESC o seguinte: “[...] Contudo, além de reformular o ensino, é urgente o investimento na governança do sistema, que deve ter plano e metas para que o Brasil possa avançar nas avaliações de desempenho [...]”.

²² Grupo não governamental que, desde 2013, reúne entidades, organizações e pessoas físicas, de diversos ramos da indústria. Site “Movimento Pela Base”. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 out. 2019.

²³ Ricardo Paes de Barros é economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor da Cátedra Instituto Ayrton Senna no Insper, onde ele se dedica ao uso de evidência científica para identificação de grandes desafios nacionais e para a formulação e avaliação de políticas públicas. O economista se tornou referência internacional em pesquisas sobre educação, desigualdade social, pobreza, mercado de trabalho no Brasil e na América Latina. Site do Instituto Ayrton Senna. Disponível em: <https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/a-caoa/diagnostico-da-educacao.html>. Acesso em: 27 out. 2019.

Dessa forma, ao tratar da criação do Novo Ensino Médio catarinense, buscamos sistematizar os conceitos de Estado, hegemonia, trabalho e educação, partindo do entendimento de que as políticas públicas para a Educação Básica da rede pública de ensino, desde 1990, apresentam um contexto de ideias e posições ideológicas orientadas por organismos multilaterais que compõem os aparelhos de hegemonia. Desse modo, Kuenzer (2000, p. 17) afirma que:

Essa concepção particular, apresentada como consensual, só pode se sustentar pela difusão de um discurso pronto, assimilado individualmente, mas fabricado externamente ao sujeito, isto é, que lhe seja imposto. Para que todos assumam o mesmo discurso, é preciso que ele passe a ser dominante, para o que é decisiva a estratégia comunicacional, na medida em que consiste em uma racionalização construída e difundida para atender a interesses determinados.

A este respeito, podemos dizer que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho têm trazido à agenda político-pedagógica novas demandas de formação humana, enfatizando a relação entre educação e trabalho, na qual as formas de fazer – determinadas com base em processos técnicos simplificados, passam a ser substituídas por ações que articulem conhecimento científico, capacidades cognitivas e capacidade de intervenção criativa, para responder ao caráter dinâmico, complexo, interdisciplinar e opaco, que caracteriza o mercado de trabalho contemporâneo.

Em se tratando do Novo Ensino Médio, que é defendido pelo MEC e por várias instituições de cunho privado, como os movimentos “Todos Pela Educação” e “Santa Catarina pela Educação”, Kuenzer (2000) apresenta uma crítica, afirmando que a apropriação do conhecimento deve ser voltada à construção de uma nova sociedade, diferentemente dessa ideia defendida pelos organismos multilaterais, a qual se utiliza da educação para construir uma sociedade ditada pelo mercado de trabalho. Assim sendo:

[...] é preciso outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho nessa etapa de desenvolvimento das forças produtivas, para atender às demandas da revolução na base técnica de produção, com seus profundos impactos sobre a vida social. O objetivo a ser atingido é a capacidade para lidar com a incerteza, substituindo a rigidez por flexibilidade e rapidez, a fim de atender a demandas dinâmicas, que se diversificam em qualidade e quantidade, não para ajustar-se, mas para participar como sujeito na construção de uma sociedade em que o resultado da produção material

e cultural esteja disponível para todos, assegurando qualidade de vida e preservando a natureza. (KUENZER, 2000, p. 20).

Segundo a autora, essa nova mediação entre conhecimento e formação humana somente será plenamente possível em uma sociedade em que todos desfrutem igualmente das mesmas condições de acesso aos bens materiais e culturais socialmente produzidos, onde os jovens possam exercer o direito à diferença sem que isso se constitua em desigualdade, de tal modo que a escolha por uma trajetória educacional e profissional não seja socialmente determinada pela origem de classe.

Para Saviani (2007), devido à dinâmica do capital voltado à formação da força de trabalho, existem dois tipos de escolas: aquela voltada à formação profissional e outra voltada à formação ampla e geral. Com isso, podemos afirmar que, segundo o autor, a primeira escola está voltada à atenção na formação de profissionais, os quais precisam se organizar em processos de produção e realização de tarefas, já o segundo tipo de escola desempenha o papel de formação de profissionais intelectuais que exercem domínio em diversos setores da sociedade, ou seja, a escola passa por um processo nítido de divisão social.

Por meio do balanço das produções, o qual será mais adiante apresentado, entendemos que a classe empresarial, no contexto da reforma do Ensino Médio, foco de nosso estudo, formula e dissemina concepções educacionais com o objetivo de apresentar à sociedade a sua visão de mundo, que possui certa atuação própria de um aparelho privado de hegemonia, nos termos de Gramsci. Dentre as formulações disseminadas, podemos destacar a pedagogia das competências, frente a qual Ramos (2006) apresenta uma crítica sobre o conceito e sua relação com a educação e o trabalho, considerando que ocorre um deslocamento conceitual de formação/qualificação para o de competência, não somente no campo teórico, mas, sobretudo, no movimento real das relações existentes na sociedade.

Neste viés, podemos dizer que uma análise superficial das mudanças ocorridas no mundo do trabalho certamente levaria à conclusão de que está em curso um processo de elevação generalizada da educação da população, mas que a democratização do Ensino Médio, no entanto, não se encerra e ou se limita

na ampliação de vagas, pelo contrário, ela exige muito mais do que isso. Segundo Ramos (2006), ela exige espaços físicos considerados mínimos e adequados, tais como bibliotecas, laboratórios com estruturas que possam ofertar uma maior dinâmica em certos campos científicos, equipamentos e, principalmente, professores concursados (no caso da rede pública) com condições e que eles sejam capacitados. Sem essas precondições, discutir um novo modelo, pura e simplesmente, não resolve a questão, e voltamos à realidade apontada por Saviani (2007).

Por isso, Krawczyk e Ferretti (2017, p. 35) chamam atenção sobre o quadro atual que compõem o nosso objeto de estudo:

Quem propõe a reforma curricular ora em forma de Lei e em nome de quem ou de quem? O ensino médio brasileiro tem muitos problemas: infraestrutura precária das escolas, desvalorização docente (baixos salários, formas de contratação, vínculos com várias escolas), um formato escolar ultrapassado, entre outros. Mas, o discurso alarmista sobre a situação do ensino médio resulta de muito mais do que isso. Tem ocultado a falta de consenso em torno de que ensino médio se quer para o País, o que justifica as constantes reformas na sua estrutura, passando de uma organização única a uma organização com diferentes orientações e vice-versa, bem como por demandas constantes de inclusão e/ou exclusão de novos conteúdos no currículo, entre outros aspectos.

Os autores reforçam a crítica sobre a importância de uma estrutura que possa atender a necessidade de formar pessoas com espírito empreendedor, principalmente por meio da educação escolar em todos os níveis e modalidades de ensino, a qual vem se difundindo muito rapidamente, tanto por meio de pesquisas, como por meio da realização de projetos práticos que legitimam o modo capitalista de produção e intentam atender às suas demandas. A este respeito, Motta, Leher e Gawryszewski (2018, p. 316) afirmam:

Importante destacar que a condição de trabalhadores em “ocupações irregulares e eventuais” está sendo ressignificada e regulamentada como empreendedorismo. Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), estes empreendedores eram trabalhadores informais que passaram a ser reconhecidos como Micro Empreendedor Individual (MEI). Os novos empreendedores são, na maioria, jovens e de baixa escolaridade. No relatório da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE²⁴, 2014) consta que em

²⁴ Com atuação e representação em 26 estados brasileiros, a Conaje é uma entidade sem fins lucrativos que atua desde o ano 2000 no fomento ao empreendedorismo, no fortalecimento, criação e manutenção de novas empresas – principalmente aquelas geridas por jovens –, na articulação e divulgação de práticas capazes de fortalecer a disseminação de novos e sólidos negócios no Brasil. Por meio de parcerias, trabalha também para o estabelecimento de políticas públicas e práticas institucionais que incluam os

2013 existiam aproximadamente 60% de jovens empreendedores (na faixa etária entre 18-30 anos) e 76% potenciais empreendedores. No relatório Global Entrepreneurship Monitor (GEM²⁵, 2013) foi identificado, que, na categoria “empreendedor inicial”, a faixa etária mais relevante estava entre 25-34 anos de idade, com a taxa de 21,9% empreendedores; seguida pela faixa de 35-44 anos, com 19,9% e na faixa entre 18-24 anos de idade, apontava o percentual de 16,2%. Esses dados revelaram que os empreendedores iniciais são jovens, pois a faixa de 18 a 34 anos soma 38,1%; e no GEM (2017) essa taxa se eleva, passa para 43%, pois a faixa etária entre 18-24 anos de idade sobe para 20,1%.

Segundo os autores, os jovens, principalmente os de baixa escolaridade, ficam expostos à ideologia do empreendedorismo. Ainda de acordo com os autores, ocorre o processo desempenhado pela classe empresarial de educar, ao seu modo, essa massa de jovens trabalhadores, qualificados ou não, para as adversidades que o mercado impõe e para manter as condições políticas e sociais necessárias para a reprodução ampliada do capital. Para os autores, as frações de classe dominante criam novas trincheiras para ampliar, recalibrar e conferir organicidade à sua direção sobre o conjunto do processo pedagógico de adequação da força de trabalho aos interesses do bloco de poder.

Diante deste cenário, configura-se um grande desafio a universalização do Ensino Médio em nosso país – de modo particular, no caso da nossa pesquisa, o Ensino Médio catarinense, sendo uma das metas do Plano Estadual de Educação (PEE), estabelecido pela SED, na gestão de Eduardo Deschamps (2008-2012), o que será aprofundado nos capítulos posteriores.

1.3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Em relação à metodologia aplicada neste estudo e de acordo com o problema apresentado, considerando as técnicas de pesquisas sugeridas por vários estudiosos, como Marconi e Lakatos (2008), desenvolvemos uma pesquisa documental com enfoque em políticas públicas para educação. Para

micros e pequenos empreendedores nas primeiras categorias de estratégias de desenvolvimento do País. (CONAJE, 2020).

²⁵ O GEM é um relatório internacional coordenado por Babson College (Universidad Del Desarrollo, Global Entrepreneurship Research Association (Gera)). O Projeto GEM Brasil é executado pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), em parceria com o Sebrae, entre outras unidades do Sistema S e entidades acadêmicas e tem como objetivo apreender o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico, identificando “fatores críticos que contribuem ou inibem a iniciativa empreendedora”.(MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018, p. 317).

isso, utilizamos como suporte informacional diversos documentos elaborados e disponibilizados pela SED e pela FIESC para acesso ao público, tais como: matérias disponibilizadas no site da SED; cartilhas produzidas pela Coordenadoria Regional de Ensino de Florianópolis (GERED) e enviadas às escolas selecionadas como pilotos para a implantação do novo modelo de Ensino Médio; boletins informativos da FIESC, que são divulgados mensalmente no site da instituição; relatórios anuais divulgados pelo “Movimento Santa Catarina pela Educação”; e entrevistas concedidas aos meios de comunicação pelos principais articuladores da reforma do EM, como, por exemplo, o ex-secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, Eduardo Deschamps (2012 – 2018).

Os sites da FIESC e SED foram nossa principal base de dados, de onde retiramos informações, como as citadas anteriormente, promovendo um diálogo com o nosso referencial teórico. Outro ponto que abordamos está relacionado ao conceito de Estado, apresentado por Gramsci, e sua relação com a crise do capital, o que possui extrema relação com a reforma educacional em nosso país, mais precisamente no Ensino Médio, objeto desta pesquisa. Procuramos, dentro do contexto da reforma do Ensino Médio catarinense, entender qual o novo perfil de trabalhador atrelado com a crise do capital vem despertando, ainda mais, os interesses da classe industrial em Santa Catarina.

Lembramos que nossa análise documental também contemplará resoluções próprias de SC, editadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), como a Resolução CEE/SC n. 062/2018²⁶, além de outros documentos, tais como: a LDB n. 9.394/1996²⁷; as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio-DCNEM de 2018²⁸; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, editadas em 1998 e prescritas no

²⁶ Fixa normas complementares para a formação continuada dos professores da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina e estabelece outras providências (SANTA CATARINA, 2018).

²⁷ Lei Federal que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996).

²⁸ As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e contemplam os princípios e fundamentos definidos na legislação para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das instituições ou redes de ensino públicas e privadas que ofertam o Ensino Médio (BRASIL, 2018).

Parecer CNE/CEB n. 11/2012²⁹; o Plano Nacional de Educação-2014/2024³⁰, criado por meio da Lei Federal n. 13.005/2014; o Decreto n. 5.154/2004³¹; a Medida Provisória n. 746; as portarias do MEC n. 727³² e n. 649³³; e a Lei Federal n. 13.415/2017³⁴. Nestes documentos buscamos elementos que nos permitiram analisar os discursos que conferem ao ensino médio o papel de desenvolver nos alunos a formação das competências básicas que estão sendo exigidas pelo processo de produção do capital.

Com relação à análise documental, recorremos à obra de Shiroma *et al.* (2005), a qual apresenta subsídios teórico-metodológicos para analisar a política com base no conteúdo, nos conceitos e nos discursos presentes nos documentos de organismos nacionais e internacionais. Para os autores, os textos devem ser lidos em relação ao contexto particular e ao período em que foram produzidos, procurando ainda confrontá-los com outros textos produzidos no mesmo local e tempo. Diante dessa importância, podemos apontar que a análise de uma pesquisa é considerada um dos pilares do trabalho, pois indica o caminho e as informações que devem ser apresentados como resultado e produto.

Ainda sobre a análise documental, ela foi realizada mediante o estudo de documentos impressos e on-line divulgados pela FIESC e documentos publicitados pela SED de Santa Catarina, que evidenciassem a relação entre o

²⁹ Conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos (BRASIL, 2012).

³⁰ O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado em 26 de junho de 2014 e terá validade de 10 anos. Esse plano estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação. Por isso, todos os estados e municípios devem elaborar planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos — considerando a situação, as demandas e necessidades locais (FRANÇA, 2018).

³¹ Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências (BRASIL, 2004).

³² Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), em conformidade com a Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017).

³³ Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação (BRASIL, 2018).

³⁴ Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e n. 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 e pelo Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (BRASIL, 2017).

Estado e este importante aparelho privado de hegemonia, que é a FIESC, no que diz respeito ao processo de conformação do no Ensino Médio.

A esse respeito, Shiroma *et al.* (2005, p. 429) apontam o seguinte:

Acompanhar o movimento das reformas nos países como Estados Unidos e Inglaterra, citados como modelo de reforma educacional exitosa pelos organismos multilaterais, nos permite compreender, guardadas as particularidades, a natureza das medidas que recomendam aos chamados “países emergentes”. Colabora para a construção dessa “hegemonia discursiva” a disseminação massiva de documentos oficiais. Considerados uma “mina de ouro” por pesquisadores, estes documentos são relevantes tanto porque fornecem pistas sobre como as instituições explicam a realidade e buscam legitimar suas atividades, quanto pelos mecanismos utilizados para sua publicação, uma vez que muitos dos documentos oficiais, nacionais e internacionais são, hoje, facilmente obtidos via internet.

É indispensável lembrarmos que os documentos são consumidos diferentemente em contextos sociais diversos, como afirmam Shiroma *et al.* (2005), possuindo uma clara relação com os contextos particulares em que são produzidos e usados. É importante ressaltar que os documentos publicados sobre as reformas educativas de muitos países transformaram-se, segundo Shiroma *et al.* (2005, p. 13), “numa bricolagem de peças sobre ensino, formando um novo discurso pedagógico”³⁵.

Para a autora, é importante a “desconstrução” dos textos, visando a compreensão de seu processo de produção, o que se torna um importante mecanismo de análise discursiva, na medida em que permite localizar as inconsistências dos textos, os pontos em que ele transgride os limites dentro dos quais foi construído. Diante deste fato, após o levantamento das informações por meio das diversas fontes aqui citadas, traçamos um panorama de como estão ocorrendo as intervenções da indústria, por meio da FIESC e suas organizações, no sistema público estadual de ensino catarinense, apontando as principais ações, parcerias e projetos. Ressaltamos que neste trabalho se privilegia a compreensão da atuação dos empresários dirigentes da FIESC – entendidos

³⁵ Podemos citar como exemplo dessa situação em que um texto produzido em outro contexto passa a ser assimilado como “cartilha pedagógica” os quatro pilares da educação propostos no Relatório Delors (1999) – aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver – que passaram a ser referenciais para muitos educadores no Brasil (SHIROMA *et al.*, 2005).

aqui como “intelectuais orgânicos³⁶”, na acepção gramsciana (GRAMSCI, 1975), ou seja, “intelectuais ligados à classe dominante fundamental”.

Optou-se pela análise de documentos impressos e on-line divulgados pela FIESC e de documentos publicitados pela SED de Santa Catarina, incorporando aos dados entrevistas concedidas aos meios de comunicação pelos principais empresários e dirigentes da FIESC, como, por exemplo, o presidente da entidade, Mário César Aguiar (2018 – 2021). Sobre utilizar-se desta metodologia, vamos ao encontro do que Minayo (2012, p. 21) afirma: “embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”, tendo-se buscado interpretar o conteúdo e inferir as intenções, com o propósito de identificar e compreender as ações e projetos desenvolvidos pelas escolas catarinenses da rede estadual, que mantêm parcerias com a FIESC e demais envolvidos.

Diante da exposição aqui apresentada, entendemos que, para a viabilização desta pesquisa, é necessário conhecer a FIESC, desde seu surgimento, abrangendo as motivações de seus principais organizadores, suas estratégias de ação junto à SED para a produção de consensos, seu modo de assimilação de conceitos voltados à educação, suas relações com os organismos internacionais e, por fim, sua articulação com o governo do estado de SC, por meio da Secretaria de Estado da Educação.

Portanto, este tipo de análise documental e seus procedimentos possibilitaram uma maior clareza e organização na última etapa desta pesquisa, que é a elaboração do texto da dissertação.

1.3.1 Escolha e coleta das fontes

O percurso que trilhamos para escolher as fontes para o balanço teve início pela definição das bases de dados, de modo a contemplar os estudos em formatos de artigos, optamos pelas bases indexadoras de dados SciELO e

³⁶ Os intelectuais orgânicos são, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboradores de uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas, para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (SEMERARO, 2006, p. 373 *apud* GRAMSCI, 1975).

Periódicos Capes, sendo que, posteriormente, também foi realizada uma busca nos anais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) e da Reunião Científica Regional da ANPED – Sul, referentes ao Grupo de Trabalho (GT) 09 (Trabalho e Educação) e ao eixo temático “Trabalho e Educação”, respectivamente, porém, não obtemos êxito em nossas pesquisas, pois encontramos somente quatro publicações que estivessem relacionadas ao tema central deste estudo.

Em cada tipo de fonte de informação aqui apresentada, as pesquisas foram realizadas seguindo dois critérios de seleção, sendo eles: busca geral por textos que apontam em seus títulos e resumos palavras-chave como: Ensino Médio Inovador; Reforma do Ensino Médio; Trabalho e Educação; e Políticas Educacionais; as quais promoveram problematizações acerca do tema desta pesquisa. E como segundo critério utilizado, verificamos o objeto de estudo de cada trabalho, descartando aqueles que não apresentavam vínculo com a reforma do Ensino Médio.

A análise do título, resumo e palavra-chave foram suficientes para conseguirmos selecionar ou descartar a maioria dos trabalhos, de acordo com a nossa problemática, pois esses elementos já apresentavam informações que puderam apontar a relação ou não com nossos objetivos. Todavia, quando tais aspectos não se mostravam satisfatórios, realizávamos a leitura do texto na íntegra, para descobrir se o trabalho se encaixava em nossos critérios. A seguir, exibimos os resultados alcançados pela busca de periódicos, informando ano de publicação, título, autor e periódico publicado.

Quadro 1 - Artigos selecionados nas bases SciELO e CAPES.

Ano	Título	Autor(a)	Periódico
2000	O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito.	Acácia Zeneide Kuenzer	Educação & Sociedade
2005	O Estado em Marx e a teoria ampliada do Estado em Gramsci.	Maria Euzimar Berenice Rego Silva.	4º Colóquio Marx e Engels
2016	O processo de mercantilização da educação e o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil pós-golpe institucional de 2016	Evaldo Piolli	Revista Exitus
2017	A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso	Eliza Bartolozzi Ferreira	Educação & Sociedade
2017	Reforma do Ensino Médio: desmonte na educação e inércia do enfrentamento retórico	Denis Castilho	Pragmatismo político. Educação
2017	Reforma do Ensino Médio: o que querem os golpistas	Lisete Regina Gomes Arelaro	Retratos da escola
2017	Ensino médio: atalho para o passado	Luiz Antônio Cunha	Educação & Sociedade
2017	Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil	Monica Ribeiro da Silva e Leda SCHEIBE	Retratos da escola
2017	Empresariado industrial e a educação profissional brasileira.	Ramon de Oliveira.	Educação e Pesquisa
2017	Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória no 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia.	Celso João Ferreti e Monica Ribeiro da Silva	Educação & Sociedade
2017	Reforma do ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres.	Gaudêncio Frigotto	Educação e Marxismo em Debate
2017	Flexibilizar para quê? Meias verdades da "reforma".	Nora Krawczyk e Celso João Ferretti	Retratos da escola
2017	A Reforma do Ensino Médio	Francisco Aparecido Cordão	SENAC
2017	A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais	Dante Henrique Moura e Domingos Leite Lima Filho	Retratos da escola
2017	Reforma do Ensino Médio: o que querem os golpistas.	Lisete Regina Gomes Arelaro	Retratos da escola
2018	Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do estado.	Claudia Lino Piccinini e Rosa Maria Corrêa das Neves	Germinal: marxismo e educação em debate
2018	A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação	Celso João Ferreti	Estudos Avançados
2018	Considerações sobre a reforma do ensino médio do governo temer.	Idevaldo da Silva Bodião	Cadernos de Pesquisa - UFMA
2018	A reforma do ensino médio: privatização da política educacional.	Vinícius de Oliveira Bezerra e Carla Busato Zandavalli Maluf de Araújo.	Retratos da escola
2018	A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora	Vânia da Motta; Roberto Cardoso	Educação e lutas sociais no Brasil

		Leher; Bruno Gawryszewski.	
2019	Da Financeirização da Educação: quem educa o educador?	Mariléia Maria da Silva e Márcia Luzia dos Santos	Contra Pontos – UNIVALI

Fonte: elaborado pelo autor tendo como referência as bases indexadoras de dados SciELO e Periódicos Capes

1.4 ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO

O presente estudo está estruturado em três capítulos, precedidos por uma introdução. No texto introdutório, buscamos apresentar nosso objeto de estudo – a reforma do Ensino Médio catarinense – apontando o caminho que trilhamos para chegar a esta definição. Ainda nesta parte, apresentamos nossa problemática e os objetivos para tentar respondê-la, acrescentando também nossa hipótese. Em seguida, exibimos a justificativa, o referencial teórico e os procedimentos metodológicos. No primeiro capítulo apresentamos um balanço da produção acadêmica sobre a reforma do Ensino Médio, apresentando principais aspectos e características, bem como a descrição dos materiais pesquisados. No segundo capítulo, procuramos explicar o processo de formação da classe empresarial industrial catarinense, por meio do histórico da FIESC e sua relação com a educação a partir dos anos 2000. No terceiro capítulo apresentamos, as principais ações e projetos concebidos pela FIESC e pela Secretaria de Estado da Educação, procurando explicar as principais articulações existentes entre o formato do Novo Ensino Médio catarinense e os interesses do setor industrial, aqui representado pela FIESC. Por fim, elaboramos algumas considerações sobre os resultados da pesquisa.

2 AS PRINCIPAIS DISCUSSÕES EM TORNO DA REFORMA

Antes de apresentar o balanço das principais discussões em torno da atual reforma do Ensino Médio, reiteramos que a presente pesquisa tem como objeto de análise a relação entre a FIESC e a SED no processo de formulação de implementação do Novo Ensino Médio, a Lei Federal n. 13.415/17. Diante deste propósito, o presente balanço tem como intuito expor algumas questões que contribuam para revelar as determinações desta relação. Nessa perspectiva, optamos por abordar no balanço as principais discussões travadas sobre a então reforma do Ensino Médio, priorizando autores no campo crítico à reforma, por entendermos que as questões suscitadas por tais autores trariam elementos mais consistentes aos propósitos de nossa pesquisa.

Para tanto, é importante entendermos que a atual reforma do Ensino Médio se deu por meio da Medida Provisória (MP) n. 746, editada pelo ex-presidente da República Michel Temer, em 2017, e aprovada pelo Congresso Nacional no mesmo ano, tornando-se a Lei Federal n. 13.415/2017, no dia 17 de fevereiro. No entanto, a MP n. 746 é, na verdade, a etapa semifinal de um processo iniciado em 2013, por meio de um Projeto de Lei (PL) n. 6840/2013, apresentado por uma Comissão Especial pertencente à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Apesar de o PL n. 6.840 ter sido alvo de questionamento por parte da chamada sociedade civil, especialmente do Movimento em Defesa do Ensino Médio³⁷, elementos dele constam na Lei Federal n. 13.415/2017, com modificações, principalmente aqueles que se referem à constituição dos denominados percursos formativos.

A Lei Federal n. 13.415/2017 promove alterações na estrutura do Ensino Médio, por meio da criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Essas alterações possuem como objetivo, segundo o Ministério da Educação (MEC), tornar a escola mais atraente e, com isso, diminuir os índices elevados de evasão escolar que o Ensino Médio vem apresentando.

³⁷ Movimento ligado ao Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná, o qual tem por objetivo reunir estudantes, educadores e pesquisadores dos diversos níveis e modalidades de ensino que tenham interesse em compartilhar ideias, temas e pesquisas sobre Ensino Médio, juventude, suas relações com a escola e com o mundo do trabalho. Disponível em: <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/about/>. Acesso em: 25 out. 2019.

Uma dessas alterações refere-se à ampliação da carga horária mínima anual do Ensino Médio, progressivamente, para 1.400 horas, promovendo o que denominamos de escola de tempo integral, tornando-se necessário haver interferência no espaço físico escolar, como, por exemplo, reformas e adequações, para que assim esses ambientes possam oferecer as condições mínimas às atividades que contemplam a carga horária pretendida. Outra mudança está ligada à obrigatoriedade do ensino de língua portuguesa e matemática nos três anos do Ensino Médio, além de obrigatório também o ensino da arte, sociologia, filosofia e da educação física. Outro destaque que a legislação que regulamenta o Novo Ensino Médio traz está relacionado ao ensino da língua inglesa obrigatória nos currículos do Ensino Médio, facultando neste o oferecimento de outros idiomas, preferencialmente o espanhol. Um ponto importante que a reforma do Ensino Médio apresenta é o currículo, que será composto pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)³⁸ e por itinerários formativos específicos, definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional.

A reforma do Ensino Médio, instituída por meio da Lei Federal n. 13.415/17, conforme apresentada na gestão do ex-presidente da República Michel Temer (2016 – 2018), possui como um dos objetivos, segundo seus articuladores, como o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação, transformar o espaço escolar em algo mais atrativo aos estudantes, principalmente àqueles jovens que cursam o Ensino Médio, que apresentou no censo escolar de 2018 o maior índice de evasão escolar.

Para apresentarmos um balanço das pesquisas em torno do processo de reforma do Ensino Médio, primeiro precisamos destacar o contexto no qual os diversos documentos a esse respeito foram levantados, como, por exemplo, as portarias n. 727 e n. 649 do Ministério da Educação, as quais tratam das novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas

³⁸ Aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 4 de dezembro de 2018, a qual define o conteúdo mínimo a ser ensinado em todas as escolas do País, no Ensino Médio, públicas e privadas. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 26 out. 2019.

de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), em conformidade com a Lei n. 13.415, de 17 de fevereiro de 2017. A Portaria n. 727 apresenta-nos alguns pontos de grande debate no meio acadêmico, pois aponta alguns mecanismos que favorecem a consolidação do Novo Ensino Médio e, paralelo a isso, dificulta o acesso de grande parte dos jovens trabalhadores ao ensino noturno, conforme pode ser analisado no art. 1º da Portaria n. 727, por exemplo:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, em conformidade com as diretrizes dispostas nos arts. 13 ao 17 da Lei nº 13.415, de 2017, com vistas a apoiar a implementação da proposta pedagógica de tempo integral em escolas de ensino médio das redes públicas dos Estados e do Distrito Federal. **Parágrafo único** - A proposta pedagógica das escolas de ensino médio em tempo integral terá por base a ampliação da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante, tendo como pilar a Base Nacional Comum Curricular e a nova estrutura do ensino médio. (BRASIL, 2017, p. 9).

Por meio do artigo supracitado, podemos entender que a implantação da educação em tempo integral no Ensino Médio pode significar a exclusão de outros jovens e adultos matriculados em EJA³⁹, pois as escolas que ofertam essa modalidade de educação terão que ofertar exclusivamente o Ensino Médio.

Já a Portaria n. 649, que institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação, apresenta de que maneira as unidades federativas participarão deste processo de implementação do Novo Ensino Médio, conforme texto dos artigos 1º e 2º:

Art. 1º É instituído o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio para apoiar as secretarias de educação estaduais e do Distrito Federal na elaboração e na execução do Plano de Implementação de novo currículo que contemple a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, os diferentes itinerários formativos e a ampliação de carga horária para mil horas anuais.

Art. 2º O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio realizar-se-á por intermédio das seguintes ações:

I - apoio técnico para a elaboração e execução do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio, conforme descrito nos Capítulos II e III desta Portaria;

II - apoio técnico à implantação de escolas-piloto do Novo Ensino Médio, conforme descrito no Capítulo IV desta Portaria;

III - apoio financeiro, conforme disponibilidade orçamentária a ser atestada previamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da

³⁹ A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal que perpassa todos os níveis da Educação Básica do País, destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. Permite que o aluno retome os estudos e conclua-os em menos tempo, possibilitando, dessa forma, sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho. (BRASIL, 2019).

Educação, em um dos programas que tenham aderência com o Novo Ensino Médio; e
IV - formação continuada dos membros da equipe técnica de currículo e gestão de cada estado e do Distrito Federal, por meio do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – Pro BNCC, instituído pela Portaria MEC nº 331, de 5 de abril de 2018. (BRASIL, 2018, p. 72).

De maneira ampla, podemos afirmar que ambas as portarias apontam caminhos que respondem acerca da necessidade de estabelecer ações conjuntas entre os entes federados, que propiciem novas organizações curriculares para o Novo Ensino Médio, compatíveis, segundo o Ministério da Educação (MEC), com as perspectivas da sociedade contemporânea e com os anseios dos jovens. Outro aspecto levantado pelas portarias está relacionado à promoção de ações compartilhadas com os estados e o Distrito Federal, para a melhoria do Ensino Médio e a perspectiva de universalização do acesso e permanência de todos os adolescentes de 15 a 17 anos nesta etapa da Educação Básica, de forma a atender à Meta 3 do Plano Nacional de Educação⁴⁰, instituído pela Lei n. 13.005, de 2014.

Este cenário aqui apresentado tornou-se um dos pontos centrais para as discussões sobre o processo de reforma do Ensino Médio no Brasil, pois possibilita, por meio da leitura das portarias, entender como ocorrerá a divisão de tarefas entre os Estados e a União, bem como quais serão as fontes que irão financiar e gerir tal modelo de ensino. A esse respeito, podemos destacar a concepção e o papel do Estado e seus pensadores orgânicos no pleno desenvolvimento político da educação, apontados por Ferreti e Silva (2017, p. 388):

A partir das constatações e distinções que Gramsci elabora sobre a concepção de Estado ampliado, constituído, na superestrutura, pela sociedade política — ou Estado em sentido estrito — e pela sociedade civil, que esta se organiza politicamente de modo que o grupo ou a classe dominante exerça a hegemonia sobre o conjunto da sociedade por meio de um conjunto amplo e heterogêneo de organizações (escolas, igrejas, partidos políticos, meios de comunicação etc.), promovendo, de forma dinâmica, a elaboração e a divulgação ideológica de seus valores, suas aspirações, sua moralidade e seus hábitos, com o objetivo de obter, junto aos grupos aliados e às classes dominadas, o consentimento e o consenso em relação a tal configuração político-ideológica. A efetividade dessa ação cria as condições para que a classe dominante assuma, também, a condição de classe dirigente.

⁴⁰ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024 (BRASIL, 2014, p. 12).

É importante entendermos que os autores apontam alguns aspectos que explicam ações do Estado e suas articulações com grupos hegemônicos, particularmente no que se refere à educação pública de nosso país. Para Ferreti e Silva (2017), a relação do Estado com grupos hegemônicos é fundamental para fortalecer, junto aos setores sociais, que são objeto da disputa hegemônica, formas de conceber o mundo, que os autores denominam de reforma intelectual e de conduzir-se de maneira coerente com tal concepção, intitulado como reforma moral. Cabe observarmos que Ferreti e Silva (2017) associam duas expressões de grande importância: “reforma intelectual e reforma moral”, ambas em destaque quando analisamos outro documento relacionado à reforma do Ensino Médio (REM): a Medida Provisória n. 746, que iniciou todo o processo da atual reforma no sistema público de Ensino Médio.

Esse levantamento nos possibilitou a compreensão de alguns elementos do objeto de estudo no seu acontecer histórico, não apenas no quadro histórico do momento, mas na sua origem.

2.1.1 Análise da produção acadêmica

O balanço da produção que ora apresentamos sobre a reforma do Ensino Médio tem por objetivo apreender como esta temática vem sendo trabalhada pelos pesquisadores.

Uma das referências que nos chamaram a atenção foi a análise que Ferreti e Silva (2017) realizaram sobre o REM, trabalhando com a crítica da hipótese de que foram acatadas pelo Ministério da Educação e CNE as sugestões dos intelectuais orgânicos⁴¹ na construção de uma ordem social articulada aos interesses dos grupos que foram favorecidos pelo impeachment da ex-presidente Dilma Roussef, ocorrido em agosto de 2016, e que, desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), ocupam os órgãos e as instâncias de poder. Nesse sentido, para os autores esses

⁴¹ Os intelectuais orgânicos são, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboradores de uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas, para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (SEMERARO, 2006, p. 373 *apud* GRAMSCI, 1975).

intelectuais e suas proposições são considerados como partes constitutivas da disputa por hegemonia.

Apesar do discurso governamental propagar que a reforma educacional, aprovada na gestão do ex-presidente Michel Temer (2016-2019) e em processo de implantação no Brasil, representa o consenso nacional quanto à importância e os rumos da educação, é importante destacar que tal proposta já estava em trâmite desde o período de gestão dos dois ex-presidentes do Brasil vinculados ao partido dos Trabalhadores (PT): Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Durante o primeiro mandato de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o campo educacional, segundo Novelli (2010), foi marcado muito mais por permanências do que por rupturas em relação ao governo anterior. Tendo sido herdeiro de uma reforma educacional de longo alcance e complexidade, que durante os dois mandatos do governo que o precedeu (gestão de Fernando Henrique Cardoso: 1995 – 2003), mudou os rumos da educação brasileira do nível básico ao superior, portanto restava realizar o que podemos denominar de re-reforma da educação, ou conservar e manter as iniciativas já implementadas e sancionadas pelo governo anterior, este último caso, em nossa análise, parece ter sido a opção adotada. Os primeiros quatro anos de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2006) podem ser caracterizados, segundo Novelli (2010), no que se refere à Educação Básica, pela ausência de políticas regulares e de ação firme, no sentido de contrapor-se ao movimento de reformas iniciado no governo anterior.

Já no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016), podemos constatar a continuidade da política educacional de seu antecessor, como, por exemplo, a reunião do Consed desde junho de 2015, que reformulou a proposta de reforma do Ensino Médio, com base ao Projeto de Lei (PL) n. 6.840/13, de autoria do deputado federal Reginaldo Lopes, do Partido dos Trabalhadores (PT/MG). A esse respeito, Cordão (2017, p. 276) aponta o seguinte:

A partir destes encontros, um documento foi redigido – a “Carta de Princípios sobre o Ensino Médio Brasileiro”, contendo o posicionamento sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e proposições em relação ao PL n. 6.840/2013. Este documento foi entregue, em 3 de março de 2016, ao Ministério da Educação, pelos

Secretários Estaduais de Educação de todo o Brasil, por meio do Consed.

Ainda sobre o PL n. 6.840/2013, que constitui o projeto de reforma do Ensino Médio que mais adiante contribuiu para o surgimento da MP n. 746, ele apresentava como pontos principais a alteração da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no Ensino Médio, dispõe sobre a organização dos currículos do Ensino Médio em áreas do conhecimento e dá outras providências.

Outro destaque no trâmite da Reforma do Ensino Médio, ainda no período de governo da ex-presidente Dilma Roussef (2011 – 2016), foi a coordenação e reformulação do Grupo de Trabalho (GT) de reforma do Ensino Médio do Consed⁴², pelo Prof. Dr. Rossieli Soares da Silva⁴³, em junho de 2015. Este grupo de trabalho, segundo Cordão (2017), foi responsável pela assessoria técnica nas discussões relativas ao Ensino Médio, na interlocução com o MEC e outros órgãos afetos a políticas, programas e projetos do segmento.

A partir destes encontros, um documento foi redigido, denominado “Carta de Princípios sobre o Ensino Médio Brasileiro”⁴⁴, contendo o posicionamento sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as proposições em relação ao PL n. 6.840/2013. Este documento foi entregue, em 3 de março de 2016, ao Ministério da Educação, pelos Secretários Estaduais de Educação de todo o Brasil, por meio do Consed.

Para ressaltarmos a importância do processo que levou à criação da reforma do Ensino Médio bem antes da gestão do ex-presidente Michel Temer (2016-2018), recorreremos a Cordão (2017), que aponta uma linha do tempo sobre a reforma, conforme pode ser analisado no Quadro 2.

⁴² Fundado em 1986, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que reúne as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.consed.org.br/consed/consed/missao-e-objetivos>. Acesso em: 25 out. 2019.

⁴³ Atual secretário de Estado da Educação de São Paulo. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/rossieli-soares-da-silva-e-empossado-novo-secretario-da-educacao/>. Acesso em: 17 out. 2019.

⁴⁴ Carta de Princípios sobre o Ensino Médio brasileiro com um posicionamento sobre a Base Nacional Comum e proposições em relação ao Projeto de Lei (PL) n. 6840/2013, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, propondo uma série de mudanças no Ensino Médio (CONSED, 2015).

Quadro 2 - Processo histórico da Reforma do Ensino Médio no Brasil

ANO	OCORRÊNCIA	
1998	<ul style="list-style-type: none"> Grande debate e aprovação das Diretrizes do Ensino Médio de acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 	elaborado pelo em Cordão
2002	<ul style="list-style-type: none"> Seminário nacional sobre Reforma do Ensino Médio 	
2007	<ul style="list-style-type: none"> Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com a promessa de garantir a universalização do EM 	base no que apresentado e por meio MEC e da Santa atualizamos informações (2017),
2009	<ul style="list-style-type: none"> MEC lança o Plano de Ações Articuladas Novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 	
2010	<ul style="list-style-type: none"> Ensino Médio Inovador Consed cria o Grupo de Trabalho de Reforma do Ensino Médio 	
2012	<ul style="list-style-type: none"> Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) 	
2013	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Lei n. 6.840/2013 	
2014	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional da Educação (PNE). Meta 3.1 “Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares. Estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados.” 	

apresentando, no Quadro 3, um pouco da trajetória do Novo Ensino Médio no Brasil e em Santa Catarina.

Quadro 3 - Processo histórico da Reforma do Ensino Médio no Brasil e em Santa Catarina

2016	<ul style="list-style-type: none"> Medida Provisória n. 746, que reformula o Ensino Médio brasileiro, editada na Gestão do ex-presidente Michel Temer: Promove alterações na estrutura do ensino médio, última etapa da Educação Básica, por meio da criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Amplia a carga horária mínima anual do ensino médio, progressivamente, para 1.400 horas.
2017	<ul style="list-style-type: none"> Lei n. 13.415/2017, que instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, estabelecendo um período de 10 anos para repasse de recursos às SEE.

2018	<ul style="list-style-type: none">• Resolução CNE/CP n. 4, de 17 de dezembro de 2018 – Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB.• Estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para a realização de avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI e seleção de novas unidades escolares para o Programa, por meio da Portaria n. 1023, de 4 de outubro de 2018.• Define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola às unidades escolares pertencentes às Secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC n. 649, de 10 de julho de 2018, e às unidades escolares participantes da avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio.• Em junho, o “Movimento Santa Catarina pela Educação”, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SED) e com o SESC/SC, organizaram seminários em todas as regiões do Estado de SC que abordaram a educação integral e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da reforma do Ensino Médio.
2019	<ul style="list-style-type: none">• Em janeiro, a SED recebe vice-presidente da Região Sul da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e ex-presidente da FIESC, Glauco José Côrte, para discutir a aproximação da Indústria Catarinense e a Rede pública Estadual de Ensino, no que diz respeito ao Novo Ensino Médio.• No mês de agosto, com o propósito de dar apoio e discutir o planejamento dos pilares do Novo Ensino Médio, a Secretaria de Estado da Educação promoveu, em Chapecó, a primeira reunião técnica sobre o assunto. A vice-governadora, Daniela Reinehr, participou da abertura do evento ao lado da secretária adjunta da SED, Carla Bohn, que conduziu a abertura das discussões com diretores das 120 escolas que já aderiram à proposta e supervisores das 36 coordenadorias regionais de educação de Santa Catarina.• Em setembro, a rede estadual de ensino de Santa Catarina esteve representada no <i>2º Encontro da Frente de Trabalho Currículo e Novo Ensino Médio</i>, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), em Brasília. O evento reuniu quatro representantes de cada uma das 27 unidades da federação, em uma imersão sobre diretrizes de implementação do Novo Ensino Médio, que ocorre a partir de 2020.• Ocorre em outubro, ocorreu o primeiro “Dia C”, mobilização simultânea nas redes sociais promovida pelas comunicações das secretarias estaduais, do Consed e da Undime para disseminar informações e materiais sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular e do Novo Ensino Médio.• Em outubro, a secretária adjunta da SED, Carla Silvanira Bohn, e a coordenadora do Ensino Médio, Sirley Damian de Medeiros, divulgam por meio de vídeo, como será todo o processo de implementação do Programa em Santa Catarina.• No mês de novembro, ocorreu o <i>1º Encontro Formativo do Novo Ensino Médio</i>, onde o Secretário de Estado da Educação afirmou que a

“Integração e Flexibilização Curricular” é um novo passo na sistematização e comunicação das ações em Santa Catarina. Participaram deste encontro os coordenadores das 36 regionais de Educação no estado e coordenadores pedagógicos de diversas unidades que ofertam o ensino médio da rede estadual.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos sites do MEC e da SED.

Por meio da análise dos Quadros 2 e 3, podemos entender que a movimentação em torno da reforma do Ensino Médio já ocorre há tempos, mais precisamente, desde 1998, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), com os debates sobre a Lei e Diretrizes do Ensino Médio, e começa a ser implementada na transição da gestão de Michel Temer (2018) para a de Jair Bolsonaro (2019)

Considerando o balanço realizado sobre a reforma do Ensino Médio, é possível constatar que, não por acaso, o empresariado tem aumentado seu interesse pelas questões educacionais que afetam o País, no que tange à Educação Básica e, particularmente, ao Ensino Médio, desde que se avolumaram as informações e análises relativas às novas demandas de perfil do trabalhador, decorrentes dos processos de reconfiguração do padrão de acumulação capitalista, a partir da década de 1970, como nos apontam Kuenzer *et al.* (2000, p. 18).

No Brasil, em que pese toda a carga de desigualdades e de crise econômica e institucional, este foi por algum tempo o discurso que unificou trabalhadores, empresários e Estado, com a mediação de seus intelectuais, passando a integrar as finalidades da educação na LDB, em que se faz particular alusão à educação básica como condição de continuidade de formação, de compreensão dos fundamentos científico, tecnológicos do trabalho e de formação ética e crítica, tendo em vista a participação cidadã nas relações sociais e produtivas.

Kuenzer *et al.* (2000) nos mostram como o Ensino Médio e toda ação de sua reformulação atendem às novas demandas de perfil do trabalhador, decorrentes dos processos de reconfiguração do padrão de acumulação capitalista, utilizando-se como exemplo os princípios de educação apontados pela LDB, formulada no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e alterada nos últimos governos que ocuparam a presidência do Brasil: Dilma Rousseff (2011 - 2016) e Michel Temer (2017-2018).

Já Neves e Piccinini (2018) se utilizam de outro exemplo: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que vai de encontro com o que Kuenzer (2000)

afirma. Segundo as autoras, a investigação específica que fundamenta a análise sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) iniciou em 2015, com a coleção de posições, em que seus autores, o Movimento Pela Base (MPB⁴⁵) – uma associação de grupos empresariais brasileiros.

Diante disso, a análise desenvolvida preliminarmente nos artigos de nossa triagem procurou evidenciar que há uma linha de argumentação que aproxima a última etapa da Educação Básica a uma visão mercantil da escola pública, contrariando seu caráter público, inclusivo e universal.

Em alguns periódicos, tais como Revista Exitus; Germinal: marxismo e educação em debate; Retratos da Escola; e Educação & Sociedade, entre outros relacionados ao campo da Educação, encontramos alguns autores, como Neves e Piccinini(2018); Moura e Lima Filho (2017), entre outros, que apontam uma concepção clara de que a reforma do Ensino Médio apresenta muito mais críticas do que elogios em relação há alguns aspectos principais da reforma do Ensino Médio, como currículo, carga horária etc., uma vez que a Lei Federal n. 13.415/17 determina uma série de mudanças, como a alteração de carga horária, a flexibilidade na contratação de profissionais denominados de notório saber e a não obrigatoriedade de alguns componentes curriculares, entre outros, que, de certa forma, acabam interferindo no perfil de ensino público e que, de acordo com Neves (2005), estão ligadas a projetos de construção, ou melhor, de imposição de políticas que interessam ao capital.

Diante disso, Neves e Piccinini (2018) afirmam que as reformas educacionais e políticas buscam atender as necessidades da burguesia em sua nova fase imperialista brasileira, implementando uma ideologia social imperialista de conciliação de classes, que se expressou com o Lulismo no Brasil. Esta reforma que, segundo as autoras, busca atender as necessidades da burguesia, causa uma outra preocupação, por parte dos docentes pesquisadores, como Frigotto (2016), Moura e Lima Filho (2017), Ferreti e Silva (2017) e Cunha (2017), relacionada aos jovens que trabalham durante o dia e frequentam a escola no período noturno.

⁴⁵ Grupo não governamental que, desde 2013, reúne entidades, organizações e pessoas físicas de diversos setores educacionais, que têm em comum a causa da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 17 out. 2019.

Segundo Arelaro (2017), a política que institui o Novo Ensino Médio não explica, de maneira clara, como funcionará o Ensino Médio noturno, pois, segundo a própria autora, “o grupo que a propôs não tem e não sabe o que dizer”. A esse respeito, a autora continua em seu texto afirmando que:

E não estão muito preocupados com os estudantes. É evidente que eles e nós sabemos que 800 horas anuais é o máximo que se pode propor para a situação: o aluno trabalhador, estudante do período noturno, com idade dita regular de 15 a 17 anos ou o maior de 21 anos. Mas, deveriam ser dois projetos diferentes, a EJA e os cursos noturnos chamados “regulares”. O primeiro exige organização especial e dentro das condições de vida e trabalho dos(as) estudantes um bom número deles com 15 a 19 anos de idade. Os trabalhadores mais velhos têm, em geral, uma jornada de trabalho bastante pesada e já chegam na escola depois de 8h a 10 horas de trabalho, daí porque defendem que os projetos de formação possam e devam ser mais flexíveis. (ARELARO, 2017, p. 12).

Para Arelaro (2017), alguns gestores defendem, de maneira sarcástica, reduzir a hora/aula para 40 minutos e, com isso, afirmam que se terá cumprido a exigência legal da flexibilidade. Porém, conforme a autora aponta, a maioria dos cursos, como, por exemplo, a EJA e os regulares em períodos noturnos, não tem atendido as necessidades dos jovens e dos adultos. Ainda segundo Arelaro (2017, p. 12), “é preciso mais respeito, melhores condições de funcionamento e criatividade para eles”.

Essa preocupação também é abordada por Kuenzer (2017, p. 37), quando afirma:

[...] a crítica se faz à extensão da carga horária, que inviabiliza o acesso ao ensino médio aos jovens que trabalham; por um lado, permanecer na escola por sete horas, com qualidade, é seu direito. Contudo, considerável parcela da população jovem trabalha, contribuindo de forma indispensável para a sobrevivência familiar, o que não é compatível com a permanência na escola por tempo integral [...].

Para Kuenzer (2000), o Novo Ensino Médio apresenta uma série de lacunas e pontos a serem discutidos, desde o acesso à escola até o processo pedagógico, questões tais como o planejamento e os currículos, entre outras. É importante entender que a reforma do Ensino Médio, principalmente a mudança curricular, faz parte de uma política de desenvolvimento do País, segundo os intelectuais orgânicos, portanto, o currículo deve expressar articulação com esse projeto. Isso explica, em grande parte, porque o planejamento curricular está adquirindo centralidade nas reformas educativas, especialmente na América

Latina. No caso brasileiro, isso se evidencia no contexto histórico das reformas curriculares, como, por exemplo, nos PCN⁴⁶s do Ensino Fundamental e Médio, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Básica e superior e nos mecanismos de avaliação do sistema (Saeb, Enem etc.).

Segundo Kuenzer (2000, p. 25), há uma certa flexibilidade na formação do jovem da rede pública de ensino, em que a aprendizagem flexível surge, conforme ela destaca, “como uma das expressões do projeto pedagógico da acumulação flexível, cuja lógica continua sendo a distribuição desigual do conhecimento, porém com uma forma diferenciada”. É necessário apontar que esta crítica pode ser explícita, quando analisamos o índice de avaliações do IDEB, onde é apontado que a maioria dos jovens da rede pública de ensino apresenta um baixo índice de aproveitamento. quando comparados aos jovens da rede privada de ensino, como podemos observar nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Ideb do Ensino Médio da rede estadual

Unidade da Federação	Ideb - rede estadual									
	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011	Ideb 2013	Ideb 2015	Indicador de Rendimento (P) 2017	Nota Média Padronizada (N) 2017	Ideb 2017	Meta Ideb 2017
Brasil	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	0,82	4,23	3,5	4,4
Norte	2,7	2,7	3,1	3,1	2,9	3,2	0,82	3,82	3,2	4,0
Rondônia	3,0	3,1	3,7	3,3	3,4	3,3	0,85	4,42	3,8	4,3
Acre	3,0	3,3	3,5	3,3	3,3	3,5	0,85	4,26	3,6	4,3
Amazonas	2,3	2,8	3,2	3,4	3,0	3,5	0,83	3,92	3,3	3,5
Roraima	3,2	3,1	3,5	3,5	3,2	3,4	0,84	3,92	3,3	4,6
Pará	2,6	2,3	3,0	2,8	2,7	3,0	0,79	3,58	2,8	4,0
Amapá	2,7	2,7	2,8	3,0	2,9	3,1	0,79	3,81	3,0	4,0
Tocantins	2,9	3,1	3,3	3,5	3,2	3,3	0,87	4,19	3,7	4,2
Nordeste	2,7	2,8	3,1	3,0	3,0	3,2	0,82	3,98	3,2	4,0
Maranhão	2,4	2,8	3,0	3,0	2,8	3,1	0,86	3,91	3,4	3,7
Piauí	2,3	2,5	2,7	2,9	3,0	3,2	0,86	3,91	3,3	3,6
Ceará	3,0	3,1	3,4	3,4	3,3	3,4	0,91	4,21	3,8	4,3
R. G. do Norte	2,6	2,6	2,8	2,8	2,7	2,8	0,76	3,77	2,9	3,9
Paraíba	2,6	2,9	3,0	2,9	3,0	3,1	0,79	3,88	3,1	4,0
Pernambuco	2,7	2,7	3,0	3,1	3,6	3,9	0,93	4,32	4,0	4,0
Alagoas	2,8	2,6	2,8	2,6	2,6	2,8	0,85	3,89	3,3	4,1
Sergipe	2,8	2,6	2,9	2,9	2,8	2,6	0,75	4,08	3,1	4,2
Bahia	2,7	2,8	3,1	3,0	2,8	2,9	0,74	3,73	2,7	4,1
Sudeste	3,2	3,4	3,5	3,6	3,6	3,7	0,83	4,39	3,6	4,6
Minas Gerais	3,4	3,5	3,6	3,7	3,6	3,5	0,79	4,52	3,6	4,8
Espírito Santo	3,1	3,2	3,4	3,3	3,4	3,7	0,86	4,77	4,1	4,4
Rio de Janeiro	2,8	2,8	2,8	3,2	3,6	3,6	0,79	4,17	3,3	4,1
São Paulo	3,3	3,4	3,6	3,9	3,7	3,9	0,87	4,37	3,8	4,6
Sul	3,4	3,6	3,8	3,7	3,6	3,5	0,80	4,49	3,6	4,8
Paraná	3,3	3,7	3,9	3,7	3,4	3,6	0,82	4,46	3,7	4,6
Santa Catarina	3,5	3,8	3,7	4,0	3,6	3,4	0,84	4,35	3,6	4,8
R. G. do Sul	3,4	3,4	3,6	3,4	3,7	3,3	0,74	4,58	3,4	4,8
Centro-Oeste	2,9	3,0	3,2	3,3	3,3	3,4	0,84	4,42	3,7	4,2
M. G. do Sul	2,8	3,4	3,5	3,5	3,4	3,5	0,81	4,45	3,6	4,2
Mato Grosso	2,6	3,0	2,9	3,1	2,7	3,0	0,77	4,16	3,2	3,9
Goiás	2,9	2,8	3,1	3,6	3,8	3,8	0,94	4,56	4,3	4,2
Distrito Federal	3,0	3,2	3,2	3,1	3,3	3,5	0,79	4,31	3,4	4,4

Fonte: MEC/Inep, 2018.

Tabela 2 – Ideb do Ensino Médio da rede privada

⁴⁶ Os PCN'S (parâmetros curriculares nacionais) são diretrizes elaboradas para orientar os educadores por meio da normatização de alguns aspectos fundamentais concernentes a cada disciplina (BRASIL, 1996).

Unidade da Federação	Ideb - rede privada									
	Ideb 2005	Ideb 2007	Ideb 2009	Ideb 2011	Ideb 2013	Ideb 2015	Indicador de Rendimento (P) 2017	Nota Média Padronizada (N) 2017	Ideb 2017	Meta Ideb 2017
Brasil	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	5,3	0,96	6,03	5,8	6,7
Norte⁽¹⁾	5,0	5,1	5,4	5,2	5,0	4,7	0,96	5,74	5,5	6,2
Rondônia ⁽²⁾	5,0	5,0	-	5,3	5,1	5,2	0,95	5,79	5,5	6,2
Acre ⁽²⁾	5,6	5,1	-	5,0	5,3	5,3	0,96	5,65	5,4	6,7
Amazonas ⁽²⁾	5,2	4,8	-	5,0	5,0	5,2	0,96	5,65	5,4	6,4
Roraima ⁽²⁾	4,7	5,2	-	5,2	5,3	5,6	0,96	5,58	5,4	6,0
Pará ⁽²⁾	5,0	5,2	-	5,3	4,9	4,0	0,95	5,75	5,5	6,3
Amapá ⁽²⁾	4,9	5,1	-	5,0	4,8	5,0	0,98	5,49	5,4	6,1
Tocantins ⁽²⁾	5,4	5,4	-	5,6	5,4	5,3	0,95	6,14	5,8	6,6
Nordeste⁽¹⁾	5,2	5,1	5,2	5,4	5,2	5,1	0,95	5,77	5,5	6,4
Maranhão	4,6	4,7	4,8	4,8	4,8	4,7	0,94	5,53	5,2	5,9
Piauí	5,4	5,1	5,7	5,6	5,5	5,1	0,95	6,22	5,9	6,6
Ceará	5,5	5,2	5,5	5,9	5,3	5,5	0,96	5,89	5,7	6,6
R. G. do Norte	5,1	5,3	4,4	5,1	4,8	4,9	0,95	5,51	5,2	6,3
Paralba	5,0	5,1	5,4	5,3	5,1	4,9	0,92	5,72	5,2	6,2
Pernambuco	5,3	5,3	5,5	5,5	5,2	4,9	0,97	5,82	5,6	6,5
Alagoas	4,4	4,7	4,6	4,9	4,7	4,7	0,95	5,25	5,0	5,7
Sergipe	5,5	5,0	5,0	4,8	4,8	4,9	0,94	5,82	5,5	6,6
Bahia	5,3	5,5	5,3	5,6	5,5	5,2	0,95	5,86	5,6	6,5
Sudeste⁽¹⁾	5,7	5,7	5,6	5,8	5,4	5,5	0,95	6,17	5,9	6,8
Minas Gerais	6,2	5,7	6,1	6,1	5,8	5,6	0,94	6,69	6,3	7,1
Espírito Santo	5,7	5,9	5,7	5,7	5,7	5,7	0,96	6,32	6,1	6,8
Rio de Janeiro	5,1	5,4	5,7	5,5	4,8	5,0	0,92	6,06	5,6	6,3
São Paulo	5,8	5,8	5,3	5,9	5,6	5,6	0,97	6,07	5,9	6,8
Sul⁽¹⁾	5,9	5,8	5,9	6,0	5,7	5,6	0,97	6,15	5,9	6,9
Paraná	5,8	6,1	6,1	6,1	5,7	5,5	0,97	6,04	5,9	6,9
Santa Catarina	5,7	5,5	6,1	6,0	5,9	5,8	0,97	6,24	6,0	6,8
R. G. do Sul	5,7	5,7	5,7	5,9	5,7	5,7	0,95	6,25	5,9	6,8
Centro-Oeste⁽¹⁾	5,7	5,5	5,8	5,6	5,6	5,4	0,96	5,97	5,7	6,8
M. G. do Sul	5,8	5,6	5,8	5,5	5,6	5,7	0,96	6,15	5,9	6,8
Mato Grosso	5,3	5,3	5,8	5,7	5,3	5,3	0,96	5,84	5,6	6,4
Goiás	5,7	5,7	5,8	5,5	5,5	5,2	0,96	5,75	5,5	6,8
Distrito Federal	5,9	5,5	5,6	5,6	5,7	5,6	0,96	6,25	6,0	6,9

Fonte: MEC/Inep

Notas: (1) Médias do SAEB 2009 e Ideb 2009 calculados somente com as escolas urbanas.
(2) Médias do SAEB 2009 e Ideb 2009 não calculados devido à perda amostral.

Fonte: MEC/Inep, 2018.

Observando esta movimentação em torno do Novo Ensino Médio em Santa Catarina e demais Unidades da Federação, diversos intelectuais, como Frigotto (2016), Cordão (2017), Ferreti e Silva (2017), Moura e Lima (2017), Neves e Piccinini (2017) e demais pesquisadores da área, afirmam que o Projeto de Lei n. 6.840, referente a 2013, representa um regresso de 40 anos na educação e comparam-no ao modelo instaurado na ditadura da Era Vargas, a “Reforma Capanema”, que organizaria a formação do jovem a partir de uma divisão econômico-social do trabalho. Eles ressaltam ainda que a atual reforma do Ensino Médio afetará apenas a escola pública, com esses alunos sendo privados de um Ensino Médio completo, com todas as disciplinas e em seu caráter de unidade, conforme já mencionado neste texto quando comparamos a rede pública e privada de ensino.

Essa comparação a qual nos referimos ao parágrafo anterior, pode ser exemplificada quando se observa a organização pedagógica (currículo, carga horária, formação de professores, recursos humanos e financeiros etc.) do

sistema público de ensino e do sistema privado de ensino, que, em nosso caso, podemos fazer referência ao SESI/SC⁴⁷ – instituição privada ligada à FIESC.

Segundo Cunha (2017), esta reforma atual não se trata de uma certa invenção do Ministro de Estado da Educação, José Mendonça Filho (gestão do ex-presidente Michel Temer (2016 -2018), mas sim de um projeto já articulado há tempos e que agora está sendo colocado em prática. É importante ressaltar, segundo Cunha (2017), que a reforma do Ensino Médio é uma reedição da política educacional, denominada pelo autor de “discriminadora”, do período de gestão do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, quando Maria Helena Guimarães de Castro ocupou a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) durante toda a gestão, após dirigir secretarias nos governos paulistas de José Serra e Geraldo Alkmin. O autor ainda destaca que:

Ela retornou ao Ministério da Educação no governo Temer, agora como secretária geral. A concepção da Medida Provisória nº 746/2016 é de sua autoria, evidenciada na separação entre o Ensino Técnico e o Ensino Médio, apartação dissimulada nos itinerários formativos específicos — quatro propedêuticos e um terminal. Retorna, assim, a antiga concepção do Ensino Médio como preparação para o Ensino Superior para uns, e formação para o trabalho para outros. (CUNHA, 2017, p. 379).

Outro ponto de grande crítica encontrado no levantamento de literatura sobre a reforma do Ensino Médio, já mencionado em parágrafos anteriores, é a participação da iniciativa privada na formulação de políticas públicas voltadas à educação e a discrepância, mencionada no parágrafo anterior, sobre a qual Krawczyk e Ferretti (2017) afirmam que tal participação ocorre devido às políticas governamentais que, em geral, resultam de embates e negociações que envolvem interesses de classes sociais e frações destas, desencadeando disputas entre forças e projetos antagônicos, que se manifestam, por exemplo, por meio de conflitos entre interesses empresariais, internos e externos ao País, bem como entre estes e os da classe trabalhadora, referentes aos rumos a serem propostos à educação e, neste caso específico, ao Ensino Médio.

Esta afirmação dos autores desperta nossa atenção para o fato de que toda a formação organizada por áreas de conhecimentos e itinerários formativos

⁴⁷ O SESI (Serviço Social da Indústria) é uma entidade de direito privado, criada, mantida e administrada pelos empresários industriais brasileiros (FIESC, 2019).

pode apresentar lacunas, uma vez que cada sistema de ensino possuirá autonomia na demanda e oferta, resultando no conflito concreto e claro dos interesses antagônicos em usufruir do fundo público, pois, conforme previsto na Lei Federal n. 13.415/17, a União disponibilizará recursos financeiros junto aos estados para a implementação do Novo Ensino Médio, gerando críticas por parte dos pesquisadores, como é o caso de Krawczyk e Ferretti (2017, p. 35), quando afirmam que “as elites brasileiras nunca tiveram um real compromisso com a democratização da sociedade”.

Complementando as críticas que Krawczyk e Ferretti (2017) direcionam a alguns pontos da REM, como é o caso da participação e presença do setor privado nas políticas pública educacionais (a título de exemplo, o Movimento Todos pela Educação⁴⁸), recorremos a Piolli (2016, p. 23) que reforça a crítica do seguinte modo:

Os ocupantes do ministério aceleram reformas que estão vinculadas ao projeto educacional dos reformadores empresariais, representados, principalmente, pela organização “Todos pela Educação”. Esses atores, se antes orbitavam o MEC, hoje estão dando as cartas, acelerando reformas indutoras que ampliam as possibilidades de acesso aos fundos públicos pelo setor privado-mercantil, o que está em sintonia com os princípios, historicamente defendidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que compreende a educação como uma mercadoria, um serviço e não um bem público.

Podemos observar que a crítica de Piolli (2016) se refere ao modo pelo qual ocorreu o trâmite da reforma do Ensino Médio em nosso país, desde o início do governo de Michel Temer. Segundo o autor, os pensadores orgânicos que antes já possuíam anseio em elaborar e efetivar políticas públicas educacionais em nosso país, ganham ainda mais força e lugares no Ministério da Educação. Nas palavras de Piolli (2016, p. 22), eles “ganham maior forças para dar as cartas”, utilizando-se de diversos argumentos favoráveis e em defesa da reforma.

Para compreender essa crítica e como os setores dominantes manejam as políticas educacionais, é necessário considerar um duplo movimento, conforme apresenta Leher (2016, p. 12):

⁴⁸ Segundo o site oficial do “Movimento Todos Pela Educação”: uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural, suprapartidária e independente – não recebe recursos públicos. Fundada em 6 de setembro de 2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/#bloco_67. Acesso em: 15 out. 2019.

Primeiro: A ação das coalizões empresariais na definição das leis e demais regulamentações da educação voltada para o alívio à pobreza e para a educação básica (Todos pela Educação; Confederações patronais da Indústria, da Agricultura e do Comércio pelo chamado Sistema S.; Associação Brasileira do Agronegócio; Ethos; Fundação Lemann; Fundação Roberto Marinho etc.) e das empresas isoladamente na educação básica, por meio de parcerias diretas com a rede ou com escolas isoladamente (Gerdau, Vale, Odebrecht, Monsanto, 966 Victor Civita, Itaú Social etc.) ou, ainda, por meio de prepostos (Fundação Ayrton Senna) e Segundo; por meio do controle direto das instituições escolares, na educação básica, das organizações de educação superior e da produção de material didático, em acelerado processo de monopolização, que veicula o que é dado a pensar nas escolas.

Nesse sentido, torna-se fundamental entender o modo pelo qual se fortalecem as forças conservadoras articuladas no aparato do Estado capitalista, construindo uma convergência de objetivos, estratégias e táticas nas instâncias do executivo, legislativo e judiciário, em aliança com os setores do empresariado nacional e internacional, que atuam na qualidade de reformadores da educação brasileira, destacando-se a liderança da coalização de organizações do movimento Todos pela Educação. Produz-se, assim, por meio desse conjunto articulado de instituições, como ressaltam Leher, Vittoria e Motta (2017), uma “verdadeira tormenta político-cultural” na educação, por meio de mudanças profundas no Ensino Médio, com a aprovação da Lei Federal n. 13.415/2017, restaurando o padrão de profissionalização precoce e simples dos jovens, de modo assemelhado ao projeto de ensino profissionalizante implementado durante a ditadura empresarial-militar, por meio da Lei n. 5.692/71, calcada na Teoria do Capital Humano⁴⁹, segundo a qual o ser humano não passa de um fator de produção, do qual se deve extrair, com o seu consentimento, o máximo de resultados para a economia das empresas e do País.

A partir desses apontamentos, nota-se que a escola não é e nunca foi uma instituição isolada, estando imersa em um amplo contexto político, social, econômico e cultural, conforme aponta Frigotto (2010, p. 25):

Torna-se relevante ressaltar que as mudanças na organização e nas formas de produção causam transformações na escola pública, que é

⁴⁹ “Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder as demandas do capital. A educação se apresenta com um papel estratégico no contexto neoliberal, formar o trabalhador para o processo de produção. E assim, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho” (FRIGOTTO 1993, p. 26).

vista como ferramenta fundamental e elemento indispensável para a expansão e consolidação do capital, sendo que este último pode utilizá-la em prol de seus interesses. Para atendê-los, um nível mínimo de escolarização é considerado suficiente, ideia que contribui para a produção do (des) conhecimento, formando o sujeito dócil, flexível e consumista.

Este cenário pode ser exemplificado ainda mais com as narrativas de defesa da REM, sustentadas na necessidade de reverter o quadro apresentado pelo Ideb⁵⁰, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A esse respeito, a ex-secretária executiva do MEC, Maria Helena de Castro⁵¹, afirma que a maioria dos alunos saem da escola porque não veem sentido nela, destacando que:

É preciso renovar as práticas pedagógicas em sala de aula, de modo que os professores trabalhem tanto conhecimentos gerais quanto habilidades socioemocionais. Os alunos precisam ter acesso às novas tecnologias, porque a escola de Ensino Médio se tornou monótona, desagradável. Não faz sentido para o jovem digital, conectado o tempo todo. Ele não tem paciência para uma aula expositiva de um conteúdo que muitas vezes não faz sentido para ele.

Conforme podemos observar, o MEC apresenta uma certa intenção em reestruturar todo o sistema de ensino básico, quando analisamos a reforma do Ensino Médio, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC⁵²) e a reforma no sistema de formação de professores, que, segundo o próprio MEC, é fundamental no desenvolver das ações propostas por meio de novas competências e habilidades.

Sobre as novas competências e habilidades para as quais os professores necessitam se aperfeiçoarem, segundo o MEC, Silva e Santos (2019, p. 120) apontam o seguinte:

Nessa perspectiva de gerenciamento da educação, apresentada pelo setor empresarial, evidenciamos o interesse pela formação dos futuros trabalhadores centrada na preparação para o trabalho simples, e expõe a centralidade dada aos professores na condução do processo. Todavia, essa centralidade se limita à execução pragmática do prescrito, desconsiderando qualquer possibilidade de autonomia de

⁵⁰ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 12 out. 2019.

⁵¹ Entrevista concedida por Maria Helena de Castro ao jornal o Globo, em São Paulo, em setembro de 2016.

⁵² Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 12 out. 2019.

ensino. Dessa forma, temos os professores retratados como despreparados, malformados, responsabilizados pela divulgada “crise da educação”, e demonizados, conforme preconiza o descomedido projeto Escola sem Partido.

Observando a crítica apontada pelas autoras, podemos entender que ocorre cada vez mais o avanço de empresas privadas na formação continuada dos professores, como uma ação coordenada de reconversão docente ao proposto pelo empresariado. Esta ação, segundo as autoras, vem “inaugurando um promissor setor de vendas de serviços para a educação pública”, compreendendo que esta entrada dos entes privados promove ainda mais a privatização da Educação Básica em nosso país.

Para Silva (2017), é necessário um olhar mais atento ao Ensino Médio no Brasil, pois as grandes dificuldades enfrentadas hoje por este segmento vão além de questões de infraestrutura e baixo rendimento em avaliações externas, ou formação de professores, como afirma inúmeras vezes a legislação federal que regulamenta o Novo Ensino Médio. Essas dificuldades não se resumem somente a mudanças e aperfeiçoamento das metodologias utilizadas pelos professores, conforme declara a ex-secretária executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães, muito antes são uma gama de elementos que leva ao sério problema do Ensino Médio brasileiro, como, por exemplo, a ausência de recursos humanos e insumos básicos para a manutenção das unidades escolares pública de ensino.

Diante desta situação, uma das saídas apontadas nos inúmeros documentos publicados pelos MEC, como no Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, editado em 2018⁵³, seria o fato de trabalhar ações imediatas que visam uma certa flexibilidade no processo de formação escolar do jovem que frequenta o Ensino Médio, principalmente da rede pública de ensino, como no caso da elaboração de um novo currículo e carga horária, por exemplo. A esse respeito, Kuenzer (2000, p. 341) salienta o seguinte:

Toda flexibilidade que é advogada em favor de legitimar o Ensino Médio aos estudantes tem de ser vista com cautela. Quando se diz que a escola não é atraente aos jovens e que por isso é preciso mudá-la,

⁵³ Construído a partir do trabalho colaborativo entre o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), o Guia de Implementação do Novo Ensino Médio tem o objetivo de auxiliar técnicos das redes de ensino e gestores escolares na efetivação das mudanças previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#!/guia>. Acesso em: 12 out. 2019.

tal afirmação, ainda que não seja uma mentira ou falseamento da realidade, talvez precise ser vista em uma dimensão mais ampliada da realidade concreta da escola.

Esses motivos apontados nos últimos parágrafos criam debates sobre o princípio pedagógico do Ensino Médio, porém não podemos esquecer que os debates e críticas a este respeito não são algo novo, e que, frequentemente, repercutem nos meios de comunicação em massa, por meio de artigos editoriais, entrevistas com especialistas e reportagens sobre essa etapa do ensino.

De um modo geral, os motivos que sustentaram a necessidade de uma reforma do Ensino Médio perpassavam o entendimento de que essa etapa da Educação Básica careceria de atratividade em reter os alunos na escola, por conta da abundância de disciplinas e de um percurso curricular único, o que acarretaria um alto índice de evasão escolar, devido à falta de identificação com o currículo aplicado pela instituição de ensino e, conseqüentemente, com um fraco desempenho nos exames de avaliação nacional e internacional.

A este respeito, recorremos a Leher *et al.* (2017, p. 17):

Retirando-se as disciplinas relacionadas ao campo das artes e das expressões corporais e ao campo da formação crítica do pensamento, como a sociologia e a filosofia, reduz-se a possibilidade do desenvolvimento humano dos jovens e adolescentes, tornando-os mais vulneráveis ao processo de ideologização conservadora e reacionária, contrária à secularização e a laicidade da vida social, tal como se expressa no projeto da Escola sem partido, em tramitação no Congresso Nacional.

Para que seja internalizada essa adesão dos jovens que ingressarão no mercado de trabalho, para ocupar postos cada vez mais simplificados, conjugam-se fortes elementos de caráter ideológico, garantindo o reducionismo da capacidade de pensar criticamente acerca da realidade. Assim, redefine-se o papel da ciência, da tecnologia e da cultura, eliminando as disciplinas mais estratégicas para uma formação integrada e ampliada. Diante deste quadro, Frigotto (2016, p. 331) aponta que:

O argumento de que há excesso de disciplinas esconde o que querem tirar do currículo – filosofia, sociologia e diminuir a carga de história, geografia etc. E o medíocre e fetichista argumento que hoje o aluno é digital e não aguenta uma escola conteudista mascara o que realmente o aluno desta, uma escola degradada em seus espaços, sem laboratórios, sem auditórios de arte e cultura, sem espaços de esporte e lazer e com professores esfacelados em seus tempos trabalhando em duas ou três escolas em três turnos para comporem um salário que não lhes permite ter satisfeitas as suas necessidades básicas. Um professorado que de forma crescente adocece. Os alunos do Movimento

Ocupa Escolas não pediram mais aparelhos digitais, estes eles têm nos seus cotidianos. Pediram justamente condições dignas para estudar e sentir-se bem no espaço escolar.

Para Frigotto (2016), uma reforma necessita contemplar mais a realidade daqueles que frequentam as escolas, principalmente aquelas consideradas periféricas, justificando quando se refere ao movimento de ocupações das escolas públicas de vários estados pelos estudantes. Sobre o movimento de ocupação das escolas, é importante destacarmos que o ponto de partida foi o estado de São Paulo, onde a luta dos estudantes secundaristas teve início por meio de mobilização via aplicativos de redes sociais, tais como Facebook e grupos de WhatsApp, além do próprio cotidiano escolar, de modo que a motivação que deu início a tais mobilizações estudantis foi a chamada “reorganização escolar”, proposta da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, a qual apresentava como um dos objetivos o fechamento de escolas e a realocação de estudantes e professores, enxugando ainda mais a máquina pública do Estado.

Diante da dinâmica e da pauta que levaram à ocupação das escolas pelos estudantes, Frigotto (2016) chama a atenção e estabelece uma relação com a forma truculenta com que foi apresentado pelo ex-ministro de Estado da Educação, Mendonça Filho, a reforma do Ensino Médio a todo o País, em uma cerimônia realizada no Palácio do Planalto em Brasília no dia 22 de setembro de 2017. É importante ressaltarmos que o ponto maior de nossa discussão não está pautado na Medida Provisória n. 746/2017, a qual institui a reforma do Ensino Médio, mas em a toda conjuntura que a medida provisória nos apresenta, como é o caso das parcerias e dos responsáveis pela implementação; das questões orçamentárias que não respeitam o direito garantido na Constituição, da oferta de uma escola pública de qualidade e universal; e dos pontos relacionados ao currículo, quando nos deparamos com a escolha de itinerários formativos, os quais farão parte da carga horária das escolas. Todo esse debate deve nos levar à reflexão de como a educação para a formação do jovem trabalhador no Ensino Médio apresenta claramente o projeto da classe dominante.

Sobre os elementos que constituem o Ensino Médio brasileiro, Ferreira e Silva (2017) alegam que a análise sobre o sistema educacional brasileiro geralmente leva a compreender que esta é a etapa da Educação Básica que

mais provoca debates controvertidos. A rigor, seus problemas são relacionados à sua qualidade, às questões do acesso e da permanência, à discussão sobre a sua identidade e finalidades etc. As autoras ainda ressaltam que os liberais-conservadores insistem em aplicar projetos e princípios que lembram a Teoria do Capital Humano, como é o caso de duas grandes reformas que ocorreram: a Trabalhista e a do Ensino Médio, porém, paralelamente e em contraposição, segmentos da sociedade acadêmica e educacional lutam por uma escola pública cada vez mais acessível a todos e com qualidade, que possa garantir uma formação ampla na perspectiva da emancipação política e social dos jovens. A esse respeito, Ferreira e Silva (2017, p. 287) assinalam:

Tais projetos continuam em disputa tanto no Brasil quanto nos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em todos eles, há uma investida neoliberal que busca manter o poder político e a riqueza econômica de forma cada vez mais concentrados nas tradicionais elites. As reformas que vêm sendo empreendidas em vários segmentos da sociedade globalizada, na qual o binômio economia de mercado e democracia surge como imperativo, ditam os rumos da política em várias partes do mundo. Com diferenças sensíveis de um país para outro, a democracia representativa torna-se um regime político e os direitos humanos, seu alicerce, ambos marcados, todavia, pelas lógicas que comandam os interesses de mercado.

No que se refere às reformas que vêm sendo empreendidas em vários segmentos da sociedade globalizada, as autoras afirmam que o binômio economia de mercado e democracia surge como imperativo e ditam os rumos da política, destacamos a formação técnica e profissional que a REM estabelece, de que estudantes que não optarem inicialmente por itinerários ofertados na própria unidade escolar, poderão realizar cursos técnicos em escolas credenciadas de sua região. Os critérios para o estabelecimento de parcerias deverão ser definidos pelos sistemas de ensino, já a instituição de origem do aluno será responsável por estabelecer as diretrizes para o acompanhamento dos cursos realizados pelos estudantes em outras organizações educacionais.

Diante desta oferta e credenciamento de organizações educacionais, as posições e movimentos contrários à reforma se deram pela não concordância com duas grandes mudanças propostas: a primeira, já mencionada logo no início desta tese, é sobre a organização pedagógica e curricular, e a segunda seria justamente sobre as regras dos usos dos recursos públicos para a educação, principalmente no que tange à formação técnica e profissional, apresentada

neste parágrafo. A respeito da oferta deste itinerário e o uso de recursos públicos Ferreira e Silva (2017, p. 289) enfatizam o seguinte:

A outra grande alteração diz respeito ao financiamento. Com vistas a garantir a oferta de formação técnica e profissional, passa a ser permitido o uso de recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica (FUNDEB) para realização de parcerias entre as redes públicas e o setor privado, anunciando uma ampla ação de privatização da escola pública de Ensino Médio. Ao final da tramitação, a lei incorporou ainda a possibilidade de que tais parcerias sejam destinadas à oferta de estudos na modalidade à distância, que poderão ser cursados pelos estudantes e integralizados em seus currículos.

Essas mudanças apresentadas pelas autoras trazem em seu bojo a ampliação da autonomia dos gestores públicos responsáveis pela oferta do Ensino Médio, sobretudo nas redes estaduais de ensino. Ressaltamos que uma das críticas aqui levantadas tem relação com o contexto de crise fiscal dos estados, e que este poder decisório dos gestores tem grande chance de ser guiado muito mais pela lógica do que “podem” do que pela lógica do que “devem” fazer para a garantia do direito à educação para a população das classes populares. Diante deste cenário, apontamos a crítica de percebermos a necessidade de o Ensino Médio definir sua identidade como última etapa da Educação Básica, não por meio da abolição de qualquer perspectiva profissionalizante, mas pela construção de possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos que o constituem – adolescentes, jovens e adultos – reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direitos no momento em que cursam o Ensino Médio.

Diante do exposto, Da Silva Bodião (2018) aponta as condições das escolas públicas que ofertam o Ensino Médio, pois, diversas delas não apresentam estruturas físicas mínimas que sustentam tal oferta aprovada por lei. Ainda a esse respeito, Da Silva Bodião (2018, p. 115) ressalva:

Considerando que as estruturas físicas dos estabelecimentos públicos de ensino médio, na sua maioria, sequer têm as condições adequadas que os possam tornar escolas interessantes, tais como bibliotecas com diversificados e atraentes acervos, adequadas salas de informática, com expressivo número de computadores com acessos à internet através de banda larga e laboratórios de Física, Química e Biologia equipados com artefatos pertinentes, por exemplo, é difícil imaginar que, nesses mesmos prédios escolares, se possam, rapidamente, encontrar os equipamentos que permitiriam implantar as alterações propostas no artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Segundo o autor, diante deste quadro a implantação dos itinerários formativos, nas atuais condições em que funcionam as escolas públicas brasileiras, abre a possibilidade delicada de permitir aos gestores das escolas que, na situação de não terem professores com formações adequadas em todas as disciplinas das matrizes curriculares e nem espaços físicos adequados, adotem as soluções que lhes sejam, operacionalmente, mais confortáveis, quais sejam: as exclusões dos itinerários formativos compostos pelos conteúdos escolares que lhes faltam profissionais e o deslocamento de espaços para a realização de certas atividades.

Analisando o posicionamento do autor, podemos verificar que com a Lei Federal n. 13.415/17, mais conhecida como “Lei do Novo Ensino Médio”, deveríamos encontrar toda uma estrutura que pudesse contribuir para a implantação da nova política, fato este que desconhecemos, uma vez que, segundo a proposta inicial de reforma iniciada desde 2015 e apresentada por meio da Medida Provisória n. 746, a União disponibilizará somente uma parcela de recursos financeiros às escolas, os demais recursos deverão ser complementados por meio de parcerias com as iniciativas privadas. Estas parcerias podem ocorrer de diversas formas, conforme nos apresenta a Lei do Novo Ensino Médio, e que já estão em curso, quando consideramos, por exemplo, capacitações do corpo docente promovidas por instituições como o Instituto Ayrton Senna e a Escola da Inteligência, de Augusto Cury, ambas divulgadas no site das instituições em setembro de 2018.

De acordo com Arelaro (2017), a proposta de transferência de recursos financeiros da União aos estados é uma proposta demagógica, pois, segundo relata a autora:

Tenho ouvido secretários (as) de educação municipal e estadual dizendo ser impossível seguir o que eles pretendem. O dinheiro que será disponibilizado não contempla as necessidades reais de uma escola de ensino médio em período integral, com condições materiais e de infraestrutura minimamente necessárias, currículo mais diversificado, professores melhor remunerados e com jornada de trabalho numa só escola, dentre outros aspectos. Agrava este fato que em muitos municípios do Brasil existe uma só escola de ensino médio e, em alguns, nenhuma escola. (ARELARO, 2017, p. 15).

Outro aspecto que chamou atenção na análise das pesquisas desenvolvidas sobre a reforma do Ensino Médio está relacionado à questão da gestão pública de todo o sistema de ensino. Grupos empresariais, como Gerda e Itaú, entre outros que defendem a reestruturação do Ensino Médio, afirmam que a reforma precisa ser em uma escala mais ampla, começando desde a gestão da rede até a unidade escolar local, como nos explica Moraes (2017, p. 410):

Os novos modos de gestão e as novas estruturas de poder nos sistemas educativos fazem parte do que se designa “Nova Gestão Pública”, que se referênciam basicamente na Gestão das Empresas. Na maioria dos casos, o processo consistiu em transpor para as organizações não empresariais os princípios de gestão e de qualidade experienciados nas empresas e, em seguida, impor a outros domínios da sociedade um modelo gestor e de exercício do poder segundo o qual o modo de governança se submete à cultura dos resultados.

A fala da autora deixa claro que o interesse da classe empresarial de se manter no poder é grande, portanto, começam a se articular para promoverem políticas públicas que apresentam como objetivo obter resultados satisfatórios, no caso desta nossa pesquisa, resultados em avaliações como Ideb entre outras que ocorrem em nosso sistema de ensino.

A este respeito, recorreremos às críticas que Motta, Leher e Gawryszewski (2018, p. 313) apontam:

“Para a burguesia, a educação é uma esfera a ser mantida sob seu controle, sobretudo, em vista da produção social da força de trabalho. Nela, é permanentemente forjada a socialização das novas gerações – para a produtividade e para a passividade, como fatores do mesmo processo –, de tal modo que todas e todos se percebam como capital humano, força de trabalho, em busca de aprimoramento de suas capacidades produtivas e de oportunidades de “empregabilidade”

Segundo os autores, um dos aspectos que as frações de classe dominante mais ressaltam é que a alavancagem do crescimento econômico depende da elevação da produtividade da força de trabalho – na perspectiva marxista, corresponde a ampliar a extração de mais-valia.

Para entendermos esta crítica, nos voltemos à reforma do Ensino Médio, que é um exemplo deste projeto de gestão e interesse, pois permite, conforme mencionado em parágrafos anteriores, o uso do fundo público para financiar atividades da iniciativa privada no âmbito da administração pública, com isso, aos poucos a iniciativa privada vai ocupando diversos espaços na sociedade,

com propósito de aperfeiçoar a formação do jovem da escola pública, promovendo, com isso, o que Marx denomina de “extração da mais-valia”. É notável que nesse tipo de reforma, como se procurou evidenciar até o momento, crie estratégias sobre controle, avaliação e performance das atividades dos sistemas de educação e formação, que emanam de organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a OCDE, que visam dar legitimidade ao sistema educacional “denominado de moderno”, conferindo-lhe características básicas necessárias à sua adequação ao ambiente econômico globalizado, competitivo e mutável.

Além disso, Moraes (2017), em sua pesquisa, critica esse tipo de concepção de educação, que prioriza resultados, competências, habilidades e que segundo os idealizadores da reforma do Ensino Médio, resultarão em produtos de aprendizagem e quantificações, os quais modificam significativamente a natureza do conhecimento buscado pelo sistema educacional. Para diversas fundações e instituições que defendem a reforma, conhecimento aceitável é conhecimento útil, mensurável, portanto, a necessidade de reformular diversos pontos do Ensino Médio já citados neste trabalho, como é o caso do currículo, carga horária e formação de professores.

A autora defende que padrões de qualidade educacional elevados e bom desempenho dos estudantes somente serão alcançados por meio de políticas e recursos públicos que viabilizem escolas bem equipadas; professores valorizados e com carreira; condições de trabalho; corpo técnico estável; e projeto pedagógico integrado de formação humana de base. Já Adrião (2016) complementa a crítica de Moraes (2017) estabelecendo três dimensões sobre as quais as formas de privatização, também denominadas “reformas”, operam em diferentes contextos: privatização da gestão da educação, privatização do currículo e privatização da oferta educacional.

Segundo De Oliveira Bezerra e De Araújo (2018, p. 605), as organizações aparentemente parceiras estão cada vez mais de olho no fundo público do Novo Ensino Médio, e ainda ressalvam que:

Os reformadores empresariais justificam sua intervenção pelo pressuposto da existência de uma crise de qualidade da educação pública e, conseqüentemente, do próprio Estado no oferecimento dos serviços públicos, que devem ser ajustados ao molde da gestão empresarial para serem mais produtivos e eficientes.

Esta crítica dos autores está relacionada a diversos outros fatos e exemplos citados por pesquisadores, tais como Neves (2005), Moura e Lima Filho (2017) e Ferreti e Silva (2017), sobre o processo de formulação da reforma educacional em nosso país, apresentando, por exemplo, a parceria do Instituto Unibanco e o Movimento Todos pela Educação (TPE), na realização, em 2008, de um seminário com título: *A Crise de Audiência no Ensino Médio*, para o qual foi solicitado a diversos pesquisadores a produção de artigos que pudessem levar à compreensão do aumento da evasão, abandono e diminuição da frequência às aulas dos estudantes do Ensino Médio.

Tal evento, favoreceu a elaboração de um documento final, que apontava uma série de medidas necessárias a serem tomadas para reverter tal quadro, algumas dessas medidas, como a estrutura curricular sugerida pelos reformadores empresariais, foram adotadas integralmente pela reforma do Ensino Médio, que reorganizou o currículo em duas etapas: a primeira composta por um núcleo obrigatório de disciplinas, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a segunda por um itinerário formativo flexível à escolha do aluno, em áreas do conhecimento ou formação técnica e profissional. Também é perceptível a ênfase conferida à Matemática e à Língua Portuguesa, únicas disciplinas estabelecidas como obrigatórias durante todo o Ensino Médio.

Para Ramos (2006), essas são algumas marcas das contrarreformas conservadoras que vivemos ao longo da história da educação brasileira, promovendo o que a autora denomina de “interdições” por parte da classe dominante, relacionadas a certa restrição do jovem ao acesso a uma Educação Básica pública e de qualidade social.

As ideias hegemônicas são aquelas que dão direção cultural e material a um grupo social. Ela se disputa e se conquista numa sociedade que tem relações, formalmente, consideradas democráticas, já que, no estado ditatorial, predomina a coerção. Em sociedades democráticas, a hegemonia implica obter o consentimento ativo das massas e construir o consenso. A contrarreforma atual é a expressão da hegemonia do pensamento burguês, conservador e retrógrado, o qual se revelou em seu método e em seu conteúdo. (RAMOS, 2006, p. 37).

A autora destaca ainda que a reforma do Ensino Médio apresenta certas implicações imediatas que atingem, frontalmente, a concepção de Ensino Médio Integrado. Sobre estas implicações podemos apontar algumas que autora

trabalha, são elas: a redução da carga horária de formação geral para 1800 horas; a contenção da formação em Ciências Humanas e Sociais pela não obrigatoriedade de alguns componentes curriculares, como Geografia e História; e a fragmentação de parte da carga horária (600 horas) em itinerários formativos.

Outra crítica apontada pela autora é voltada à separação da Educação Profissional da Educação Básica, por meio da transformação da formação técnica em um dos itinerários formativos, contribuindo ainda mais para o caráter “não escolar”, conferido à Educação Profissional, dado que esta pode se realizar com professores privados de formação científica e pedagógica pelo dispositivo do “notório saber”, em que as competências desenvolvidas em outras experiências podem ser reconhecidas e aproveitadas, o que contraria, segundo Ramos (2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Dcnept⁵⁴).

Nessa mesma linha, Castilho (2017) reitera a crítica de Ramos (2006), quando salienta em seu texto que no itinerário referente à formação técnica e profissional não haverá exigência de formação em licenciatura para a prática docente. De acordo com a Reforma, profissionais com notório saber, reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, poderão ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, portanto:

A diluição e diminuição de ciências que possuem uma rica fundamentação teórica construída ao longo da história, aprofundará ainda mais os problemas atinentes à formação básica dos jovens. Não menos impactante serão os danos epistemológicos e os prejuízos no processo de construção de conhecimentos. O Ensino Médio se transformará em um líquido indigesto e carregado de conteúdo sem nexos, isso porque um professor de biologia, por exemplo, não é formado para trabalhar com química, e vice e versa. A aberração será ainda maior com os pseudoprofessores e seus “obtusos saberes”. Não é difícil imaginar no que isso vai dar. Uma aula de absurdos ou balaio de parvoíce? (CASTILHO, 2017, p. 10).

Analisando o texto de Castilho (2017), destacamos que uma das maiores críticas que o autor faz à reforma do Ensino Médio se refere à formação do

⁵⁴ Por meio da Resolução do MEC n. 6, de 20 de setembro de 2012, entende-se o conjunto articulado de princípios e critérios a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas instituições de ensino públicas e privadas, na organização e no planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive fazendo uso da certificação profissional de cursos (BRASIL, 2012). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 out. 2019.

professor que atuará no Ensino Médio, uma vez que, segundo o autor, a formação do professor é indispensável, porque há saberes e competências que são específicos da docência. Ensinar bem uma matéria não requer apenas saber o conteúdo – é preciso compreender o complexo processo de ensino-aprendizagem.

Para o autor, é difícil aceitar um “notório saber” desprezando a formação docente. Dando ênfase em sua crítica nesta parte da reforma, Castilho (2017, p. 11) realiza algumas comparações e indagações, como, por exemplo: “se conselhos e representações de categorias profissionais como da saúde admitiriam algo similar em seus ambientes profissionais? Evidente que não. Isso demonstra claramente a visão que este projeto tem de escola, de educação, de sociedade”. Sobre esta ideia de precarização, o autor afirma que, além dos problemas didáticos, não resta dúvida de que outras brechas surgirão para que ocorram contratações emergenciais, minando concursos e deslegitimando o sentido dos cursos de licenciatura.

Portanto, segundo o autor, a reforma do Ensino Médio não tem nada de ingênua, pelo contrário, abrirá campo para o movimento escola sem partido⁵⁵ atuar na rede pública de ensino. Para Castilho (2017), é uma ilusão acreditar que os prejuízos desta reforma serão específicos a uma ou outra área do conhecimento, pois o prejuízo será para o sistema Educacional como um todo, atingindo especialmente os jovens de escolas públicas, que terão sua formação limitada e seu ingresso na universidade pública ainda mais impossibilitado.

Com isso, podemos entender que diversas são as críticas sobre a reforma do Ensino Médio, principalmente devido a diversos pontos que a Lei Federal n. 13.415/17 aborda sobre a concepção e instauração do Novo Ensino Médio no Brasil. Desse modo, Moura e Lima Filho (2017) afirmam que a Lei está abrigada por uma racionalidade maior, que alberga um conjunto de ações em curso ou em fase de concepção, cujo objetivo é reconfigurar o Estado brasileiro, no sentido de torná-lo ainda mais aquilo que denominam de “mínimo”,

⁵⁵ Movimento criado em 2004 pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, e que tomou força a partir de 2015. Formado, sobretudo, por pais e alunos preocupados com a doutrinação ideológica nas escolas, o movimento busca a criação de mecanismos que não permitam aos professores transferir aos alunos suas concepções morais e políticas. Disponível em: <https://www.politize.com.br/projeto-escola-sem-partido/>. Acesso em: 12 out. 2019.

principalmente no que se refere, segundo os autores, às garantias dos direitos sociais. Uma vez que:

Advogamos que a reforma em curso agrava a fragmentação, a hierarquização social e a qualidade do EM. A “nova” organização proposta é velha na política educacional brasileira e reforça a dualidade educacional e social que caracteriza historicamente o País, potencializando a subtração de direitos da classe trabalhadora. A reforma ataca diretamente a concepção de formação humana integral e conduz o EM a uma lógica mercadológica, francamente regressiva e em oposição ao que está disposto na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996 (LDB), e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) vigentes. (MOURA; LIMA FILHO, 2017, p. 120).

Segundo os autores, a reforma do Ensino Médio regulariza ainda mais os interesses do grande capital nacional e internacional, especialmente o financeiro/especulativo. Trata-se, assim, de uma nova fase de radicalização do neoliberalismo que visa, segundo Moura e Lima Filho (2017), perpetrar um golpe contra a classe trabalhadora mais pobre do País, alcançada pelas políticas públicas inclusivas das duas primeiras décadas deste século. Os autores afirmam ainda que:

Ao fazer política de terra arrasada sobre o EM público, o discurso oficial omite experiências positivas, em particular no ensino médio integrado à educação profissional (EMI) realizado em inúmeras escolas estaduais e na rede pública federal como o Cefet, Institutos Federais, escolas vinculadas às universidades federais, Colégio Pedro II e UTFPR. (MOURA; LIMA FILHO, 2017, p. 120).

Portanto neste capítulo, pudemos observar que a crítica ao Novo Ensino Médio, realizada por diversos autores aqui citados, vai além da desorganização do ordenamento legal e do não-reconhecimento das experiências positivas já desenvolvidas pelo Ensino Médio da rede pública. As principais críticas e implicações da reforma apontadas pelos autores são, de maneira geral: o recrudescimento da dualidade educacional, do fortalecimento da orientação mercadológica e da formação precoce na educação profissional, da precarização e desvalorização da docência e do incentivo à privatização.

Pudemos observar que, segundo a literatura apresentada neste capítulo, a reforma do Ensino Médio traz efeitos sociais prejudiciais, aos quais se deve impor, de certa forma, uma necessidade de resistência implacável, pois sua implantação representará, segundo os autores aqui abordados, a perda de direitos e perspectivas de uma formação humana mais ampla para adolescentes,

jovens e adultos da classe trabalhadora que frequentam a escola pública do Ensino Médio.

Esta submissão a que nos referimos é clara, quando observa-se que as bases teóricas que fundamentam a Lei n. 13415/2017 são desterritorializadas e deslocadas de antigos projetos. Citamos, por exemplo, a PL n. 6.840/13, que apresentava aspectos retomados pela legislação atual, como é o caso do currículo, sob a forma de uma nova diretriz pedagógica. Assim, o que se apresenta como novo na Lei n. 13415/2017, na verdade é uma reciclagem da função dinamizadora do trabalho que historicamente esteve a cargo da educação pública. Embora se propague que este seja um momento de rupturas com as diretrizes pedagógicas do passado, o que se tem observado são suas permanências revestidas de novas roupagens.

Portanto, se por um lado as análises nos levam a concluir que estamos diante de um imenso retrocesso no campo da legislação e da política educacional, por outro se reitera a necessidade de compreensão aprofundada e de organização coletiva em defesa dos direitos sociais básicos, ameaçados no cenário político atual do País.

No próximo capítulo trabalharemos a aproximação da classe burguesa com a REM, particularmente o setor industrial, representado pelo envolvimento da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina na educação catarinense.

3 A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA (FIESC) COMO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA

O presente capítulo apresenta algumas reflexões acerca da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, no sentido de defini-la enquanto aparelho privado de hegemonia e sua relação com a educação e o Estado. Nesse sentido, procuramos estabelecer um diálogo entre estudos de autores como Gramsci (1991, 1999, 2000); Coutinho (1992); Shiroma e Evangelista (2012); e Simionatto e Costa (2014) e os conceitos no campo do marxismo.

Os aparelhos privados de hegemonia, conforme Gramsci (2000), têm como função elaborar e moldar consciências para conservar ou promover os interesses particulares de uma classe ou fração de classe, transformando-os em interesse geral. Da mesma forma, eles educam e preparam seus integrantes para a defesa de determinadas posições sociais dentro do Estado. Sobre esta concepção de aparelhos privados de hegemonia aqui manifestada, apresentamos como exemplo o empresariado industrial, foco de nosso estudo, o qual formula e dissemina concepções educacionais com o objetivo de difundir e convencer a sociedade de sua visão de mundo, atuação esta, própria de um aparelho privado de hegemonia, nos termos de Gramsci. Dessa forma, compreendemos a FIESC como um aparelho privado de hegemonia da classe burguesa, pois sua existência necessita de adesão voluntária de seus integrantes que, por sua vez, organizam-se e atuam objetivando difundir para toda a sociedade sua visão de mundo, buscando criar um consenso ativo da classe dos trabalhadores.

De acordo com Coutinho (1992), as primeiras formulações do conceito de hegemonia em Gramsci surgem em 1924, quando ele recolhe observações de Lênin sobre a maior dificuldade de conquista do poder nas sociedades capitalistas avançadas. A importância das ideias de Gramsci, conhecidas pelo registro nos cadernos do cárcere, está em sua capacidade de atualizar o pensamento de inspiração marxista, de modo a adequá-lo às características das sociedades europeias de capitalismo avançado da primeira metade do século XX. Essa adequação ocorre principalmente devido à necessidade de adaptação às novas demandas do capital, bem como todo o mecanismo/engrenagem que explicam o processo de acumulação e desenvolvimento do capital. Nos próprios

trabalhos de Gramsci encontramos tais adaptações, como nos apresentam Simionatto e Costa (2014, p.69):

Um dos temas centrais presentes na obra de Antônio Gramsci é o conceito de hegemonia. Através dele, o pensador italiano introduziu inovações de grande relevância no estudo da política e das relações de poder a partir do século 20. Se no ensaio A questão meridional, escrito em 1926, a hegemonia é apontada como alternativa estratégica do proletariado, nos Cadernos do cárcere percebe-se uma ampliação de suas reflexões e a interface com os conceitos de ideologia e de “aparelhos privados de hegemonia.

Portanto, para Gramsci (1991;1999), a hegemonia é algo que opera tanto “sobre a estrutura econômica e a organização política da sociedade” como também “sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre os modos de conhecer”. Para Simionatto e Costa (2014, p. 72 *apud* Gramsci 1991), um dos pontos centrais da hegemonia é justamente a criação de um bloco ideológico, necessário à manutenção do monopólio intelectual da classe dirigente:

A classe dirigente atrai para si as demais camadas de intelectuais para garantir tanto sua função dirigente quanto dominante, por meio de várias estratégias, especialmente a do denominado “transformismo”, que envolve “um processo de cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas”, excluindo-as de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social.

Por isso, as autoras, por meio dos estudos de Gramsci, principalmente aqueles relacionados à concepção ampliada de Estado⁵⁶, afirmam que foi possível chegar a uma concepção mais clara sobre os aparelhos privados de hegemonia, que Gramsci (1999, p.45) define como “um conjunto de instituições componentes da sociedade civil”, como é o caso do sistema escolar em todos os níveis, incluindo as universidades; as formas de organização da cultura (museus, bibliotecas, editoras); os meios de organização da informação em geral (jornais e revistas à época – e hoje ainda a televisão e a internet); os movimentos sociais; a organização sindical; além dos partidos políticos e as igrejas, instituições herdadas de um modo de produção passado.

É importante ressaltarmos que, para Gramsci (1999), ocorre uma perpetuação da classe burguesa no poder, por meio da capacidade de ser

⁵⁶ Para Gramsci, o Estado é a própria sociedade organizada de forma soberana. A sociedade é assim vista como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas, articuladas entre si, cujo papel histórico varia através das lutas e relações de grupos específicos e poderes, que se articulam pela busca da garantia da hegemonia dos seus interesses (SILVA, 2005, p. 9).

“orgânica” aos centros vitais de um país, conseguindo, pelo consenso, obter o apoio e a legitimação das massas e, assim, segundo Simionatto e Costa (2014), conseguindo cada vez mais espaço nos centros de decisões. Sobre este aspecto, podemos citar como exemplo toda a organização industrial do nosso país, explicada pelo surgimento da Confederação Nacional da Indústria e, em particular, nosso campo de pesquisa, a própria Federação das Indústrias de Santa Catarina, que desenvolvem ações⁵⁷, articulando-se na obtenção do apoio e legitimação das massas.

A FIESC é uma entidade representativa do empresariado industrial catarinense filiada à Confederação Nacional da Indústria⁵⁸ que, segundo Baumgarten (2011, p.36):

A CNI criada no final da década de 30, inicialmente denominada de Centro Industrial do Brasil – CIB, com o objetivo de estímulo à criação de várias Federações Industriais por todo o Brasil, através da consolidação de leis e colaboração entre Estados e governo federal, em busca do desenvolvimento econômico nacional.

Fundada em 1950⁵⁹, a FIESC é mantida e administrada pelo setor industrial e as entidades que o compõem, tornando-se um dos alicerces da competitividade industrial catarinense, tendo como foco de atuação a criação de um ambiente favorável aos negócios e ao desenvolvimento humano e tecnológico, promovendo, assim, a competitividade da indústria catarinense de forma sustentável e inovadora (FIESC, 2014a).

Segundo Baumgarten (2000), a origem da FIESC deu-se quando representantes de sete sindicatos do setor industrial⁶⁰, dentre eles Celso Ramos, primeiro presidente da FIESC (1950 – 1962) e ex-governador de Santa Catarina (1961 a 1966), filho caçula de Vidal Ramos Júnior, um dos mais influentes

⁵⁷ Conforme será apresentado no decorrer deste capítulo e no próximo.

⁵⁸ A CNI, sediada em Brasília, é a instituição máxima de organização do setor industrial brasileiro. É coordenada por um sistema formado por 27 federações de indústria dos estados e do Distrito Federal, às quais estão filiados 1.016 sindicatos patronais (BAUMGARTEN, 2011, p. 36).

⁵⁹ Informações retiradas do site oficial da Instituição. Disponível em: <http://FIESC.com.br/sobre-FIESC>. Acesso em: 20 out. 2019.

⁶⁰ São elas: “Sindicato da Indústria da Construção Civil de Joinville, da Indústria da Extração de Madeiras do Estado de Santa Catarina, da Indústria da Marcenaria de Florianópolis, da Indústria da Panificação e Confeitaria de Florianópolis, da Indústria do Mate no Estado de Santa Catarina, das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Brusque e das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira do Estado de Santa Catarina” (FIESC, 2015, p. 28).

políticos catarinenses, acreditavam ser necessária a criação de uma entidade que pudesse defender os interesses da indústria no contexto catarinense. Tais interesses abordavam a questão da melhoria das diversas condições básicas e necessárias ao desenvolvimento socioeconômico de SC, como, por exemplo, a ampliação do fornecimento de energia e a criação e manutenção de estradas.

Relacionado ao atual quadro da FIESC, recorreremos a Teixeira (2019, p. 46 *apud* FIESC, 2017), que aponta o seguinte:

Hoje é mantida e administrada pelo setor industrial catarinense, reunindo 141 sindicatos de indústria e mais de 50 mil empresas, e sua atuação está nos seguintes segmentos: tecnologia e inovação, ambiente institucional, educação, saúde e segurança.

É importante ressaltar que a FIESC é integrada também pelo Serviço Social da Indústria (SESI/SC⁶¹), criado em 1946; pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC⁶²), fundado em 1942; pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC⁶³), criado no ano de 1969, e pelo Centro das Indústrias de Santa Catarina (CIESC⁶⁴), fundado em 1970. Esta integração da qual faz parte a FIESC reforça o envolvimento da instituição com a educação catarinense, principalmente no que diz respeito à concepção do Novo Ensino Médio, pois, conforme afirma a Rede Catarinense de Notícias (RCN)⁶⁵, “o novo Ensino Médio será realizado em fase piloto em duas unidades do SENAI e em quatro escolas

⁶¹ Responsável pela articulação entre o setor produtivo, os agentes de fomento e as instituições de ensino e pesquisa (BAUMGARTEN, 2011, p. 37).

⁶² Criado pelo Decreto-Lei n. 4.048, do então presidente Getúlio Vargas, com a missão de formar profissionais para a incipiente indústria nacional. O decreto estabelecia que a nova instituição de educação profissional seria mantida com recursos dos empresários e administrada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/historia/>. Acesso em: 21 out. 2019.

⁶³ Criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), iniciou suas atividades com uma proposta avançada para a época: aproximar os estudantes das linhas de montagem por meio de estágios supervisionados. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/historia/>. Acesso em: 21 out. 2019.

⁶⁴ Tem como principal atribuição a coordenação e a defesa, de forma articulada com a FIESC, dos interesses das indústrias. Atua diretamente nas áreas de soluções tecnológicas que abrangem várias áreas, como marketing, comunicações e serviços empresariais etc. (BAUMGARTEN, 2011, p. 37).

⁶⁵ A Rede Catarinense de Notícias Online é um portal de notícias que integra sites de jornais filiados à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC). A integração permite o intercâmbio de notícias, vídeos, e conteúdos entre os jornais e por meio da Rede. O site rcnonline.com.br foi criado em 2017 para ser um portal verdadeiramente atualizado com notícias de todas as regiões de Santa Catarina. Disponível em: <http://rcnonline.com.br/educa%C3%A7%C3%A3o/movimento-santa-catarina-pela-educa%C3%A7%C3%A3o-debate-ensino-m%C3%A9dio-integral-nesta-quinta-20-1.1970549>. Acesso em: 6 nov. 2019

estaduais da rede Cedup”⁶⁶, decisão discutida na pauta da reunião realizada no dia 19 de abril de 2017, entre a FIESC, Senai, SED e Instituto ITAÚ BBA.

Esta participação cada vez mais intensa por parte da classe burguesa vem modulando as ações desempenhadas pelo próprio Estado, uma vez que, segundo Mendonça (2014, p.31 *apud* MARX; ENGELS, 1848):

A burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.

Para a autora, é nítido o significado de Estado quando observamos as ações e projetos desenvolvidos pela classe burguesa, uma vez que, quando criadas as políticas públicas, sempre observamos o interesse do capital sobre todas as coisas. Para entendermos melhor, podemos recorrer ao passado, mais precisamente analisando os anos iniciais do capitalismo neoliberal, onde as medidas tomadas pelos governos nacionais, denominadas de Consenso de Washington⁶⁷, reduziram a intervenção direta do Estado na economia e nas áreas sociais. Essas medidas trouxeram como consequência imediata o aumento da pobreza em nível mundial (NEVES, 2011)

Sobre a aproximação da classe burguesa com a elaboração de políticas públicas, Neves (2011, p. 233) afirma:

O Estado capitalista neoliberal no Brasil redefiniu também a sua arquitetura e a sua dinâmica, realizando uma reforma na sua aparelhagem, com vistas a metamorfosear o Estado de Bem-Estar Social – produtor de bens e serviços – em um Estado gerencial, responsável pela instauração da chamada “sociedade do bem-estar.

⁶⁶ O Centro de Educação Profissional, iniciou suas atividades em 03/05/78 como Centro Interescolar de segundo grau “Dario Geraldo Salles”, mais conhecido como CIS, atendendo em regime de intercomplementaridade alunos oriundos dos colégios estaduais. Disponível em: <https://www.cedup.com.br/institui%C3%A7%C3%A3o/cedup>. Acesso em: 22 out. 2019.

⁶⁷ No final da década de 1980, e principalmente nos anos 1990, a doutrina neoliberal passa a ser sintetizada nos pressupostos do chamado “Consenso de Washington”. Esta conhecida denominação, atribuída ao economista John Williamson, é o resultado de um encontro acadêmico (e sem caráter deliberativo) realizado em Washington em novembro de 1989, que resultou na elaboração de um documento que pode ser resumido em um conjunto de dez recomendações de caráter liberalizante da economia: 1) disciplina fiscal; 2) reorientação das prioridades de gastos públicos para áreas denominadas pelo autor como “politicamente sensíveis” (educação, saúde, infraestrutura); 3) reforma fiscal; 4) liberalização de financiamento visando à determinação das taxas de juros pelo mercado; 5) unificação das taxas de câmbio em nível competitivo; 6) liberalização comercial; 7) liberalização do investimento externo direto; 8) privatização; 9) desregulamentação de mercado; e 10) proteção de direitos de propriedade (MATTOS, 2008, p. 207).

A respeito da fala da autora, podemos afirmar que, no capitalismo contemporâneo, esta realidade encontra-se cada vez mais próxima de nós, pois, o discurso hegemônico recoloca a educação como dimensão fundamental, tanto para o desenvolvimento de um país, como para sua possibilidade de se tornar competitivo internacionalmente. No processo de formação e inserção de força de trabalho para o mercado, o compartilhamento das responsabilidades por formular e implementar políticas implica uma articulação entre Estado, setores privados e organizações não governamentais.

A partir da ideia de que a responsabilidade pela educação pode ser assumida por todos os segmentos da sociedade, e não apenas ficar a cargo unicamente do Estado, novos sujeitos passam a ser considerados essenciais. A esse respeito, podemos afirmar que a existência de uma nova pedagogia da hegemonia demonstra que há um intenso movimento das forças do capital em produzir uma nova política de educação, com o objetivo de difundir referências simbólicas e materiais para consolidar um padrão de sociabilidade afinado com as necessidades do capitalismo contemporâneo.

A este respeito, recorreremos a Motta, Leher e Gawryszewski (2018, p. 318), que apontam o seguinte:

Sob o manto da responsabilidade social empresarial, as ditas reformas “abriram o caminho para o empresariamento da solidariedade, do voluntariado e para a formação de uma nova massa de trabalhadores totalmente desprovida de direitos, ao lado do fornecimento de uma espécie de ‘colchão amortecedor’” (FONTES, 2010, p. 267-268). Nesta “conversão mercantil-filantrópica” (FONTES, 2010, p. 255), as trincheiras pela direção intelectual e moral são fortificadas.

Os autores explicam que na educação a mercantil-filantropia adentra ferozmente nos fundos públicos por meio de parcerias, consórcios e mercantilização de suas mercadorias. Capitalizado o ensino superior, o radar dos investidores e das grandes corporações do ramo educativo volta-se para Ensino Médio. A exemplo de alguns grupos podemos citar o Movimento Nacional – “Todos Pela Educação”, que foi o incentivo para o surgimento do “Movimento A Indústria pela Educação”, mais tarde denominado “Movimento Santa Catarina pela Educação”.

Portanto, as iniciativas que visam reduzir a sociedade civil à noção de “terceiro setor”, incentivando às práticas de “voluntariado” e legitimando as

empresas como “cidadãos”, ou organismos “socialmente responsáveis”, são exemplos da atuação das forças do capital para produzir essa nova sociabilidade. Essas iniciativas acabaram resultando na reeducação da própria classe burguesa, permitindo o surgimento de uma direita para o social, ou seja, um amplo agrupamento de empresários que passa a atuar na ampliação dos horizontes de luta política por meio de intervenções sistemáticas nas “questões sociais” (MARTINS, 2010).

Nesse sentido, essa mesma classe que precisou se reeducar apresenta como solução para os principais problemas de qualidade da educação novas formas, denominadas “sofisticadas”, de intervenção privada, que podem ser observadas no âmbito das políticas educacionais, como o ressurgimento do tema do gerencialismo na educação, tema este bem discutido nos anos de 1990 e que volta à tona nos inúmeros documentos publicados pelo Ministério da Educação em parceria com o Consed⁶⁸. O gerencialismo da educação também é defendido pela FIESC (1999), quando ela declara que o Estado precisa gerir melhor a rede de educação pública, para que assim possa atingir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Movimento Todos pela Educação (TPE⁶⁹), e os bons resultados em avaliações que contribuem para a concepção dos índices do Ideb⁷⁰. Nesse contexto, a valorização da educação escolar, nos termos defendidos pelas organizações internacionais — fenômeno analisado por diferentes autores, como Leher (1999),

⁶⁸ Fundado em 1986, o Conselho Nacional de Secretários de Educação é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que reúne as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal. A finalidade do Consed é promover a integração das redes estaduais de educação e intensificar a participação dos estados nos processos decisórios das políticas nacionais, além de promover o regime de colaboração entre as unidades federativas para o desenvolvimento da escola pública. Disponível em: <http://www.consed.org.br/consed/consed/missao-e-objetivos>. Acesso em: 7 nov. 2019.

⁶⁹ Movimento lançado em 6 de setembro de 2006, no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Esse movimento, apresentado como uma iniciativa da sociedade civil e que conclama a participação de todos os setores sociais, foi constituído, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades, como o Grupo Pão de Açúcar, a Fundação Itaú-Social (Milú Villela, presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo, do Instituto Itaú Cultural, do Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário e agora também do Comitê Executivo do “Compromisso Todos Pela Educação”), a Fundação Bradesco, o Instituto Gerdau, o Grupo Gerdau, a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Educar-DPaschoal, o Instituto Ayrton Senna, a Cia. Suzano, o Banco ABN-Real, o Banco Santander, o Instituto Ethos, entre outros (LEHER, 2014, p. 21).

⁷⁰ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 7 nov. 2019.

que pode ser interpretado como tentativa para orientar a formação do novo cidadão-trabalhador, de acordo com as indicações da nova pedagogia da hegemonia.

Essa concepção de gerencialismo na educação e a real necessidade de aperfeiçoar a gestão visando bons resultados em avaliações, defendido pela FIESC no estado de Santa Catarina, vai ao encontro do que Lamosa (2018, p. 92) ressalta:

Nas últimas três décadas verifica-se no país um aumento do interesse empresarial pela educação pública. Mesmo considerando que a participação empresarial na educação no país não é recente, não é possível negligenciar o intenso esforço da classe dominante em se unificar sob uma mesma direção “ético-política”, forjando uma agenda, estratégias, princípios, ou seja, uma concepção de mundo.

Para o autor, embora o interesse da classe dominante pela definição das políticas educacionais não seja recente na história da educação brasileira, é possível identificar uma intensa difusão de organizações empresariais no decorrer das últimas duas décadas. Esta atuação está longe de ser uniforme ou mediada por um único interesse, conforme ele nos explica:

[...] há organizações que se especializaram na venda de produtos/tecnologias educacionais e criaram um enorme “mercado educacional” num processo de subsunção de fundo público; há outro conjunto de organizações que vêm realizando seus projetos no interior das universidades e, principalmente, escolas tendo como objetivo a valorização de suas imagens. Há, contudo, um elemento de permanência que perpassa toda a mobilização recente do empresariado na educação: a conquista da hegemonia.[...]. (LAMOSA, 2018, p. 94).

Esta conquista da hegemonia, apontada por Lamosa (2018), pode ser observada nas duas últimas reformas educacionais que ocorreram no Brasil, a primeira na década de 1990, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), e a segunda em 2017, durante a gestão do governo de Michel Temer (2016 – 2018), porém, não podemos descartar que antes de constituírem as leis de reforma do Ensino Médio (Lei n. 9.394/96 e Lei n. 13.415/17), os projetos já tramitavam pelos corredores do Congresso Nacional, durante os governos petistas (2003-2016), conforme apresentado no segundo capítulo deste estudo.

Para Shiroma e Evangelista (2014), a tensão entre equidade e eficiência, defendida pelos aparelhos privados de hegemonia, no nosso caso a FIESC, a CNI etc., sinalizou a preocupação dos reformadores e dos governantes em

viabilizar uma “nova gestão pública”, caracterizada pelo incremento das parcerias público-privado. O discurso sobre o “público não estatal” justificou a transferência de parte das tarefas de provimento dos serviços públicos à organizações não governamentais (ONG) e movimentos liderados por classes empresariais, tendo em vista instituírem, por meio dos contratos de gestão, novas formas de gerir o social por meio de seus intelectuais orgânicos e, com isso, conseguirem o que Lamosa (2018) denomina “hegemonia”.

Em se tratando de Santa Catarina, podemos observar que desde sua criação, em 1950, a FIESC, vem se articulando com propostas e ações⁷¹, procurando chegar no que Lamosa (2018) denomina “conquista da hegemonia”. A partir da década de 1960, Santa Catarina começa a desenvolver seu processo de modernização econômica, com a ampliação e diversificação de sua base produtiva, que já se iniciava a partir da década de 1950, quando começavam a surgir elementos de um novo padrão de crescimento, defendido por Celso Ramos, pelo então presidente da FIESC e futuro governador do Estado (BAUMGARTEN, 2011). Encontramos, na década de 1960, uma forte intervenção estatal favorecedora da acumulação privada de capital.

Nesse momento, ocorre uma profunda politização do Estado conforme nos apresenta Baumgarten (2011, p. 25):

Politização das relações econômicas e a estruturação da ossatura material e institucional do Estado, desse modo, o ‘capital industrial’ se consolidava e promovia, juntamente com as forças oligárquicas no comando do aparelho governamental, a integração produtiva em Santa Catarina.

Com o golpe de 1964, apoiado pela oligarquia catarinense, ao procurar calar a oposição e acentuar o exercício da coerção, segundo Baumgarten (2011), a ditadura instaurada possibilitou determinadas condições para que governantes e seus aliados concretizassem políticas favorecedoras do desenvolvimento do capital, da concentração de renda e da ampliação das desigualdades sociais.

O aparelho governamental foi desafiado a se modernizar e, pela primeira vez na história do estado, de acordo com Baumgarten (2014), utilizou-se da técnica do planejamento, com o objetivo de desenvolver e articular as políticas públicas para atender às exigências do modo de produção capitalista. Este foi

⁷¹ Conforme apresentado no capítulo 4, por meio de quadros.

justamente o pretexto para modernizar o sistema educacional e responder às necessidades do desenvolvimento desse modo de produção, com isso, as questões educacionais passaram a ser enfrentadas em uma perspectiva global capitalista. O binômio educação e desenvolvimento constituiu-se eixo das políticas de modernização do Estado defendidas pela FIESC (BAUMGARTEN, 2011).

Porém, os inúmeros problemas estruturais e institucionais existentes para que o capital pudesse avançar no seu processo de acumulação e concentração, como a ineficiência do sistema de transporte, fez com que a FIESC impusesse ao Estado a criação das condições necessárias à ampliação da acumulação privada. E entre os setores considerados prioritários para favorecer que tais condições ocorram, estava o setor educacional, devido à grande “carência de mão-de-obra preparada para o trabalho”, segundo afirmava a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 1960). Diante disso, as primeiras diretrizes para uma política educacional desenvolvimentista estadual foram elaboradas no *I Seminário Socioeconômico*, promovido pela FIESC nos anos de 1959-1960.

Um dos pontos levantado no Seminário foi a “falta de elemento humano preparado para o trabalho”, provando que havia um “descompasso entre a demanda de mão-de-obra especializada que o processo econômico exigia e a deficiência do ensino”. Era preciso, portanto, promover o ajustamento do ensino à política desenvolvimentista (FIESC, 1960, p. 7). Desse modo, ficava claro, segundo a FIESC, que a educação possuía uma parcela de responsabilidade durante o período de implantação, como preparadora de mão-de-obra. Para o governo do estado, a “valorização dos recursos humanos é um importante caminho para se chegar ao desenvolvimento da economia, pois esta não dependeria só dos capitais, mas da qualidade dos homens” (SANTA CATARINA, 1965, p. 13).

As conclusões do *I Seminário Socioeconômico* se constituíram, assim, em metas de governo e apontavam a carência de mão de obra qualificada como grande responsável pela estagnação da economia, aprovando assim, em julho de 1961, o primeiro Plano de Metas do Governo do Estado, sob orientação da FIESC. Diante deste fato, recorremos a Fontes (2017, p. 46):

Somente na sociedade capitalista os seres sociais – em sua esmagadora maioria – são convertidos genericamente em trabalhadores, isto é, em seres cuja utilidade social fundamental é valorizar o valor e cuja necessidade singular insuperável é vender sua força de trabalho. Sob quaisquer condições e atravessando todas as situações: sexo, gênero, cor, religião, educação, região ou nacionalidade.

Para Fontes (2017), esta obrigação de aperfeiçoar a força de trabalho, partindo do campo educacional, está ligada à indispensabilidade vital de subsistência (que é sempre socialmente realizada, e não apenas singular), tornando-se avassalador, apresentado como se fosse um “valor” máximo e urgente. Esta necessidade apontada por Fontes (2017, p.16), “travestida dramaticamente”, é apresentada como se fosse sinal de liberdade e escolha.

Diante dessa afirmação de Fontes (2017), cria-se uma possibilidade de entendermos a lógica de como os aparelhos privados de hegemonia, aqui representado pela FIESC, atuam, pois, quanto mais se expande o capital, mais o trabalho assume múltiplas configurações, recobertas por contraditórias aparências, disseminadas, enfatizadas pela propaganda e pela atuação empresarial e estatal.

É importante destacar que, analisando esse cenário aqui apresentado por Fontes (2017), podemos observar que, nos últimos anos, nós encontramos a educação catarinense em espaços sofisticados e ricos em “posicionamento ideológico” de defesa, como na FIESC; na União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); no instituto Ayrton Senna; na Fecomércio SC; no Instituto ITAU BBA, entre outros, que promovem vários eventos, como por exemplo o *12º Congresso Educasul*⁷², com consultores muitíssimo bem pagos e que estão se dedicando a pensar a educação da classe trabalhadora de forma organizada, permanente e sistemática (LEHER, 2018).

Para Leher (2018, p. 55):

Ou seja, eles apresentam a visão de classe das frações burguesas dominantes, como se tal concepção representasse o interesse geral da sociedade. Trata-se daquilo que Gramsci caracteriza como a direção intelectual-moral do conjunto da sociedade: a apresentação de uma

⁷² O *12º Congresso Educasul*, ocorrido na cidade de Florianópolis em 2017, reuniu uma ampla programação voltada a pesquisadores, professores, educadores e profissionais, com foco em buscar respostas para a evasão escolar. Outros temas também levantaram debates, como, por exemplo: o alto índice de jovens fora da escola, o desinteresse pelo conteúdo ensinado, a baixa qualidade do ensino, a falta de infraestrutura nas escolas e o déficit de professores motivaram o debate sobre o Ensino Médio. Disponível em: <https://abmes.org.br/eventos/detalhe/598/12-congresso-educasul>.

agenda que é particularista, porque é do capital, como se fosse uma agenda de todos.

Sobre o que Leher (2018) aponta, podemos afirmar que o protagonismo da classe empresarial no tratamento das questões sociais se consolidou como marca do período atual, com o argumento de que a modernização do Estado exige maior participação de todos no provimento das questões sociais.

A respeito do protagonismo apontado por Leher (2018), podemos associá-lo aos posicionamentos que a classe empresarial desempenha para, de certa forma, “Legitimar” a direção intelectual e moral da Reforma Educacional em nosso país. Sobre este posicionamento da classe empresarial aqui referida, recorreremos ao estudo de Motta, Leher e Gawryszewski (2018, p. 315):

Um denominador comum das demandas das principais frações burguesas é a necessidade de formar trabalhadores adequados às condições postas pela precarização e pela intensificação da exploração da força de trabalho. Para legitimar a direção intelectual e moral no processo de “reforma” da educação, intelectuais de diversos tipos sistematizam e difundem suas ações, ideias, formulações políticas e justificativas que, apoiados pelos grandes meios de comunicação, buscam formar a opinião pública e legitimar sua pedagogia. No entanto, o controle privado sobre a esfera educacional é incompatível com o conceito de escola pública, gratuita, laica, universal e comprometida com a formação omnilateral das crianças e jovens da classe trabalhadora. É refratário à autonomia das instituições e dos sistemas públicos de ensino. É hostil com a liberdade de cátedra dos docentes. Daí, o modus operandi para alcançar tal objetivo é conhecido: desconstruir a imagem da escola pública e de seus trabalhadores docentes para promover o ajuste necessário à reforma educacional.

A classe empresarial, aqui representada pela FIESC, regida organicamente pela ideologia de responsabilidade social, e por meio de suas organizações, como o Sesi e o Senai, passou a intervir diretamente no ordenamento da educação pública catarinense, apontando e elaborando metas por meio da criação do “Movimento A Indústria pela Educação” (MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO, 2019).

O “Movimento A Indústria pela Educação”, segundo informações do site da FIESC⁷³, reúne representações do setor industrial; dos sindicatos patronais e laborais; do poder público e de entidades, como o “Movimento Todos pela

⁷³ Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/movimento-industria-pela-educacao-lanca-plano-de-trabalho-2015-2017>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Educação”, o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Natura e o Google for Education. Esse movimento estava estruturado em dois principais eixos que norteavam suas atividades, conforme apresentamos no Quadro 3.

Quadro 4 - Eixos estruturantes do “Movimento A Indústria pela Educação”

Educação na e para a Indústria	Articulação e Influência social na Educação em Santa Catarina
Compreende o fortalecimento da parceria entre a FIESC e as indústrias pela atuação do SESI, SENAI e IEL para promover a escolaridade, a qualificação e o desenvolvimento profissional de trabalhadores e lideranças, tendo em vista que a Educação é fator-chave para o aumento da produtividade e competitividade do setor industrial	Compreende a construção de uma agenda comum para influenciar na melhoria de indicadores de educação de Santa Catarina, por meio da mobilização e articulação entre o setor público, o setor industrial e demais iniciativas privadas.

Fonte: Movimento A Indústria pela Educação. Disponível em:
https://aindustriapelaeducacao.FIESC.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo19_1.pdf.
 Acesso em: 20 out. 2019.

Sustentado por esses dois eixos aqui apresentados, o “Movimento A Indústria pela Educação” (MIE) apresenta, por meio de site da FIESC, “oito bandeiras” consideradas prioritárias voltadas à “Educação para o mundo do trabalho”, conforme apresentamos no Quadro 4.

Quadro 5 - Bandeiras prioritárias voltadas à Educação, segundo a FIESC

Educação na e para a Indústria	Articulação e Influência social na Educação em Santa Catarina
Protagonismo do setor industrial para a melhoria do nível de escolaridade dos seus trabalhadores	Acesso e conclusão da Educação Básica.
Educação Básica para o trabalhador da indústria.	Melhoria da qualidade da Educação Básica.
Educação Profissional e Tecnológica para o trabalhador da indústria.	Promoção da educação em tempo integral, intensificando a oferta de Ensino Médio articulado com a Educação Profissional.
Fortalecimento das profissões industriais.	Desenvolvimento profissional dos docentes e gestores

Fonte: Movimento A Indústria pela Educação. Disponível em:
https://aindustriapelaeducacao.FIESC.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo19_1.pdf.
 Acesso em: 20 out. 2019.

Analisando o Quadro 4, podemos entender que o “Movimento A Indústria pela Educação” apresenta uma proposta enraizada na lógica mercadológica da Educação, a qual se utiliza, desde sempre, da educação para a formação de novas formas de trabalho. Portanto, segundo o “Movimento A Indústria pela

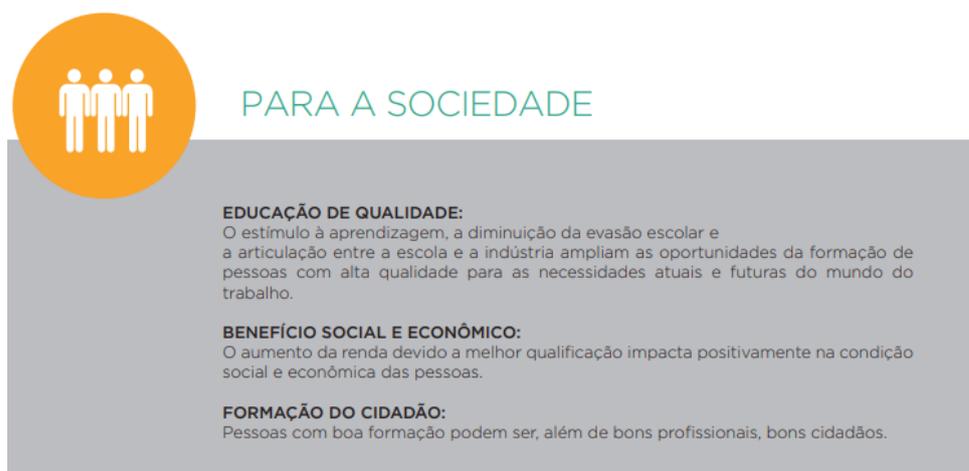
Educação”, ele é destinado à adesão da Indústria, considerada a sua força propulsora, mas, também está aberto à adesão de Sindicatos da Indústria, outros setores produtivos, instituições educacionais e sociedade civil. Para o MIE, existem diversas razões para se investir na educação, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Razões de investimentos na Educação I



Fonte: Movimento A Indústria pela Educação. Disponível em:
https://aindustriapelaeducacao.FIESC.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo19_1.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.

Figura 2 - Razões de investimentos na Educação II



Fonte: Movimento A Indústria pela Educação. Disponível em:
https://aindustriapelaeducacao.FIESC.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo19_1.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.

Com base nas ações aqui mencionadas, podemos identificar que há uma concepção, por parte da classe empresarial, aqui representada pela FIESC, de um Brasil moderno que apresentará como base o modelo de economia eficiente e competitiva coetâneo ao padrão dos países do Primeiro Mundo. Portanto, caberia ao Estado manter uma ação coordenadora de forma a garantir a regência das leis de mercado (DE OLIVEIRA, 2003).

O alcance de uma maior produtividade por parte da indústria nacional significaria, no entendimento do “Movimento A Indústria pela Educação”, além de uma maior participação da nossa economia no mercado mundial, a possibilidade de integrar novos contingentes populacionais ao mercado consumidor, o que representaria o aumento do padrão de vida de boa parte da população excluída deste mercado.

Em 2016, devido à adesão da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio), da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e da Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado de Santa Catarina (Fetrancesc), o MIE ganhou novos contornos, passando a denominar-se “Movimento Santa Catarina Pela Educação” (BRANDÃO, 2016, p. 58). Uma nomenclatura que, segundo as novas instituições que aderiram ao movimento, parece indicar uma perspectiva de abrir as preocupações para a educação como um todo, não restrita somente à dimensão industrial.

O “Movimento Santa Catarina pela Educação”, organizado e coordenado pela FIESC, torna-se um exemplo de aparelho privado de hegemonia na educação catarinense, pois, por meio de várias iniciativas de projetos lançados, dentre os quais: “pais pela educação; conexão jovem⁷⁴; gestão escolar⁷⁵”, carregados por uma identidade político-ideológica do próprio grupo, não apenas

⁷⁴ Projeto do “Movimento Santa Catarina pela Educação”, o Conexão Jovem tem o objetivo de mobilizar os jovens para discussões que abordem o tema educação, trazendo assim o seu ponto de vista. Além disso, prevê a participação dos jovens na ideação, estruturação e execução de projetos alinhados ao tema educação (MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO, 2019). Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/iniciativas/conexao-jovem.html>. Acesso em: 14 out. 2019

⁷⁵ Temática central do Movimento em 2016, sua premissa coloca o papel do gestor como essencial para um bom funcionamento de uma escola, para o trabalho em equipe e, conseqüentemente, o aprendizado do aluno. A proposta do projeto, desenvolvido ao longo do ano, é de qualificar o gestor escolar na perspectiva da gestão democrática de efetivação do direito à educação com qualidade (MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO, 2019). Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/iniciativas/gestao-escolar.html>. Acesso em: 14 out. 2019.

executou ações diretas em redes de ensino e/ou unidades escolares, como também passou a intervir na definição das políticas de educação no Estado, com o apoio da SED, como foi o caso da criação do “Dia da Família nas escolas estaduais”, por meio da Lei n. 17.335, de 30 de novembro de 2017 (SANTA CATARINA, 2017).

Portanto, vale ressaltar, segundo Mendonça (2014), que esta relação entre Estado e sociedade civil está marcada pela atuação da burguesia e das frações de classe empresariais, impondo ao Estado seus interesses e os universalizando. Conforme a historiografia brasileira, esta presença é anterior ao período da ditadura civil-militar, mas permanece, conforme nos apontam as obras de Mendonça (2014) e Fontes (2010). Sobre este aspecto organizacional, principalmente em regimes democráticos, Gramsci (2000) desenvolveu interessantes notas que podem ajudar a compreender a situação apresentada neste capítulo:

Mede-se exatamente a eficácia e a capacidade de expansão e persuasão das opiniões de poucos, de minorias ativas, de elites, das vanguardas etc., etc., isto é, sua racionalidade ou historicidade ou funcionalidade concreta. Isto quer dizer que não é verdade que o peso das opiniões de cada um seja “exatamente” igual. As ideias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política da atualidade. O número dos “votos” é a manifestação terminal de um longo processo, no qual a maior influência pertence exatamente aos que “dedicam ao Estado e à Nação suas melhores forças” (quando são tais). Se este pretensu grupo de excelências, apesar das infundáveis forças materiais que possui, não obtém o consenso da maioria, deve ser julgado inepto ou não representante dos interesses “nacionais”, que não podem deixar de prevalecer quando se trata de induzir a vontade nacional num sentido e não noutro. “Desgraçadamente”, cada um é levado a confundir seu próprio “particular” com o interesse nacional, e, portanto, a considerar “horrrível” etc., que a decisão caiba à “lei do número”; o melhor é se tornar elite por decreto. (GRAMSCI, 2000 [1932-1934], p. 82).

Nesse trecho de Gramsci (2000) supracitado, retirado da obra *Cadernos do Cárcere*, parece-nos bastante fértil para os propósitos aqui colocados. Ele indica que forças sociais se organizam no sentido de influenciar o resto da população, inclusive em situações de sufrágio. Sendo irônico, o autor indica como essas “minorias ativas” tentam difundir seus interesses particulares, apresentando-os como interesses nacionais, de todos. Assim, o exercício da democracia se caracteriza justamente não pela expressão dos interesses de

todos, ou mesmo das maiorias, mas sim de uns poucos grupos sociais altamente organizados que conseguem exercer um mecanismo de liderança e direção sobre os outros grupos sociais. Esse aspecto apresentado por Gramsci (2000) pode ser associado à FIESC pois, analisando todo o processo histórico que explica o seu surgimento, apresentado logo no início deste capítulo, encontramos semelhanças que vão ao encontro do que o autor expõe em sua análise sobre o Estado moderno.

É indispensável lembrarmos que a relação entre classe empresarial e poder público diz respeito a outro ponto fundamental desse ativismo empresarial, que existe desde o início do capitalismo, porém, segundo Fontes (2010), suas formas de atuação se alteram ao longo do tempo. Para Fontes (2010), no Brasil, a partir da década de 1990, há uma ampliação em massa das fundações sem fins lucrativos de base empresarial, as quais seguem se ampliando na atualidade. Para a autora, um dos principais objetivos dessas organizações é conter as lutas e reivindicações populares, e reconfigurar essas lutas aos interesses dominantes, subscrevendo-as no interior do Estado (restrito), com vistas à construção da hegemonia dos aparelhos privados.

Por meios dos artigos analisados, podemos dizer que as estratégias dos aparelhos privados de direcionar hegemonicamente o Estado aos seus interesses vão desde ter no Estado (restrito no executivo e legislativo) membros e representantes diretos da classe dominante e suas frações. Porém, o que tem sido realizado é a execução de programas da classe dominante, de caráter mundial como as políticas de reformas sobre orientação do Banco Mundial.⁷⁶

Outra dimensão importante presente na relação entre organizações empresariais, em nosso caso a FIESC e a SED diz respeito à definição do conteúdo e a forma de desenvolvimento das ações e programas a serem realizados, os quais são previamente e exclusivamente definidos pelas instituições SESI e SENAI, cabendo aos parceiros, o poder público, oferecer a infraestrutura necessária, disponibilizar as escolas, professores e técnicos

⁷⁶ O Banco Mundial afirma que não é preciso que o Estado seja o único provedor de serviços básicos, abrindo as portas para provedores privados competitivos em atividades até agora reservadas ao setor público. Assim, Estado e mercado não precisam ser considerados antagonicos na administração da sociedade, sendo a privatização a saída mais óbvia para esse processo. A reforma do Estado, definida no documento em suas orientações estratégicas, passa a ser a única saída das nações para se adequarem às novas condições mundiais. (PRONKO, 2014, p. 98).

pedagógicos para o acompanhamento, em outras palavras, operacionalizar o que já vem instituído, pouco interferindo no conteúdo programático de realização. Esses são aspectos que aprofundaremos no próximo capítulo desta pesquisa, onde abordaremos a FIESC e a SED de Santa Catarina.

Portanto, destacamos a importância estratégica de discutir a dominação burguesa e suas formas de atuação na educação catarinense, em particular no que tange às relações dialéticas entre Estado (restrito) e a sociedade civil, enfatizando que a temática “dominação dos aparelhos privados de hegemonia” tem sido inserida com maior presença no campo educacional brasileiro e, em particular, na rede estadual de ensino de Santa Catarina, conforme veremos o próximo capítulo.

4 O ENTRELAÇAMENTO DA FIESC COM A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Considerando as mudanças políticas e econômicas transcorridas na sociedade brasileira na última década do século passado, marcadas pela ascensão da ideologia neoliberal e por mudanças no setor produtivo, além da ênfase discursiva de governo e de setores empresariais sobre a necessária reformulação do sistema educacional, visando o alcance de uma economia competitiva (FRIGOTTO, 2010), objetiva-se, neste capítulo, analisar, por meio de documentos impressos e on-line divulgados e publicitados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e da Secretaria de Estado da Educação, o histórico e o papel que o empresariado industrial catarinense reserva à educação profissional em nível médio e sua participação no processo de implementação do Novo Ensino Médio catarinense, visando a consecução do seu projeto de desenvolvimento econômico.

A respeito dessas mudanças políticas e econômicas transcorridas na sociedade brasileira nos últimos tempos, Frigotto (2010) afirma que todas essas mudanças são marcadas por “ideologia neoliberal” e de “necessidades de reformulação do sistema educacional”, podendo citar como exemplos envolvimento do empresariado na educação; o surgimento, em 2006, do movimento “Todos pela Educação” (TPE), tornando-se uma Organização Social sem Fins Lucrativos em 2014; e o “Movimento Santa Catarina pela Educação” – MSCE, liderado pela FIESC desde 2016, que reúne representantes dos setores econômicos, dos sindicatos patronais e laborais, dos setores educacionais, da sociedade civil e do poder público.

Os movimentos identificados no parágrafo anterior pautaram a intervenção na educação e passaram a atuar intensamente junto aos órgãos governamentais e outros movimentos educacionais, como o Instituto Ayrton Senna, participando, dentre outras coisas, da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR)⁷⁷ e do Plano Nacional de Educação, que monitora até os dias

⁷⁷ Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica (BRASIL, 2013).

de hoje, e das alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O movimento TPE defende a educação como fator econômico e de mobilidade social, movido pela ideia de aumentar a produtividade e competitividade econômica de empresas e do País, afirmando que a qualidade da educação deveria ser ordenada por critérios técnicos e mensuráveis, cabendo à educação escolar desenvolver as habilidades e competências funcionais à chamada “nova cidadania” e requeridas pela produção flexível. Paralelo a este movimento Nacional, ocorre em Santa Catarina um quadro semelhante, em que encontramos a Federação das Indústrias de Santa Catarina, por meio do MSCE, e junto à Secretaria de Estado da Educação, em relação à reforma do Ensino Médio catarinense.

É importante destacar que as ações consideradas históricas pela FIESC, articuladas com as entidades SESI e SENAI no campo da educação catarinense, reforçam sua participação na elaboração de políticas públicas voltadas à educação, como a implementação do Novo Ensino Médio no estado de Santa Catarina. A esse respeito, apresentamos um panorama geral dessas no Quadro 6.

Quadro 6 - Panorama geral das ações da FIESC na educação catarinense

Ano	Entidade	Ação
1952	SESI/SC	Iniciam-se os cursos, ministrados em parceria com a ordem das Irmãs da Providência, de costura, bordado, enfermagem caseira e noção de arte culinária.
1953 – 1954	SENAI/SC	Foi realizado um grande censo industrial, favorecendo a construção de uma matriz de competências que pudesse atender as necessidades da indústria. Oferta de cursos de alfabetização.
1959		Criação dos programas e materiais didáticos
1965		Programa de aprendizagem na escola e no trabalho. Oferta de bolsas de estudos para aperfeiçoamento profissional de nível médio e superior. Construção e manutenção de prédios escolares.
1969	SESI e SENAI	Surgimento do Núcleo Central “Euvaldo Lodi”, promovendo a interação universidade-indústria em nível regional, por meio da administração de estágios de alunos universitários nas indústrias.

1971	SENAI	Ampliação do plano de atividades com oferta de 777 cursos profissionalizantes.
1972	FIESC	Ampliação da estrutura física da instituição com a construção de mais escolas e unidades do SESI e SENAI em Santa Catarina.
1976	FIESC	Continuação da expansão da estrutura física, com a construção e funcionamento dos Centros de Treinamento de Blumenau, Jaraguá do Sul, Caçador e Joaçaba. Ampliação de oferta de bolsas de capacitação e ensino técnico.
1983	FIESC	Implantação da do projeto creches domiciliares. Concurso Regional de Atividades para Docentes, que objetivava a reciclagem prática do corpo docente e a promoção da melhoria da qualidade profissional. Lançamento do “Projeto População de Baixa Renda”, com a finalidade de substanciar a integração dos esforços do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Estado do Trabalho de Santa Catarina, possibilitando aos trabalhadores e jovens o acesso à formação profissional, ocupando a maior demanda de áreas identificadas e possibilitando o desenvolvimento de habilidades.
1995	FIESC / SESI	Oferta de atividades da Educação de Jovens e Adultos. Oferta de cursos que envolvem desde a educação infantil, formação e atualização profissional até a pós-graduação em nível de especialização. Criação do PAIEE, programa que promove o incentivo ao esporte educacional, contemplando 40 mil crianças de 191 escolas públicas em 12 cidades catarinenses.
1997	FIESC e SESI	Aperfeiçoamento do currículo na pré-escola, traçando linha norteadora para os profissionais de educação infantil. Criação da Fundação Catarinense de Educação na Empresa, em parceria com as prefeituras, oferecendo convênios de supletivos de Primeiro e Segundo Graus.
	SENAI	Abertura de turmas especiais de alunos portadores de deficiência física, parte integrante do Programa de Apoio à Integração Normalizada de Portadores de Deficiência nas Instituições de Formação Profissional da América Latina e Caribe.
		Em atendimento à necessidade da oferta de cursos de maior gabarito aos seus alunos, com vistas às

1998	FIESC	necessidades tecnológicas das empresas, criou-se cursos de pós-graduações em parcerias com diversas universidades locais, como, por exemplo, com a UFSC, além de outros ofertados pelo SENAI.
	IEL	Criação de programas de Pós-Graduação em Gestão de Inovação Tecnológica em parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), SEBRAE/SC, Fundação de Ciência e Tecnologia (FUNCITEC), ACADE e Associação Brasileira de Pesquisa Tecnológica e Industrial (IBIPI).
2008	FIESC	Desenvolvimento de projetos – professores e alunos desenvolveram 15 projetos do Pró-Pesquisa, dirigidos ao estímulo à realização de pesquisas aplicáveis ao setor industrial e em recursos didáticos.
	SENAI	Implantação do programa “Educação em Movimento”, com ações canalizadas à formação continuada, promovendo a sistematização dos documentos norteadores da educação; o Manual de Educação; o acompanhamento pedagógico nas unidades e o sistema de avaliação do desempenho dos alunos.
2009	SENAI	Mais de 17 mil estudantes e professores estiveram envolvidos na Semana do Meio Ambiente, iniciativa em busca da conscientização dos futuros profissionais. Concurso de Economicidades de Energia, voltados aos alunos da rede pública de Santa Catarina. Organização da Olimpíada do Conhecimento, maior competição de educação profissional das Américas. AMOSTRA Inova SENAI: iniciativa que estimula a pesquisa e o desenvolvimento entre professores e alunos, com a participação de 18 projetos com características centrais do modelo pedagógico SENAI. Inauguração do Laboratório de Acessibilidade, para produzir material didático para portadores de deficiência
2012	SENAI	O SENAI de Santa Catarina ofertou mais de 5.800 vagas em cursos gratuitos de nível técnico e de qualificação profissional (menor duração). As formações foram oferecidas em parceria com o poder público dentro do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), voltado para alunos de escolas públicas e pessoas com carência financeira. Os cursos técnicos foram voltados a estudantes de escolas públicas que estavam frequentando a partir do segundo do Ensino Médio (ou a partir do segundo semestre, no caso de alunos de Educação de Jovens e adultos).
		Uma parceria firmada entre a Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e a Fundação ESAG ofereceu bolsas de estudo para estudantes da

2013	FIESC e SENAI	Grande Florianópolis. A assinatura do convênio foi realizada na sede da FIESC, em Florianópolis. As bolsas foram concedidas para mais de 60 cursos técnicos e de qualificação do SENAI, entidade que integra o Sistema FIESC. O subsídio é integral e beneficiou jovens de baixa renda, especialmente aqueles inelegíveis ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
	FIESC	Jovens de 13 a 15 anos da Escola Municipal Newton Mendes, em São Bento do Sul, participaram de uma programação voltada à formação pessoal e profissional. A ação é uma parceria da Buddemeyer, indústria têxtil do município, com a (FIESC), e visa despertar o interesse desses jovens pela carreira na indústria. A iniciativa, que faz parte do “Movimento A Indústria pela Educação”, do qual a companhia têxtil é signatária, contou com a participação de 60 jovens.
	FIESC e SESI	A FIESC, por meio do SESI, ampliou o acesso à educação para trabalhadores da indústria de todo o estado de SC, com a entrega de 12 novas unidades móveis de educação. Foram oferecidos cursos de educação continuada, prioritariamente, para colaboradores de pequenas empresas.
2015	FIESC	“Vocês vão anunciar a boa nova da educação”. Foi assim que o presidente da FIESC, Glauco José Côrtes, deu as boas-vindas aos 32 estudantes que passam a integrar o programa Conexão Jovem, do “Movimento A Indústria pela Educação”. Eles participaram de um encontro preparatório para atuar como jovens embaixadores da educação. O programa reúne jovens que são destaques em suas comunidades para estimular uma atuação mais colaborativa com a escola e mundo do trabalho.
2016	SESI e SENAI	Entidades da FIESC debateram MP n. 746 do Ensino Médio com o Secretário de Estado da Educação e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Eduardo Deschamps.
	IEL	Capacitação de 829 estagiários (alunos) do Ensino Médio (ensino geral e profissionalizante) do governo de SC.
	FIESC	Primeira edição do Dia da Família na Escola, uma proposta do “Movimento Santa Catarina pela Educação”, que, acatada pelo governo estadual e aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa, transformou-se em lei no Estado. A mobilização nesse ano envolveu as escolas da rede estadual e do Sistema S, com a expectativa de mobilizar mais de um milhão de pessoas.

	FIESC e SESI	A FIESC lançou o programa SESI Ciências, em Caçador/SC, iniciativa que visava contribuir para a elevação do índice de letramento científico e tecnológico da sociedade. O programa levou cursos itinerantes e interativos a diversas localidades. Nelas, os participantes realizaram atividades em ilhas de trabalho equipadas com materiais que dão suporte aos experimentos científicos. Também foram disponibilizados recursos como notebooks, tablets e simuladores para a pesquisa.
2017	FIESC	<p>A Câmara Regional de Vale do Itapocu do “Movimento Santa Catarina pela Educação” promoveu o seminário <i>O professor para a Educação do Século XXI</i>. O evento foi realizado na Sociedade Cultura Artística (SCAR) e as discussões sobre o tema foram conduzidas pelo presidente da FIESC, Glauco José Côrte, e pelo reitor da Universidade de Lisboa, Antônio Nóvoa.</p> <p>Cerca de 3,2 mil jovens participaram do workshop <i>Conexão Jovem 2017</i>, promovido pelo “Movimento Santa Catarina pela Educação”. O objetivo foi promover o diálogo entre os jovens catarinenses sobre o tema, com foco na escolaridade, vantagens de permanecer na escola e demais melhorias na educação. Foram 16 encontros simultâneos, realizados nas cidades-sede das vice-presidências da FIESC, organizados pelos jovens embaixadores do Movimento com o apoio de voluntários.</p> <p>Federações empresariais, SED e Undime-SC se unem para atuar em rede e potencializar a oferta de educação para jovens e adultos concluírem a educação básica. Nessa reunião, o presidente da FIESC, Glauco José Côrte, lançou a campanha estadual para escolarizar catarinenses que ainda não concluíram a educação básica. A iniciativa do “Movimento Santa Catarina pela Educação” é inédita no País e reúne as federações da indústria (FIESC), do comércio (Fecomércio), da agricultura (Faesc) e dos transportes (Fetrancesc), em conjunto com a Undime-SC e a Secretaria Estadual de Educação, para a oferta em rede de educação para jovens e adultos.</p>
2018	FIESC e SESC	O “Movimento Santa Catarina pela Educação”, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e com o SESC/SC, promoveu em todas as regiões do estado encontros para debater os desafios da educação para o mundo do trabalho. Os eventos foram realizados em seis regionais e abordaram: A Educação Integral e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da Reforma do Ensino Médio: Os Desafios da Educação para o Mundo do Trabalho.

	FIESC	<p>Especialistas de Singapura, país asiático considerado uma potência mundial na Educação, desembarcam em Joinville (SC) com a missão de formar educadores da rede pública. A ideia é compartilhar boas práticas no ensino de matemática e ciências com professores e gestores que atuam no Ensino Fundamental II da rede municipal, podendo impactar mais de 50 mil alunos em todo o município. Também participam da capacitação técnicos do Instituto Ayrton Senna e especialistas de escolas do SESI, entidade da FIESC, e do SESC, da Fecomércio/SC.</p> <p>O presidente da FIESC, Glauco José Côrte, recebeu a Secretária Estadual de Educação, Simone Schramm, para apresentar o “Movimento Santa Catarina pela Educação”.</p> <p>O “Movimento Santa Catarina pela Educação” entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) o documento <i>O olhar do jovem sobre a educação catarinense</i>, como contribuição às discussões da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio. Os conselheiros estiveram reunidos em Florianópolis para a primeira audiência pública que o CNE promoveu para debater a BNCC.</p>
2019	FIESC	Membros do “Movimento Santa Catarina pela Educação” discutiram a adesão do Novo Ensino Médio.

Fonte: elaborado pelo autor com base em informações divulgadas no site da FIESC⁷⁸ e do “Movimento Santa Catarina pela Educação”⁷⁹.

Com base nas ações aqui mencionadas, podemos entender que a FIESC sempre esteve presente no contexto educacional catarinense, por meio de ações desempenhadas pelo SENAI e SESC, que aos poucos foram ganhando proporção na educação catarinense. Seus principais desafios, segundo o site da Instituição⁸⁰, são proporcionar a todos os trabalhadores catarinenses a escolaridade básica completa até 2024 e a formação profissional e tecnológica compatível com a função, com foco na educação para o mundo do trabalho e na articulação e influência social em Santa Catarina. Para poder superar os desafios aqui mencionados, a instituição elaborou dois principais eixos de ações, apresentamos no Quadro 6.

Quadro 7 - Eixos estruturantes do “Movimento Santa Catarina pela Educação”

Educação para o mundo do trabalho	Articulação e Influência social na Educação em Santa Catarina
--	--

⁷⁸ Disponível em: <https://fiesc.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

⁷⁹ Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/camaras.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

⁸⁰ Disponível em: <http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/movimento/quem-somos.html>. Acesso em: 6 nov. 2019.

Compreende o fortalecimento de parcerias com os setores econômicos para promover a escolaridade, a qualificação e o desenvolvimento profissional de seus trabalhadores e lideranças, tendo em vista que a Educação é fator-chave para o aumento da produtividade e competitividade.	Compreende a construção de uma agenda comum para influenciar na melhoria de indicadores de educação de Santa Catarina, por meio da mobilização e articulação entre o setor público e os setores econômicos.
---	---

Fonte: Movimento Santa Catarina pela Educação. Disponível em: <http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/movimento/quem-somos.html>. Acesso em: 6 nov. 2019.

Sustentado pelos dois eixos aqui apresentados, o “Movimento Santa Catarina pela Educação” apresenta, por meio de seu site na internet⁸¹, “oito bandeiras” consideradas prioritárias voltadas à “Educação para o mundo do trabalho”, conforme apresentamos no Quadro 7.

Quadro 8 - Oito bandeiras prioritárias pelo “Movimento Santa Catarina pela Educação”

Educação na e para a Indústria	Articulação e Influência social na Educação em Santa Catarina
Protagonismo dos setores econômicos para a melhoria do nível de escolaridade dos seus trabalhadores.	Acesso e conclusão da Educação Básica.
Educação básica para os trabalhadores formais.	Melhoria da qualidade da Educação Básica.
Educação profissional e tecnológica para os trabalhadores formais.	Promoção da educação em tempo integral, intensificando a oferta de Ensino Médio articulado com a Educação Profissional.
Fortalecimento das profissões relacionadas aos setores econômicos.	Desenvolvimento profissional dos docentes e gestores.

Fonte: Movimento Santa Catarina pela Educação. Disponível em: <http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/movimento/quem-somos.html>. Acesso em: 6 nov. 2019.

Portanto, entendemos que o empresariado nacional, em particular o de Santa Catarina, de diversas formas buscou demonstrar ao governo e à sociedade como um todo que havia a necessidade de o sistema educacional sofrer alterações de forma a se tornar coetâneo e articulado aos interesses industriais. Por outro lado, também houve de sua parte o interesse em ter maior controle sobre as ações e o desempenho das instituições escolares. Nesse sentido, esteve sempre presente a sua intenção de participar da gestão do sistema de ensino e “exigir que o Estado estabelecesse mecanismos de

⁸¹ Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/camaras.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

avaliação da qualidade e do desempenho das instituições de ensino”. (OLIVEIRA, 2003).

A esse respeito, e com o objetivo de entender o processo de entrelaçamento entre FIESC e o governo do estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação, procuramos elencar, em forma de quadros, os documentos que nos possibilitaram analisar tais vínculos no processo de implementação do Novo Ensino Médio catarinense.

Quadro 9 - Documentos e ações da FIESC junto ao Ensino Médio catarinense

DOCUMENTO	ENTIDADE(S)	CONTEÚDO
Relatório anual de 2017	Câmaras Regionais	Balanço das ações e destaques
Plano de Trabalho e ações das Câmaras Regionais	Movimento SC pela Educação	Compilado de todas as ações e públicos envolvidas com o Ensino Médio e o Mercado de Trabalho.
Revista, “EDUCAÇÃO: Boas práticas na indústria Catarinense”.	Movimento SC pela Educação	Compilado de ações da FIESC, SESI e Câmaras Regionais.
Dossiê: “Situação educacional dos municípios catarinenses”	Movimento SC pela Educação	Panorama geral educacional dos municípios catarinenses.
Resumo jurídico da carta do Movimento SC pela Educação entregue ao MEC	Movimento SC pela Educação e MEC	Contribuição para a elaboração da BNCC do Ensino Médio
Revista: “Reflexões para a Educação que o Brasil precisa”	Movimento SC pela Educação	Diversos pontos sobre as políticas públicas voltadas a necessidade de reforma educacional no Brasil.
Reportagens disponibilizadas on-line	Movimento SC pela Educação e FIESC	Diversos sobre reuniões, eventos etc.
E-book: “Mobilização, articulação, influência – por uma agenda comum pela educação para o mundo do trabalho”.	Movimento Santa pela Educação	O livro é dividido em seis capítulos e mostra o caminho percorrido desde a adesão das indústrias, a criação de uma rede de soluções, o enraizamento do Movimento por meio das Câmaras Regionais de Educação, os diversos programas que buscam dar sentido à Educação até a adesão das federações do comércio e serviços, agricultura e transportes, que

consolidaram e deram unidade ao Movimento.

Fonte: elaborado pelo autor, com base nas informações disponíveis nos sites da FIESC⁸² e do “Movimento Santa Catarina pela Educação”⁸³.

Quadro 10 – Documentos e ações da SED sobre o Ensino Médio catarinense

Documento	Entidade(s)	Conteúdo
Reportagens disponibilizadas on-line	SED	Diversas reuniões, eventos etc.
Documento Orientador da Portaria n. 649/2018	SED e MEC	Orientações para a implementação do Novo Ensino Médio
Boletins Informativos n. 1, 2, 3, 4 e 5	SED	Capacitações e orientações dos profissionais da Educação
PPT – Reunião realizada em Fevereiro de 2020 sobre o Programa Novos Caminhos	SED	Apresentação do Programa aos Profissionais envolvidos com o Novo Ensino Médio nas Gerências Regionais de Ensino.
Sistema de gerenciamento de matrículas e dados educacionais do Estado de SC	SED	Panorama geral da Rede por meio de censos.

Fonte: elaborado pelo autor com base nas informações do site da SED⁸⁴.

Conforme apresentado em nossa hipótese logo no início desta pesquisa, as transformações do capital na atualidade acarretam mudanças na formação do trabalhador, submetendo-o ao um novo perfil. Nessa perspectiva, analisando diversas ações divulgadas nos sites da SED e FIESC, apresentado no capítulo 3 dessa pesquisa, chama-nos atenção a atuação cada vez mais próxima do grupo empresarial catarinense no sistema público estadual de educação, na elaboração de política pública, defendendo o que denominam de “qualidade da educação” e sua necessidade de adequação ao mercado, conforme podemos observar nos excertos da Figura 3 e 4.

Figura 3 - Organização das ações do grupo empresarial FIESC

⁸² Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/busca?k=noticias>. Acesso em: 21 abr. 2020.

⁸³ Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/camaras.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/servicos/programas-e-projetos>. Acesso em: 21 abr. 2020.



Fonte: Plano de Trabalho das Câmaras Regionais do MSCE (2017, p. 2).

Figura 4 – Plano de atividades desenvolvido pela Câmara Regional

Empresários e Trabalhadores

Projeto: Elevação da Escolaridade Básica do Trabalhador e Campanha "O Estudo é o seu melhor amigo pra vida" a ser veiculada a partir de março de 2017

Objetivos: Potencializar as ações para elevar a escolaridade básica de jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade regular, com ênfase nos trabalhadores formais dos quatro setores da economia: Agricultura, Comércio, Indústria e Transportes.

Abrangência: Estadual.

Público-alvo: Trabalhadores dos quatro setores da economia: Agricultura, Comércio, Indústria e Transportes.

Período: Fevereiro a dezembro de 2017.

Demandas para Câmara:

- Levantar os endereços das escolas públicas estaduais e municipais que ofertam Educação de Jovens e Adultos – EJA nos municípios de área de abrangência da Câmara.
- Levantar o potencial de matrículas das instituições ofertantes de EJA na região.
- Definir estratégias para potencializar a Campanha de EJA que será veiculada em âmbito estadual.
- Definir estratégias para potencializar a mobilização de empresários, trabalhadores e comunidade para a importância da volta aos estudos considerando o mote da Campanha de EJA: "O estudo é o seu melhor amigo pra vida".
- Para o Dia Estadual da Família na Escola definir estratégias para potencializar a mobilização das famílias e jovens sobre a importância de permanecer na escola e concluir seus estudos também considerando o mote da Campanha de EJA (tema que será abordado na Cartilha a ser distribuída às famílias).
- Dar espaço na reunião da Câmara para que ofertantes de EJA apresentem seus planos de trabalho, bem como estratégias de marketing (mídias e exposições).

Fonte: Plano de Trabalho das Câmaras Regionais do MSCE (2017, p. 2).

Os excertos referem-se aos encaminhamentos que tinham como propósito contribuir para que o estado de Santa Catarina possa aumentar a sua produtividade, de modo a melhorar seu desempenho na economia. Como o próprio plano de trabalho e ações das câmaras regionais aponta, a questão central está no “capital humano”, que precisaria de maior qualificação para elevar

os níveis de produtividade do País, tal como é analisado por Junior e D'Agostini (2017, p. 332):

A relação trabalho e educação assume a partir do processo de reestruturação produtiva uma nova dinâmica, marcada, sobretudo, pela ideia de flexibilização. As mudanças mais significativas no campo da produção estão relacionadas às inovações tecnológicas, organizacionais e sócio metabólicas (ALVES, 2012). De maneira geral, estas inovações aumentam a produção de capital, seja pela implementação de novas tecnologias que comprimem o trabalho necessário e aumentam o trabalho excedente, seja pela tentativa de captura da subjetividade do trabalhador (ALVES, 2012), seja pelos esforços contínuos em usar todas as suas capacidades físicas e mentais.

É importante destacar que as posições assumidas pelo empresariado industrial catarinense, representado pela FIESC, são coadunadas com as do Banco Mundial, tendo em vista o fato de esta instituição considerar que o caminho para a nação brasileira é o aumento da sua competitividade econômica e as reformas econômicas que estão ocorrendo em nosso país.

A FIESC manifestada pela classe empresarial catarinense como defensora da reestruturação do Estado e da redução de suas intervenções nas áreas sociais – como no nosso caso a educação, advoga o envolvimento dos setores econômicos e políticos no processo de construção e implementação do Novo Ensino Médio, apontando-o como o único projeto para atingir a qualidade no Ensino Médio público catarinense, aumentando a competitividade nos meios de produção, fato esse que pode ser constatado quando analisamos as ações e notícias divulgadas no site do “Movimento Santa Catarina pela Educação”, conforme destacado com nossos grifos (negrito) nos excertos a seguir:

O Mundo do trabalho do século XXI enseja profundas mudanças no perfil dos seus atores. Cada vez mais as melhores oportunidades demandarão pessoas dinâmicas, com ampla visão sobre o trabalho, com perspectivas diferenciadas e soluções inovadoras para os problemas da produção, que detenham e saibam complementar seu conhecimento técnico, tenham habilidades para o uso de ferramentas e tecnologias avançadas, trabalhem em equipes interdisciplinares, sejam proativas e determinadas. Enfim, pessoas detentoras de um conjunto de competências técnicas e socioemocionais, que são o desejo das empresas – o desafio das instituições de ensino – da educação básica, que fornece os alicerces para uma sólida formação, à educação profissional. (Corte 2017,p.31)⁸⁵

⁸⁵ Revista: REFLEXÕES PARA A EDUCAÇÃO QUE O BRASIL PRECISA, 2017. Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/comunicacao-e-midia/downloads.html>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Um ano a mais de escolaridade aumenta em 15% a renda do trabalhador brasileiro. Se ele tem o curso de graduação completo, esse impacto é de 47%, mostra estudo da FGV. Mais educação é mais renda e, portanto, mais qualidade de vida. Ao mesmo tempo, é mais desenvolvimento para as empresas e para o Estado. Por isso, é preciso atenção especial para os 725 mil trabalhadores catarinenses que ainda não concluíram a educação básica. Dados do Ministério do Trabalho (RAIS 2015) indicam que eles representam 33% dos trabalhadores formais de Santa Catarina. Só com uma ação articulada entre todos os envolvidos reverteremos este cenário. A movimentação de trabalhadores também reforça a importância dos estudos: os qualificados encontram emprego antes. De janeiro a maio deste ano, do total de novas vagas criadas no Estado, 20.157 foram ocupadas por pessoas com escolaridade básica completa e apenas 2.572 para os que não a tem, ou seja, sua escolaridade básica é incompleta. Conforme o Fórum Econômico Mundial, mais de 5 milhões de empregos serão perdidos até 2020 e 65% das crianças que estão iniciando a sua vida escolar trabalharão em empregos que não existem ainda. Assim, fica claro que precisamos preparar as crianças e os jovens para o novo mundo do trabalho. Mas é ainda mais urgente cuidar da melhoria do nível de escolaridade e qualificação dos atuais trabalhadores. é por isso que o **Movimento Santa Catarina pela educação**, integrado por Fiesc, Fecomércio, Faesc e Fetranesc, lança nesta semana a campanha “O estudo é o seu melhor amigo para a vida”, com o objetivo de mobilizar ofertantes de Educação de Jovens e Adultos, empresários, famílias, estudantes e trabalhadores para a conclusão do ensino fundamental e médio. Com o apoio de todos e, particularmente, dos empresários na mobilização dos seus trabalhadores e, dos ofertantes, na ampliação do número de matrículas, melhoraremos a vida dos catarinenses e ajudaremos a desenvolver equilibradamente Santa Catarina. (Cortez 2017,p.41)⁸⁶

Talvez a forma mais correta de entender e problematizar os limites do pensamento empresarial para o Ensino Médio catarinense seja conhecer qual o verdadeiro fim ou objetivo maior que se busca realizar em cada momento histórico. Nesse sentido, não nos referimos ao um objetivo específico, que seja exclusivamente seu e que possa se realizar independentemente da ação de outras forças sociais, no interior da sociedade; mas sim, de um projeto social e econômico que possa se estabelecer enquanto hegemônico. A esse respeito, recorreremos a Silva e Scheibe (2017, p. 22):

[...] Há uma linha de argumentação, incorporada pela reforma atual, mas que vem disputando o sentido do ensino médio, desde a LDB de 1996. Essa argumentação recorrente e que adquire hegemonia ao ser incorporada na LDB pela atual reforma está sustentada na defesa da necessidade de adequação do ensino médio a requisitos postos pelo

⁸⁶ Revista: REFLEXÕES PARA A EDUCAÇÃO QUE O BRASIL PRECISA, 2017. Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/comunicacao-e-midia/downloads.html>. Acesso em: 22 abr. 2020.

mercado de trabalho e/ou por necessidades definidas pelo setor empresarial. Tal defesa aproxima a última etapa da educação básica a uma visão mercantil da escola pública e adota critérios pragmáticos para definir os rumos da mudança, tais como o desempenho nos exames em larga escola e o acesso limitado à educação superior por parte dos concluintes do ensino médio. A análise que permitiu chegar a essa conclusão tomou como referência os textos produzidos pelo Conselho Nacional de Educação, no caso das diretrizes curriculares; os documentos da Câmara dos Deputados relativos ao PL 6.840/2013; o texto da Medida Provisória 746/16 e da exposição de motivos que a acompanha; o Relatório, Projetos de Lei e Lei derivados da MP 746/16.[...]

A posição das autoras aponta caminhos que nos ajudam a entender a aproximação cada vez maior da FIESC nas decisões e participações em políticas públicas adotadas e/ou elaboradas pela SED, principalmente no que diz respeito à reforma do Ensino Médio catarinense. Essa lógica pode ser observada nas inúmeras ações desenvolvidas pela Câmara Regional de Educação,⁸⁷ já citadas nesta pesquisa, vinculadas ao “Movimento Santa Catarina pela Educação”, com o objetivo de apresentar ao Estado uma certa “fórmula” para o processo de implementação da reforma do Ensino Médio. No Quadro 11 apresentamos alguns exemplos disso.

Quadro 11 – Exemplos de ações de algumas Câmaras Regionais da FIESC em torno do Ensino Médio catarinense em parceria com a SED e suas coordenadorias Regionais.

CÂMARA REGIONAL	ATIVIDADE(S)	LOCAL
ALTO VALE DO ITAJAÍ	Seminário sobre boas práticas de gestão: Além das reflexões sobre as dimensões da gestão escolar, o ponto forte da ação foi o compartilhamento das práticas de gestão da Gerência Estadual de Ensino do Alto Vale (GERED) referentes ao ensino médio; da E.E.B. Mário Nardelli, de Rio do Oeste; da Escola Modelo Ella Kurth, de Rio do Sul e da E.E.B. Mont’Alverne, de Ituporanga, que venceu a etapa Estadual e Regional (pelo Sul do País) para o Prêmio Referência em Gestão Escolar 2017,	Rio do Sul

⁸⁷ As Câmaras e Comitês da FIESC são órgãos consultivos que oferecem consistência e agilidade na busca das melhores alternativas e soluções para realizar a defesa de interesse das indústrias. A Câmara Regional de Educação foi implantada nas 16 Vice-presidências Regionais da FIESC em 2015. A implantação das Câmaras Regionais amplia a estrutura de Governança do “Movimento Santa Catarina pela Educação”, visando maior aproximação da realidade educacional de cada município para uma atuação em conjunto com outros atores regionais. (FIESC, 2019).

	realizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED).	
	<i>Implantação do “Programa: Educar para Construir”</i>	
CENTRO-OESTE	Ação Formativa – <i>VII Semana Pedagógica Matter Dolorum: “Construindo os rumos da Educação”</i>	Capinzal
EXTREMO OESTE	Work Coffe: reunião de trabalho na E.E.B. São Miguel, integrante do <i>Projeto Escola Parceira: Educação que faz sentido</i> , iniciativa do “Movimento Santa Catarina pela Educação”, com o objetivo de realizar diagnóstico sobre as quatro dimensões fundamentais da comunidade escolar: os jovens, os pais, os professores e a gestão escolar. A ação contou com 30 participantes	São Miguel do Oeste
LITORAL SUL	Workshop conexão jovem 2017: o evento aconteceu no Espaço Integrado de Artes (EIA) da Unisul. O reitor da instituição, professor Mauri Luiz Heerd, foi o convidado para palestrar sobre as competências necessárias para o profissional do século 21 e o cenário educacional atual e seus desafios.	Tubarão
NORTE – NORDESTE	Workshop conexão jovem 2017: mais de 200 estudantes participaram. O gestor de Recursos Humanos da Tupy, Cristian Lopes Fernandes, falou sobre os rumos que os jovens desejam para a carreira profissional, além de apresentar dados importantes para reflexão. O painel “Fortalecendo o ecossistema em prol de uma melhor Educação” oportunizou aos estudantes expressarem suas dúvidas, que foram respondidas pelos painelistas.	Joinville
OESTE	Seminário educação integral para o século XXI: tendo como principal palestrante Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna. A ação reuniu mais de 2,5 mil pessoas. Durante o evento, o “Movimento Santa Catarina pela Educação” anunciou o lançamento da Série Educação Integral para o Século XXI, composta por três cursos on-line, com conteúdo elaborado pelo Instituto Ayrton Senna, para contribuir com a ampliação dos conhecimentos dos professores sobre a construção de uma escola que prioriza o desenvolvimento integral dos estudantes. Também foi assinado um termo de compromisso entre a FIESC, Instituto Ayrton Senna e Secretaria	Chapecó

	de Estado da Educação para ampliar a oferta de educação integral em SC.	
SERRA CATARINENSE	Seminário boas práticas em gestão escolar: as palestras foram realizadas por Sílvia De Pieri Oliveira, Diretora de Unidade do SESI Regional Serra Catarinense e Humberto Aloísio de Oliveira, Gerente da GERED. Além da palestra, ocorreu a apresentação de boas práticas em gestão escolar e a entrega do livro <i>Gestão Democrática da Educação: da base legal à prática na escola</i> , elaborado pelo “Movimento Santa Catarina pela Educação”, em parceria com a Secretaria do Estado da Educação. Destaca-se um importante resultado do evento: a constituição de grupos de trabalho para acompanhamento dos planos de gestão das escolas estaduais.	Lages
SUDESTE	Parceria com a FESAG para oferta do curso técnico a alunos da escola parceira: durante as ações do Dia Estadual da Família na Escola, ocorreu a assinatura de termo de cooperação entre a FIESC/SENAI, Governo do Estado e FESAG (Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência) para a execução de um curso técnico em automação, com 40 vagas gratuitas voltadas a alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Jacó Anderle.	Florianópolis
SUL	Workshop conexão jovem 2017: Cerca de 120 jovens participaram do evento na Associação Empresarial (ACIC). Oportunidade para os participantes debaterem propostas para tornar o Ensino Médio mais atrativo, acompanharem as discussões sobre o futuro e opinarem sobre o tema.	Criciúma
VALE DO ITAPOCU	Fórum empresarial educação e desenvolvimento econômico: transformando ideias em ações - o “Movimento Santa Catarina pela Educação”, por meio da Câmara Regional de Educação do Vale do Itapocu, em parceria com a ABRH/SC, reuniu 65 importantes lideranças empresariais e educacionais de diversas regiões de SC. Durante o Fórum, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre os desafios para qualificar os trabalhadores frente às demandas laborais atuais e futuras; compartilhar as soluções que as empresas têm encontrado para o desenvolvimento das competências necessárias para a sua força de trabalho; e colaborar com a construção	Jaraguá do Sul

de uma proposta conjunta de soluções para elevar a escolaridade e melhorar a qualificação dos seus trabalhadores. Esse conjunto de ações resultou na Carta de Jaraguá do Sul, a favor da Educação e do Desenvolvimento Econômico. Ela reúne dez compromissos propostos pelos participantes do Fórum como um fio condutor para a criação de estratégias que possam ser aplicadas em cada empresa e/ou em um conjunto de empresas de um setor produtivo, bem como em uma região. Também nesta carta destacam-se algumas principais reivindicações ao estado de SC no que diz respeito à necessidade de um novo Ensino Médio.

Fonte: elaborada pelo autor por meio dos relatórios das Câmaras Regionais da FIESC.

Conforme podemos notar no Quadro 10, inúmeras são as ações que foram desenvolvidas pela FIESC junto à SED no processo de construção do Novo Ensino Médio, fato esse que justifica a grande aproximação da entidade que representa a classe empresarial, com a Secretaria de Estado da Educação na formulação de políticas públicas. É importante ressaltar que tanto a FIESC como a SED possuem uma estrutura de gestão dividida em pontos setoriais, o que facilita, de certo modo, as ações conjuntas aqui mencionadas. É importante ressaltar que a organização da SED, que apresentaremos logo em seguida, é resultado de um processo de reorganização da própria SED, que foi regulamentada por meio do Decreto n. 1.199, de 22 de junho de 2017⁸⁸. A essa organização setorial que é a SED, também podemos denominar regional, tanto quanto a FIESC, podendo ser entendida por meio do Quadro 12.

Quadro 12 – Organização regional administrativa da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina

COORDENADORIAS REGIONAIS	MUNICÍPIOS
ARARANGUÁ	Araranguá, Balneário Arroio, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo.

⁸⁸ Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2017/001199-005-0-2017-004.htm>. Acesso em: 1 abr. 2019.

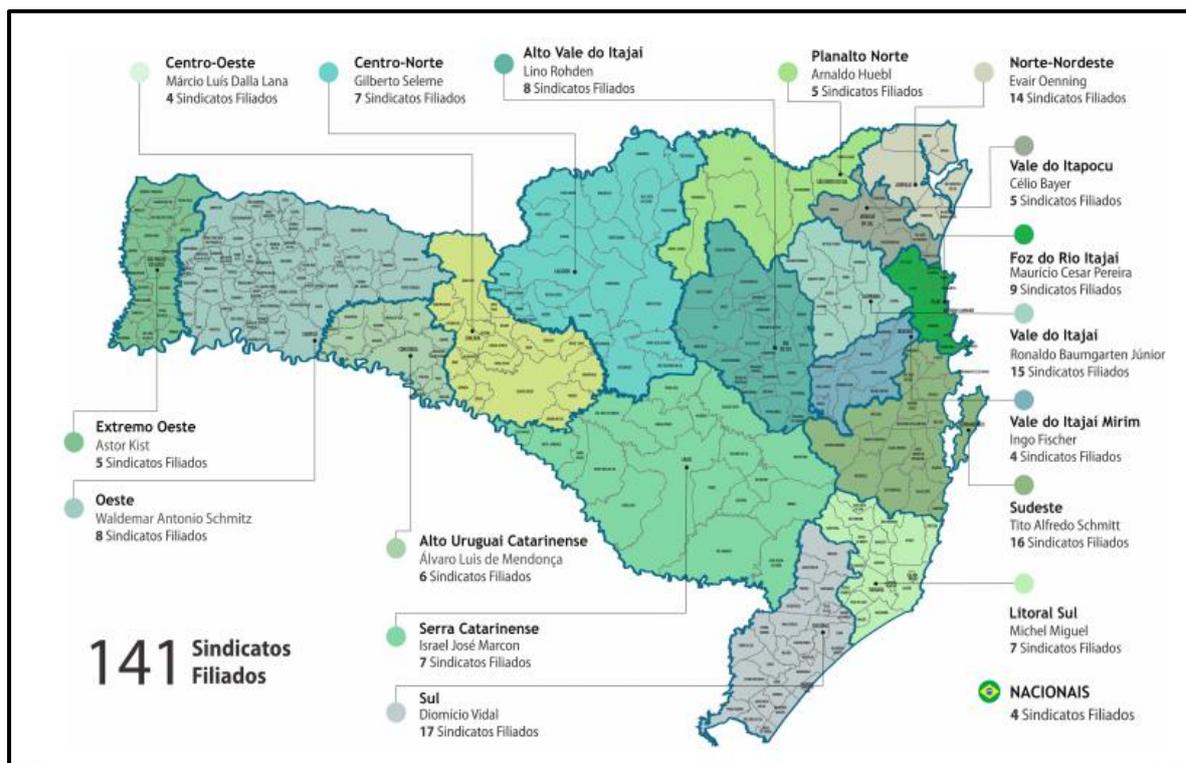
BLUMENAU	Blumenau, Gaspar, Ilhota, Luiz Alves, Pomerode.
BRAÇO DO NORTE	Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho.
BRUSQUE	Botuverá, Brusque, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista, Tijucas.
CAÇADOR	Caçador, Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas, Timbó Grande.
CAMPOS NOVOS	Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Celso Ramos, Ibiam, Monte Carlo, Vargem, Zortéa.
CANOINHAS	Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União, Três Barras.
CHAPECÓ	Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambú, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Planalto Alegre.
CONCÓRDIA	Alto Bela Vista, Concórdia, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba, Presidente Castello Branco.
CRICIÚMA	Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso, Urussanga.
CURITIBANOS	Curitibanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul.
DIONÍSIO CERQUEIRA	Anchieta, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Palma Sola, Princesa, São José do Cedro.
GRANDE FLORIANÓPOLIS	Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São Pedro de Alcântara.
IBIRAMA	Ibirama, José Boiteux, Lontra, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles.
INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Gerência Própria)	Florianópolis (Capital).

ITAJAÍ	Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Porto Belo.
ITAPIRANGA	Iporã do Oeste, Itapiranga, Santa Helena, São João do Oeste, Tunápolis.
ITUPORANGA	Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapdão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Leoberto Leal, Petrolândia, Vidal Ramos.
JARAGUÁ DO SUL	Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Schroeder.
JOAÇABA	Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Eral Velho, Herval D'Oeste, Ibicaré, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tílias, Vargem Bonita.
JOINVILLE	Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Garuva, Itapoá, Joinville, São Fco. do Sul, São João do Itaperiú.
LAGES	Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, São João do Cerrito.
LAGUNA	Garopaba, Imaruí, Imbituba, Laguna, Paulo Lopes, Pescaria Brava.
MAFRA	Campo Alegre, Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho, São Bento do Sul,
MARAVILHA	Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Pinhalzinho, Romelândia, Saltinho, Santa Tereza do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Serra Alta, Sul Brasil, Tigrinhos.
PALMITOS	Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondaí, Palmitos, Riqueza, São Carlos.
RIO DO SUL	Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste, Rio do Sul, Trombuco Central.
SÃO JOAQUIM	Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici, Urupema.

SÃO LOURENÇO DO OESTE	Campo Erê, Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino, São Lourenço do Oeste.
SÃO MIGUEL DO OESTE	Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba, Paraíso, São Miguel do Oeste.
SEARA	Arabutã, Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Seara.
TAIÓ	Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete, Santa Terezinha, Taió.
TIMBÓ	Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó.
TUBARÃO	Capivari de Baixo, Gravatal, Jaguaruna, Pedras Grandes, Sangão, Treze de Maio, Tubarão.
VIDEIRA	Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Videira.
XANXERÊ	Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuacu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passo Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.

Fonte: elaborado pelo autor com base em informações apresentadas no site da SED/SC.

Figura 5 – Câmaras Regionais de Educação da FIESC e seus representantes



Fonte: Movimento Santa Catarina pela Educação (2017).

Observando a organização regional da SED e da FIESC, conseguimos entender como ambas promovem diversas ações nas regiões de Santa Catarina que visam, de maneira articuladora, promover o desenvolvimento da Educação Básica. Assim sendo, podemos dizer que desde a *VI Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-Americanas*, coordenada pela CNI (1993⁸⁹) e que apresenta uma proposta de política para a educação, o empresariado não reduziu seu papel ao de mero proponente de reformas, pois objetivou também tornar-se um sujeito ativo no processo de reformulação da política educacional.

Portanto, analisando os Quadros 11 e 12 podemos entender a importância de se implementar um processo de desburocratização da política educacional em nosso Estado pois, conforme apresentado, ocorre uma certa regionalização dentro da SED, concedendo as coordenadorias regionais autonomia para tomada de decisões em seus territórios, e com isso a consequente descentralização da gestão educacional. Algo a que o empresariado, segundo

⁸⁹ *VI Reunião de Presidentes de Organizações Empresariais Ibero-americanas*, realizada em Salvador, BA, de 12 a 16 de julho de 1993 (MELO, 2008).

Melo (2008), advogou sua participação, por meio de parcerias com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação desde 1993, reconhecendo para si, assim como para outros setores organizados da sociedade, o direito na confecção dos currículos escolares, de forma que o processo educativo pudesse alcançar os objetivos de produtividade e eficiência almejados pelo empresariado.

Segundo Motta, Leher e Gawryszewski (2018, p. 320):

É o capital que opera a matriz curricular, a forma de avaliação e estrutura, e, cada vez mais, o cotidiano escolar. No Ensino Médio, seus agentes defendem a diversificação formativa, erigida a uma condição democrática, e concebem os indivíduos como sujeitos protagonistas da sua própria história. Ao passo que então é discursivamente respeitado e proclamado o direito à diversidade e à diferença de possibilidades formativas, concomitantemente, é reiterado que deve existir um núcleo comum capaz de assegurar a equidade no alcance do conhecimento a todos os estudantes, independentemente de região geográfica, do nível socioeconômico etc. A publicidade em torno da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é uma forma de eclipsar o fato de que, objetivamente, com a reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017a), os cinco itinerários possíveis denotam percursos escolares distintos, negando o fortalecimento do que é o comum na educação básica.

A esse respeito, no estado de Santa Catarina a FIESC, por meio do MSCE, vem trabalhando com eventos, seminários e reuniões em suas câmaras regionais, com a participação da Secretaria de Estado da Educação, representada pelas coordenadorias regionais de ensino, para a implementação de reformas no sistema público de educação, conforme apresentamos nos excertos a seguir e nos quadros 9 e 11.

O programa Escola Parceira foi idealizado para formar referências em todas as regiões do Estado em frentes como a redução de evasão escolar, elevação do IDEB, gestão eficiente, redução de absenteísmo e a construção de ambientes mais atrativos para a comunidade escolar. São aspectos que combinam com o slogan do programa: “Educação que faz sentido”. As escolas não eram necessariamente as melhores de suas regiões na largada, em 2015. Mas é nelas que diversas ações e projetos ligados ao Movimento acontecem – só em 2017 foram realizadas 180 ações que impactaram 12 mil pessoas –, o que faz com que os resultados apareçam e sirvam de exemplo para as demais. As atividades promovidas pelo programa começam com um *work coffee* unindo representantes de educadores, alunos e pais para que seja feito um completo diagnóstico da escola, base do plano estratégico para orientar as ações. Dentre as ações incluem-se capacitações e uso de tecnologias para alunos, professores e gestores, além de muito trabalho voluntário e envolvimento comunitário. As Escolas Parceiras também tiveram a oportunidade de interagir com projetos educacionais como SESI Ciências e SESI Matemática. Tudo é compartilhado regionalmente e pode ser replicado. O ambiente de

compartilhamento é o das Câmaras Regionais de Educação, que se legitimaram como canais para potencializar a realização de experiências educacionais exitosas. (MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO 2018, p.46)⁹⁰.

Ao longo de 2016, mais de 4 mil pessoas, em sua maior parte educadores e gestores da área de educação, participaram dos Diálogos sobre Gestão da Educação realizados pelo Movimento Santa Catarina pela Educação em 16 regiões do Estado. Qualquer empresário reconhece a importância da gestão, o que levou o tema a ganhar especial relevância para o Movimento. A iniciativa, entretanto, teve o cuidado de respeitar as diferenças que marcam instituições educacionais e empresas. Tanto que os principais palestrantes dos Diálogos foram educadores e gestores educacionais de reconhecida experiência: Mozart Neves Ramos e Antônio Paiva Neto. Eles já foram professores e diretores de escolas, secretários estaduais de Educação (de Pernambuco e do Rio de Janeiro, respectivamente) e reitor, no caso de Ramos. Ambos percorreram o Estado com o objetivo de mobilizar e promover a reflexão dos gestores, representados pelo diretor da escola e sua equipe. Uma das mensagens passadas aos educadores é a de que a boa gestão de uma escola está diretamente relacionada à elevação da qualidade do ensino oferecida e ao desempenho dos alunos. Ou, em uma linguagem mais empresarial, a boa gestão dá resultado. (MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO 2018, p. 46)⁹¹.

Figura 6 – Presidente da Câmara Regional do Centro-Oeste catarinense

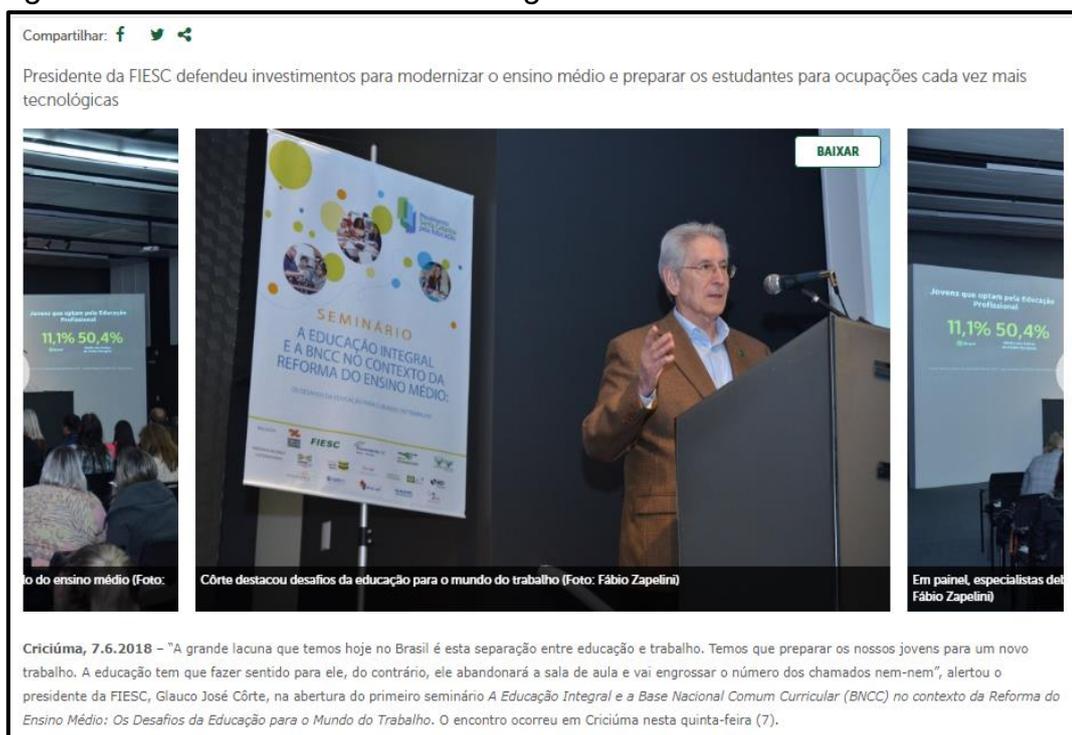


Fonte: Movimento Santa Catarina pela Educação (2018, p. 47).

⁹⁰ E-book: “Mobilização, articulação, influência – por uma agenda comum pela educação para o mundo do trabalho”. Disponível em: <https://docplayer.com.br/84753703-Mobilizacao-articulacao-influencia-por-uma-agenda-comum-pela-educacao-para-o-mundo-do-trabalho.html>. Acesso em: 23 abr. 2020.

⁹¹ E-book: “Mobilização, articulação, influência – por uma agenda comum pela educação para o mundo do trabalho”. Disponível em: <https://docplayer.com.br/84753703-Mobilizacao-articulacao-influencia-por-uma-agenda-comum-pela-educacao-para-o-mundo-do-trabalho.html>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Figura 7 – Presidente da Câmara Regional do Centro-Oeste catarinense



Fonte: site oficial da FIESC (2018)⁹².

Essa preocupação do empresariado em participar diretamente da administração escolar pode também ser vista como mais uma das formas de se buscar a privatização do sistema educacional. Destacamos que essa privatização da educação não precisa seguir a mesma lógica que ocorreu, por exemplo, com o conjunto de empresas estatais, quando o Estado passou para a mão da iniciativa privada a oferta de certos serviços, como água, telefonia, energia elétrica, transporte etc. Esse processo de privatização a que nos referimos aqui pode ocorrer de várias formas, desde a iniciativa privada ofertando diretamente serviços, como, por exemplo, buscando que os próprios indivíduos financiem os seus estudos, ofertando atividades profissionalizantes etc. De todo modo, qualquer uma dessas modalidades de privatização deixa explícita uma diminuição da intervenção estatal no provimento integral desses serviços.

⁹² Abertura do primeiro seminário *A Educação Integral e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da Reforma do Ensino Médio: os Desafios da Educação para o Mundo do Trabalho* que ocorreu na cidade de Criciúma/SC no mês de junho de 2018. Disponível em: <http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/jovens-precisam-estar-aptos-para-o-novo-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Trazendo à discussão as proposições para a educação da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, pode-se observar que a esta entidade, quando tornou pública uma posição mais elaborada sobre a importância da educação no seu projeto de desenvolvimento econômico, atribuiu-lhe um papel fundamental na qualificação dos trabalhadores, por meio da criação do “Movimento A Indústria pela Educação”, que mais adiante passou a ser denominado “Movimento Santa Catarina pela Educação”, já tratado neste estudo em capítulos anteriores. Para a FIESC (2019), o poder público deveria investir em ações de qualificação dos trabalhadores, porque uma maior qualificação atuaria diretamente na diminuição da concentração de riqueza e no crescimento econômico da nação.

Portanto, inicia-se uma série de rodadas de conversas entre a FIESC e a SED de Santa Catarina, principalmente na gestão da SED por Eduardo Deschamps, a partir de 2012, conforme podemos observar na Figura 8.

Figura 8 - Reunião da SED com representantes da FIESC e do CEE

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA ▾ SERVIÇOS ▾ CONS

NOVO MODELO DE ENSINO MÉDIO É APRESENTADO NA FIESC E NO CEE

Publicado: 29 Setembro 2016

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, apresentou nesta quinta-feira, 29, o novo modelo de Ensino Médio à educadores da Fiesc e conselheiros do Conselho Estadual de Educação (CEE). Nas duas apresentações foi possível sanar dúvidas e responder perguntas.

"Todos os educadores e profissionais que trabalham com a educação precisam conhecer em profundidade a MP do novo ensino médio. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e o novo ensino médio são dois importantes documentos. Talvez os mais importantes documentos depois da LDB. É uma política de estado e não de governo e precisamos conversar para que possamos construir juntos os modelos que serão oferecidos no Brasil e em SC", destaca Deschamps.

Entre os principais questionamentos feitos ao secretário está a formação de professores, as temas transversais, o notório saber e a participação nas discussões. Sobre a formação, Deschamps explica que é preciso ter o currículo definido, algo mais estruturado para a partir daí iniciar as formações, que permitiram aos professores criarem ações e ensinamentos diferentes. Também será focada atenção na formação inicial. "Os temas transversais continuaram a ser trabalhados em sala de aula e profissionais só serão contratados a partir do notório saber após aprovação do CEE", explica.

O documento apresentado pelo MEC teve contribuições do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), que discute o assunto desde 2012 com técnicos de todas as Secretarias de Estado da Educação. "Vamos realizar workshops e Seminários estaduais e nacionais para ampliar as discussões sobre os modelos de ensino médio que podemos ofertar. Os alunos serão muito importantes neste processo, pois isso tudo está sendo construídos para que eles se identifiquem com esta etapa de ensino e não seja apenas a transição entre o ensino fundamental e o superior", enfatiza Deschamps.

Fonte: SED/SC (2016)⁹³.

⁹³ Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/27560-novo-modelo-de-ensino-medio-e-apresentado-na-fiesc-e-no-cee>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Após a leitura da matéria na íntegra, podemos entender que Eduardo Deschamps, durante sua gestão à frente da SED, procurou ser o articulador do texto da atual reforma do Ensino Médio, sancionado pelo ex-presidente da República Michel Temer, no ano de 2017. Durante sua gestão (2012-2018), ele sempre procurou estar em constante contato com a FIESC e com os Conselhos Nacional e Estadual de Educação, estruturando o texto que deu origem a MP n. 746. A respeito da relação entre Deschamps, FIESC e CEE, destacamos o seguinte:

Além de apresentar a proposta, Deschamps pede que sugestões sejam encaminhadas para que possam ser discutidas e repassadas ao Ministério da Educação. A FIESC realizará encontros para elencar sugestões. Já o presidente do SINEPE, Marcelo Batista de Sousa, presente na apresentação feita no Conselho Estadual de Educação, entregou documento com o que as escolas particulares entendem como prioridade. "Precisamos correr atrás e fazer as mudanças necessárias. Sempre debatemos que é preciso ensinar para a vida. Atualmente estudamos um pouco de tudo, porém é necessário o aprofundamento", evidencia. Para o presidente do CEE, Osvaldir Ramos, as discussões são sempre bem-vindas, por isso realizamos essa sessão extraordinária. "Buscamos com a apresentação do secretário entender mais sobre as mudanças que a educação terá. Os Conselhos Estaduais terão papel importante no processo de construção e validação dos modelos e precisamos conhecer muito bem para contribuir", analisa Ramos. (SANTA CATARINA, 2016)⁹⁴

Após a publicação da Lei Federal n. 13415/17, a Secretaria de Estado da Educação iniciou uma série de rodadas de ações e capacitações de todo o corpo técnico do órgão, com o objetivo de preparar as unidades escolares da rede pública estadual de todo território catarinense para a concepção do Novo Ensino Médio e sua implementação a partir do ano de 2019, visando, segundo o órgão, a qualidade de ensino. Uma das ações as quais nos referimos, foi o debate ocorrido no mês de maio de 2020 no Sesc – unidade Cacupé, localizado na cidade de Florianópolis, do qual participaram representantes da SED, FIESC, Fecomércio e CNI, com o objetivo de avaliar as experiências em forma de piloto em desenvolvimento em seis unidades escolares no estado: duas unidades do SENAI e quatro unidades estaduais da rede Cedup; além de realizar a assinatura

⁹⁴ Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/27560-novo-modelo-de-ensino-medio-e-apresentado-na-fiesc-e-no-cee>. Acesso em: 23 abr. 2020.

do termo de cooperação entre as entidades relacionado ao Programa Social “Novos Caminhos⁹⁵”, do Governo Federal. A esse respeito, apresentamos o seguinte excerto:

O novo modelo de ensino médio integral que está sendo adotado no Brasil será tema de debate na reunião do Conselho de Governança do Movimento Santa Catarina pela Educação, nesta quinta-feira (20), no SESC Cacupé, em Florianópolis. Em Santa Catarina, o novo Ensino Médio está sendo realizado em projeto-piloto em duas unidades do SENAI e quatro escolas estaduais da rede Cedup. Nessas experiências, o estudante faz dois cursos (médio e técnico) em um único programa de ensino, com 3.200 horas e três anos de duração. Outras 15 escolas estaduais adotam o modelo de ensino em tempo integral. Atualmente, cerca de 56% dos brasileiros com 19 anos concluem o ensino médio e, desses, somente 7,3% aprendem matemática no nível adequado para esta etapa de ensino. Em SC, os percentuais são, respectivamente, de 62% e 9,3%. Além disso, entre os estudantes de ensino médio no país, apenas 11% fazem curso técnico, que pode ser uma porta para o mercado de trabalho. O evento contará com a presença de integrantes do Conselho de Governança, entre eles os presidentes da Fecomércio SC, Bruno Breithaupt, e da FIESC, Glauco José Côrte, o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, o diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Rafael Lucchesi (que também é diretor geral do SENAI no País), que apresentará “A Educação Profissional no Contexto da Reforma do Ensino Médio. Durante a reunião também será assinado protocolo de intenções entre a FIESC, SENAI, Secretaria de Estado da Educação (SED) e Instituto ITAU BBA para apoiar a implementação de novos modelos e projetos de educação. (FECOMÉRCIO, 2018)⁹⁶.

É importante destacarmos que a Secretaria de Estado da Educação possui uma organização interna que gerencia as diversas intervenções e mediações dos programas e cursos relacionados à formação dos jovens no território catarinense, originando algumas ações, conforme nos aponta Nogara Junior (2020, p. 60):

As ações desenvolvidas pela SED/SC no que se refere a oferta do ensino médio são: Ensino Médio (formação geral), Ensino Médio Inovador (ProEMI), Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), Magistério e Ensino Médio Integral em Tempo Integral (EMTI), este último decorrente das alterações promovidas pela Lei nº 13.415.

⁹⁵ Para fazer frente aos desafios e oportunidades identificadas a partir dos diversos diagnósticos, análises e reflexões sobre a Educação Profissional e Tecnológica, o Ministério da Educação estruturou uma agenda estratégica para implementar o Novos Caminhos. Trata-se de um conjunto de ações para o fortalecimento da política de Educação Profissional e Tecnológica, em apoio às redes e instituições de ensino, no planejamento da oferta de cursos alinhada às demandas do setor produtivo e na incorporação das transformações produzidas pelos processos de inovação tecnológica. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/30507-programa-novos-caminhos>. Acesso em: 23 abr. 2020.

⁹⁶ Disponível em: <https://www.fecomercio-sc.com.br/noticias/movimento-sc-pela-educacao-debate-ensino-medio-integral-nesta-quinta-20-em-florianopolis/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Neste capítulo da pesquisa podemos inferir que os principais pontos da reforma já estavam sendo sinalizados, há alguns anos, pelos reformadores empresariais. As confluências demonstradas entre empresários e governo não são mera casualidade, mas resultado da interlocução e trânsito que há dentro dos centros de poder. Com isso, entendemos que, no período da gestão de Eduardo Deschamps (2012, 2018) na Secretaria de Estado da Educação, tenham ocorrido, de maneira avançada, diversas formas do processo de privatização da educação pública catarinense, sendo parte das estratégias do capital para a superação de sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002), que o impele à busca incessante de novas formas de acumulação. Trata-se do processo, entendido de maneira abrangente, da transferência, por parte do poder público, da responsabilidade de efetivar o direito à educação formal para o setor privado (ADRIÃO; PINTO, 2016).

Observando as figuras e excertos apresentados neste capítulo, podemos recorrer a Adrião (2017), que estabelece três dimensões sobre as quais as formas de privatização operam em diferentes contextos: privatização da gestão da educação, privatização do currículo e privatização da oferta educacional. Respectivamente, tais dimensões caracterizam-se:

[...] pela transferência da gestão educacional pública para o setor privado, corporativo ou não, pela transferência da elaboração e gestão dos currículos escolares para corporações privadas ou para setores autoproclamados “não lucrativos” e ainda pelo aprofundamento da privatização da oferta educacional por meio da ampliação de políticas de choice. (ADRIÃO, 2016, p. 1).

Concluindo este capítulo, podemos afirmar que os reformadores empresariais, em nossa pesquisa, representados pela FIESC, justificam sua intervenção pelo pressuposto da existência de uma crise de qualidade da educação pública e, conseqüentemente, uma crise do próprio Estado no oferecimento dos serviços públicos, que devem ser ajustados ao molde da gestão empresarial para serem mais produtivos e eficientes. Segundo Freitas (2014), a criação de um clima de caos educacional é o primeiro passo utilizado pelos reformadores para efetivar as reformas, sendo as avaliações de larga escala utilizadas como instrumento político para enfatizar a crise da educação pública e promover as soluções criadas pelos empresários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que delineamos aqui buscou analisar o Novo Ensino Médio catarinense segundo a FIESC, no período 2012 a 2020. Partimos da problemática que visou compreender quais as implicações e decorrências das parcerias, ação(ões) e projeto(s) que foram e estão sendo desenvolvidas entre a FIESC e a Secretaria de Estado da Educação no processo de construção e implementação do Novo Ensino Médio catarinense (Lei Federal n. 13.415/17), principalmente no tocante ao itinerário formativo profissionalizante a partir do ano 2012 - início da gestão do ex-Secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps. Ressaltamos que a escolha deste tema está ligada à pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo grupo de pesquisas Lute da Universidade, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, sob coordenação da professora Mariléia Maria da Silva. Em nossa hipótese inicial, apontamos que a concepção de educação da FIESC estava pautada na defesa de uma formação da força de trabalho voltada a atender as exigências do mercado de trabalho, que seria de aumentar a produtividade por meio de maior qualificação deste trabalhador.

Para atingir nossos objetivos e confirmar nossa hipótese inicial, estabelecemos objetivos específicos que se materializaram em algumas das seções deste trabalho, são elas: a Federação das Indústrias de Santa Catarina como um aparelho privado de hegemonia (Seção 3); e o entrelaçamento da FIESC com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina na implementação do Novo Ensino Médio (Seção 4). No entanto, antes da exposição destas seções, apresentamos, na seção inicial, a justificativa que nos levou a efetuar esta pesquisa, indo para além da vinculação com a pesquisa do Lute. A motivação para a escolha do tema aconteceu devido à atuação abrangente da FIESC no campo educacional, que não se restringe apenas ao âmbito da educação escolar, apesar de que houve uma investida do empresariado industrial neste plano; mas, sobretudo, a partir de iniciativas que visam disseminar sua concepção de mundo (e de educação) para além dos muros escolares. Além disso, a escolha pelo estudo da FIESC não foi arbitrária, ela é uma das maiores entidades empresariais de Santa Catarina e vem

assumindo uma postura de liderança frente aos outros setores no que diz respeito à educação.

Ainda na seção introdutória, apresentamos o referencial teórico que fundamentou a análise de nosso objeto de investigação. Também trilhamos um caminho metodológico, em que identificamos, selecionamos e analisamos a fonte de dados de nosso estudo materializada na legislação federal, portarias e documentos disponibilizados via canais de comunicação. Outro procedimento metodológico que adotamos foi a realização do balanço da produção acadêmica (periódicos), na área da educação, sobre a reforma do Ensino Médio. Notamos também, que a maioria dos autores que estudaram a educação defendida pelos empresários industriais identificou a teoria do capital humano e a pedagogia das competências como fundamentos da concepção de educação desta fração de classe.

No que se refere à terceira seção desta pesquisa, identificamos que a FIESC foi criada para atender os anseios do empresariado industrial de possuir uma representação no estado catarinense. Tais anseios não se restringiam à esfera educação, na verdade, como pudemos mostrar em nosso estudo, um dos objetivos dos empresários era melhorar as condições de infraestrutura de Santa Catarina, de modo desenvolver econômica e socialmente o estado na perspectiva da ampliação do capital. Apesar disso, a pauta da educação já estava presente na origem da FIESC, tanto que logo nos seus primeiros anos foram criados os departamentos regionalizados do SESI e do SENAI, bem como do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC). Destacamos também outra iniciativa da FIESC: a criação do então “Movimento A Indústria pela Educação”, em 2012, que ganhou novos contornos a partir da adesão das federações empresariais do comércio, agricultura e transportes, alterando sua nomenclatura para “Movimento Santa Catarina pela Educação”.

Diante disso, entendemos que a FIESC pode ser denominada um “aparelho privado de hegemonia” pois, conforme Gramsci (2000), tem como função elaborar e moldar consciências para conservar ou promover os interesses particulares de uma classe ou fração de classe, transformando-os em interesse geral. Da mesma forma, educam e preparam seus integrantes para a defesa de determinadas posições sociais dentro do Estado.

Sobre esta concepção de aparelhos privados de hegemonia, manifestada na terceira seção desta pesquisa, apresentamos como exemplo o empresariado industrial, foco de nosso estudo, que formula e dissemina concepções educacionais com o objetivo de difundir e convencer a sociedade de sua visão de mundo, atuação esta, própria de um aparelho privado de hegemonia nos termos de Gramsci. Dessa forma, compreendemos a FIESC como um aparelho privado de hegemonia da classe burguesa, pois sua existência necessita de adesão voluntária de seus integrantes que, por sua vez, organizam-se e atuam objetivando difundir para toda a sociedade sua visão de mundo, buscando criar um consenso ativo da classe dos trabalhadores.

Na terceira seção destacamos a importância das ideias de Gramsci, conhecidas pelo registro nos *Cadernos do Cárcere*, que apresenta a sua capacidade de atualizar o pensamento de inspiração marxista, de modo a adequá-lo às características das sociedades europeias de capitalismo avançado da primeira metade do século XX. Essa adequação ocorre principalmente pela necessidade de adaptar-se às novas demandas do capital, bem como a todo o mecanismo/engrenagem que explica o processo de acumulação e desenvolvimento do capital, algo que nos chamou a atenção na fala de Simionatto e Costa (2014, p.69):

Um dos temas centrais presentes na obra de Antônio Gramsci é o conceito de hegemonia. Através dele, o pensador italiano introduziu inovações de grande relevância no estudo da política e das relações de poder a partir do século 20. Se no ensaio A questão meridional, escrito em 1926, a hegemonia é apontada como alternativa estratégica do proletariado, nos Cadernos do cárcere percebe-se uma ampliação de suas reflexões e a interface com os conceitos de ideologia e de “aparelhos privados de hegemonia.

No tocante à quarta seção, elaboramos toda uma análise onde foi possível apontar as principais ações desempenhadas pelo “Movimento Santa Catarina pela Educação” em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, bem como toda a articulação em torno do tema “educação” em todo o Estado. Nessa seção foi possível entender que o empresariado nacional, e em particular o de Santa Catarina, de diversas formas, buscou demonstrar ao governo, e à sociedade como um todo, que havia a necessidade de o sistema educacional sofrer alterações de forma a se tornar coetâneo e articulado aos interesses industriais. Por outro lado, também houve, de sua parte, o interesse em ter maior

controle sobre as ações e o desempenho das instituições escolares. Nesse sentido, esteve sempre presente a sua intenção de participar da gestão do sistema de ensino e, segundo Oliveira (2003), de exigir que o Estado estabelecesse mecanismos de avaliação da qualidade e do desempenho das instituições de ensino.

Diante deste quadro identificado na quarta seção, chegamos à conclusão que, segundo autores como Frigotto (2016) e Evangelista e Shiroma (2014), entre outros, o “Movimento Santa Catarina pela Educação” é uma réplica, a nível estadual, do movimento “Todos pela Educação”. Nesse sentido, apontamos a necessidade de interpretar e conhecer esse grupo, bem como suas atividades e ações entrelaçadas com a Secretaria de Estado da Educação, dentro do território catarinense.

Portanto, conforme apontamos em forma quadros na quarta seção, inúmeras são as ações que foram desenvolvidos pela FIESC junto à SED no processo de construção do Novo Ensino Médio, fato esse que justifica a grande aproximação dessa entidade, que representa a classe empresarial, com a Secretaria de Estado da Educação na formulação de políticas públicas. Tivemos o cuidado em destacar a importante estrutura de gestão interna da FIESC e da SED, que é dividida em pontos setoriais, facilitando, de certo modo, as ações conjuntas mencionadas. Chamamos a atenção à organização recente da SED, que se tornou resultado de um processo de reorganização da própria Secretaria de Estado da Educação, regulamentada por meio do Decreto n. 1.199, de 22 de junho de 2017.

Após essas sínteses, retornemos aos nossos objetivos de pesquisa. Considerando nossa hipótese inicial, que é de conceber a educação como forma de aumentar a produtividade do trabalho a partir da qualificação dos trabalhadores, ultrapassamos esta elaboração, compreendendo que o discurso da produtividade é apenas uma ocultação da real função que ela tem de cumprir, na ótica do empresariado industrial, qual seja, de conformar a classe trabalhadora ao sistema do capital, naturalizando e responsabilizando-se pela competitividade inscrita nesta lógica.

Reconhecemos que esta pesquisa certamente não esgotou o debate sobre a implementação do Novo Ensino Médio catarinense, até porque nunca foi essa nossa pretensão.

Por fim, verificamos a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que acompanhem o processo de implementação do Novo Ensino Médio nas diferentes redes, identificando as contradições e possibilidades que emergirem em seu decurso. Desta forma, esperamos que essa dissertação tenha contribuído com o debate e que possa subsidiar as investigações futuras.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; DE REZENDE PINTO, José Marcelino. Apresentação: Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 134, 2016.

ANPEd. Entrevista com a professora Monica Ribeiro da Silva (UFPR) sobre a reformulação do ensino médio. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-professora-monica-ribeiro-da-silva-ufpr-sobre-reformulacao-do-ensino-medio>. Acesso em: 05 abr.2017.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Reforma do Ensino Médio: o que querem os golpistas. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 11-17, 2017.

BARTOLOZZI FERREIRA, Eliza. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, 2017.

BAUMGARTEN, Christina. **O Sistema FIESC**: a força da indústria catarinense. Florianópolis: HB ed.114 p. 2011

BRANDÃO, Vladimir et al. Juventude 4.0. *In*: Indústria & Competitividade, [Florianópolis], n. 13, p. 34-51, 2018.

BRASIL. Ministério da educação. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf> . Acesso em: 20 fev.2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 19 fev.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018. Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 11 jul.2018, Edição 132, Seção 1 p. 72. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29495231/do1-2018-07-11-portaria-n-649-de-10-de-julho-de-2018-29495216. Acesso em: 21 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB. nº 3, de 7 de abril de 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF**, v. 7, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 jan. 2012, Seção 1, p. 20. Disponível em: http://www.sinepepe.org.br/wpcontent/uploads/2012/05/Resolucao_CNE_02_2012_Ensino_Medio.pdf. Acesso em: 26 out.2019

BRASIL, Ministério da Educação. **PAR- Plano de Ações Articuladas**: relatório Público- Apresentação. 2003. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>. Acesso em: 07 nov.2019

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12 out.2019

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verso_final_site.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei de nº 6.840, de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1200428&filename=PL+6840/2013. Acesso em: 12 out.2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo e Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 fev.2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 07 out.2017

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jun. 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb015_98.pdf. Acesso: 01 mar.2020

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 26, 2014.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 12 out.2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 20 fev.2020.

BRASIL. **Medida Provisória MP 746/2016**. Brasília, 22 set. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em:21 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 727, de 13 de junho de 2017**. Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/74121-portaria727-2017-emi-pdf/file>. Acesso em: 20 fev.2020.

CASTILHO, Denis. Reforma do Ensino Médio: desmonte na educação e inércia do enfrentamento retórico. **Pragmatismo político. Educação**, v. 21, 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários. *In: REUNIÃO DE PRESIDENTES DE ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS IBEROAMERICANAS*, 6., 1993, Salvador, BA. Educação básica e formação profissional. Rio de Janeiro: CNI, 1993.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A Reforma do Ensino Médio. **Boletim Técnico do Senac**, v. 43, n. 1, 2017.

CÔRTE, Glaucio José. Reflexões para a educação que o Brasil precisa. Florianópolis: Dois Por Quatro, 2018. *E-book*. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo162_1.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. O ensino médio em Santa Catarina: desafios para uma universalização com qualidade. **Roteiro**, v. 39, n. 1, p. 103-122, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio: atalho para o passado. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 373-384, 2017.

DA MOTTA, Vânia Cardoso; LEHER, Roberto; GAWRYSZEWSKI, Bruno. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **EDUCAÇÃO E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL**, p. 310, 2018.

DA SILVA BODIÃO, Idevaldo. Considerações sobre a reforma do ensino médio do Governo Temer. **Cadernos de Pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 109-127, 2018.

DA SILVA, Mariléia Maria; GUEDES, Thaís. Formação dos trabalhadores para o capital. **Educação & Formação**, v. 3, n. 9 set/dez, p. 102-120, 2018.

DA SILVA, Mônica Ribeiro; BERNADIM, Márcio L. Políticas Curriculares para o Ensino Médio e para a Educação Profissional: propostas, controvérsias e disputas em face das proposições do Documento Referência da Conae 2014. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 16, julho-dezembro de 2014. Pp 23-35. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n16_3.pdf Acesso em: 26 out.2019.

DA SILVA, Monica Ribeiro; SCHEIBE, Leda. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.

DANTAS, André e PRONKO, Marcela. Estado e dominação burguesa: revisitando alguns conceitos. *In*: BARROS Anakeila de; BAHNIUK, Caroline; DE OLIVEIRA BEZERRA, Vinícius; DE ARAÚJO, Carla Busato Zandavalli Maluf. A reforma do ensino médio: privatização da política educacional. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 603-618, 2018.

DE OLIVEIRA, Ramon. Empresariado industrial e a educação profissional brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 2, p. 249-263, 2003.

ESCOLA DA INTELIGÊNCIA. Apresentação. Disponível em: <https://escoladainteligencia.com.br/escola-da-inteligencia/>. Acesso em: 19 fev.2020.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. Campinas-SP: Alínea**, v. 1, p. 52-71, 2012.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário| ISSN: 1808-799X**, v. 10, n. 15, 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Documento Básico do Seminário Sócio-Econômico. Florianópolis: Biblioteca da FIESC, 1960.

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Imprensa**: Ministro conhece ações do Movimento Santa Catarina pela Educação. 2016. Disponível em: <http://FIESC.com.br/pt-br/imprensa/ministro-conhece-acoes-do-movimento-santa-catarina-pela-educacao>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em dados**, 1990. Disponível em <https://fiesc.com.br/economia/santa-catarina-dados>. Acesso em 21.nov.2019

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Gestão democrática da educação: da base legal à prática na escola / Federação das indústrias do Estado de Santa Catarina. 1. ed. - Florianópolis: FIESC, 2017. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo115_1.pdf. Acesso em: 10 mar.2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA; MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO. Mobilização, articulação, influência – por uma agenda comum pela educação para o mundo do trabalho/ Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: FIESC, 2018. Disponível em: http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo161_1.pdf. Acesso em: 10 mar.2020.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Monica Ribeiro da. Centralidade do ensino médio no contexto da nova “ordem e progresso”. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 287-292, 2017.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória no 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 385-404, 2017.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, 32(93), p.25-42. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v32n93/0103-4014-ea-32-93-0025.pdf>. Acesso em: 15 fev.2020.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/ UFRJ, 2010.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Ministério da educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb> . Acesso em: 02 jun.2020.

FRANÇA, Luisa. **O que é o Plano Nacional de Educação?** Disponível em: <https://www.somospar.com.br/pne-conheca-o-plano-nacional-de-educacao/>. Acesso em: 19 fev.2020.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutivo: **um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista**. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum. **A produtividade da escola improdutivo**. São Paulo. Cortez, v. 4, p. 35-68, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma do ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **movimento-revista de educação**, n. 5, 2016.

GLAUCO JOSÉ CÔRTE (Org.); **Reflexões para a educação que o Brasil precisa**. Disponível em:http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arqui vo162_1.pdf Acesso em: 10 mar.2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol.3. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. vol.6 Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

IDEB. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2017/ResumoTecnico_Ideb_2005-2017.pdf. Acesso em: 15 fev.2020. INEP. Nenhum estado atinge a meta do Ideb 2017 no ensino médio. Brasília, DF. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nenhum-estado-atinge-a-meta-do-ideb-2017-no-ensino-medio/21206. Acesso em: 21 fev.2020.

INEP. **Sistema de avaliação de educação básica**, Brasília, DF. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>. Acesso em: 21 fev. 2020.

INEP. **Nota técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb**. Disponível em:http://ideb.inep.gov.br/Files/Site/Download/Nota_Tecnica_Ideb.pdf. Acesso em: 15 maio. 2019.

INSTITUTO AYRTON SENA. Disponível em: <https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/a-causa/diagnostico-da-educacao.html>. Acesso em: 27 out.2019.

JUNIOR, Gilberto Nogara; D'AGOSTINI, Adriana. O programa ensino médio inovador (proemi) no contexto das políticas do banco mundial: rumo à formação de trabalhadores de novo tipo?. **Movimento-revista de educação**, n. 6, p. 329-361.2017.

KRAWCZYK, Nora; FERRETTI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 33-44, 2017.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 15-39, 2000.

LAMOSA, Rodrigo. Todos pela educação? a ofensiva empresarial no interior do estado ampliado. 2018. **Simpósio Nacional Estado e Poder: Estado Ampliado-SNEP (10.: 2018: Niterói, BR-RJ). Anais.**[recurso eletrônico]. Niterói, RJ: UFF/NUPEPB, out. 2018.

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? **A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Revista Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LEHER, R. Organização, estratégia política e o Plano Nacional de Educação. **II Encontro Nacional de Educadoras e/educadores da Reforma Agrária**. São Paulo: MST, p.71-91. 2014.

LEHER, Roberto. Luta de classes e mercantilização da educação brasileira. In: **III International Conference Strikes and Social Conflicts: combined historical approaches to conflict. Proceedings**. CEFID-UAB,, 2016. p. 959-971.

LEHER, Roberto. Marxismo, Educação e Politecnicia. In: **BARROS Anakeila de; BAHNIUK, Caroline; VARGAS, Maria Cristina, FONTES, Virgínia. Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA)**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2018, p. 73-98.

LEHER, Roberto; VITTORIA, Paolo; MOTTA, Vânia. **Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil**. Salvador: 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

MATOS, Sidney Tanaka S. Conceitos primeiros de neoliberalismo. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1/2, p. 192-213, 2008.

MENDONÇA, Sônia. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 2, n. 2, p. 27-43, 2014.

MELO, Alessandro. Um capítulo da história entre empresários e a educação no Brasil: REUNIÃO DE PRESENTES DE ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS IBERO-AMERICANAS, 1993. **Revista Trabalho Necessário** ano 2008 v. 6, n. 7.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. O ensino médio e as comparações internacionais: Brasil, Inglaterra e Finlândia. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 405-429, 2017.

MOTTA, Vânia Cardoso; LEHER, Roberto; GAWRYSZEWSKI, Bruno. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **EDUCAÇÃO E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL**, p. 310, 2018.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 109-129, 2017.

MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO. Disponível em <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2019.

MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO. **Carta entregue ao MEC**. Disponível em: http://santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo136_1.pdf. Acesso em: 10 mar.2020.

MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO. Relatórios das câmaras regionais. Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/camaras.html> .Acesso em: 21 abr.2020

MOVIMENTO SANTA CATARINA PELA EDUCAÇÃO . Câmara Regional de Educação: Plano de Trabalho 2017. Disponível em: http://www.santacatarinapelaeducacao.com.br/fmanager/senaimov/arquivos/arquivo121_1.pdf . Acesso em: 21 abr.2020.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. Xamã, 2005.

NEVES, R.M.C. das ; PICCININI, Cláudia L. . Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do estado. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 10, p. 184-206, 2018.

PIOLLI, Evaldo. O processo de mercantilização da educação e o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil pós-golpe institucional de 2016. **Revista Exitus**, v. 9, n. 1, p. 17-33, 2016.

PRONKO, M. “**O Banco Mundial no campo internacional da educação**”. In: Pereira, J. M. M.; Pronko, M. A demolição de direitos – um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e para a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro, EPSJV. 2014.

RAMOS, Marise Norgueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTA CATARINA. **Governador Celso Ramos: 1961/1966**. Mensagens Anuais apresentadas à Assembleia Legislativa, 4^a e 5^a, em 15 de março de 1965. Florianópolis, 1965, p. 13.

SANTA CATARINA. Lei nº 16.877 de 30 de novembro de 2016. Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial Eletrônico Estado de SANTA CATARINA**, [Florianópolis], SC, 2017. Disponível em: [http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-17335-2017-santa-catarina-consolida-as-leis-que-dispoem-sobre-a-instituicao-de-datas-e-festividades-alusivas-no- âmbito-do-estado-de-Santa-Catarina](http://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-17335-2017-santa-catarina-consolida-as-leis-que-dispoem-sobre-a-instituicao-de-datas-e-festividades-alusivas-no-âmbito-do-estado-de-Santa-Catarina). Acesso em: 26 out.2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de estado da educação. **Educação na palma da mão**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrijoingq1m2q0owetmgvz00mzjklgtgwnjetmtvlyja0ntm0zddjiwidci6imexn2qwm2zjltriywmtngi2oc1izdy4lwuzotyzytjlyzrlinj9> . Acesso em: 10 mar.2020.

SANTA CATARINA. Secretaria de estado da educação. **Todas as notícias**. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/imprensa/noticias/todas-as-noticias?start=340>. Acesso em: 10 mar.2020.

SANTA CATARINA (Estado). **Resolução cee/sc nº 062, de 27 de novembro de 2018**. Fixa normas complementares para a formação continuada dos professores da Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina e estabelece outras providências, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Bruno/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%202018%20062 CEESC%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Bruno/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%202018%20062 CEESC%20(1).pdf). Acesso em: 21 abr.2020.

SAVANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 152-165, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2018.

SHIROMA, E. O. et al. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n.2, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/9769/8999>.
Acesso em:18 ago. 2018.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, Capital e Educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras**, v. 4, n. 11, p. 21-38, 2014.

SILVA, Maria Euzimar Berenice Rego. O Estado em Marx e a teoria ampliada do Estado em Gramsci. **4º Colóquio Marx e Engels**, 2005.

SILVA, Marileia Maria da; SANTOS, Márcia Luzia dos. Da financeirização da educação: quem educa o educador?. **Revista Contrapontos**, v. 19, n. 2, p. 114-131, 2019.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Revista Katálysis**, v. 17, n. 1, p. 68-76, 2014.

TEIXEIRA, Rodrigo Kaufmann. A concepção educacional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC): **uma análise da revista Indústria & Competitividade (2013-2018)** / Rodrigo Kaufmann Teixeira. -- 2019.141 p.

VARGAS, Maria Cristina, FONTES, Virgínia. Hegemonia burguesa na educação pública: problematizações no curso TEMS (EPSJV/PRONERA). Rio de Janeiro: EPSJV, p. 73-98. 2018.